

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFRJ

MÁRCIA REGINA LIMA COSTA

A FAMÍLIA, A CRIANÇA E A DOENÇA: UMA VERSÃO PSICANALÍTICA

Rio de Janeiro

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MÁRCIA REGINA LIMA COSTA

A FAMÍLIA, A CRIANÇA E A DOENÇA: UMA VERSÃO PSICANALÍTICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora:

Profa. Dra. Ruth Helena Pinto Cohen

Rio de Janeiro

2009

MÁRCIA REGINA LIMA COSTA

A FAMÍLIA, A CRIANÇA E A DOENÇA: UMA VERSÃO PSICANALÍTICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora:
Profa. Dra. Ruth Helena Pinto Cohen

Aprovada em:

Profa. Dra. Ruth Helena Pinto Cohen (UFRJ)

Profa. Dra. Vera Lopes Besset (UFRJ)

Profa. Dra. Maria Angélica A. M. Pisetta (UFRJ)

Costa, Márcia Regina Lima

A família, a criança e a doença: uma versão psicanalítica/ Márcia Regina lima
Costa

Rio de Janeiro: UFRJ. 2009
130f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia,
Rio de Janeiro, 2009.

Orientação: Ruth Helena Pinto Cohen

1. Família. 2. Psicanálise. 3. Criança 4. Câncer
Dissertações.

1. Cohen, Ruth Helena Pinto Cohen, (Orient). II. Universidade Federal do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título

DEDICATÓRIA

A Maria José Lima Costa, minha mãe (in memoriam)
pela transmissão de um saber que acreditava não
possuir.

A Nozival Lopes Costa, meu pai, por me ofertar sua
mais preciosa herança: a sede de conhecimento.

A minha luz, minha estrela, Dandara Costa, que me
permite o aprendizado diário, da maternidade.

AGRADECIMENTOS

Ao longo do caminho não me faltaram apoio e estímulos, muitos começaram muito antes da organização desse projeto. Agradecer é uma forma de compartilhar essa aventura.

Em primeiro lugar, a Deus, pela certeza de sua presença, nos momentos de facilidade e de dificuldades, o que me permitiu seguir e acreditar que toda experiência, comporta em si, um aprendizado.

À minha orientadora, Ruth Helena Pinto Cohen, pela sua coragem, diante das contingências, em me acolher, demonstrando uma coragem que espero ter retribuído. Agradeço pelo investimento intenso, pela paciência no percurso de organização da prática e teoria com um novo pensamento.

A Claudia Jacob pelo companheirismo ao longo deste período.

As Professoras Vera Lopes Besset e Maria Angélica A. M. Pisetta, pelas contribuições feitas durante o exame de qualificação e que foram imprescindíveis para o seguimento do aprendizado e pelo progresso na minha escrita.

A Daisy Melo por seu incessante trabalho de cuidadosa revisão.

A Marícia Rodrigues Gonçalves da Silva pela paciência na transcrição das entrevistas.

A Márcia Fajardo e Martha Ballesteiro Tomaz , co-coordenadoras do Projeto Brincante que tão gentilmente me acolheram no grupo. A todos os oficinairos-brincantes, particularmente, Renata e Maria Fernanda, com quem tive a oportunidade de dividir dúvidas e angústias no espaço do Aquário Carioca. E ainda, Bernardo, Aparecida, Erickson, Andressa, Juliana, que, mesmo sem saber, fomentaram novas indagações.

A equipe de Enfermagem do Aquário Carioca do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, pela sensibilidade no exercício do cuidar.

Aos colegas do grupo da Profa. Vera Besset: Bruna, Gabriela, Marina e Bruno, com quem tive a oportunidade de conviver e adentrar, de forma sutil, no universo da Psicanálise, incluo aqui, todos os “IC’s”.

A minha filha, pela enorme paciência, com a qual suportou minha presença-ausência, não sem reclamar, mas com uma altivez digna de seu nome de princesa, juntamente com sua fiel-escudeira: Francisca.

Aos meus irmãos, Marcelo e Mara Regina, meus cunhados, Maria Aparecida e Irlon, meus amados sobrinhos, Irlon Júnior, Marcella, Amanda Caroline, João Vitor e Gabriel. Todos foram anjos protetores e tornaram meus dias mais leves.

As amigas Eliane Moscoso, Maria Aparecida Gondar Carrullo, Cristina Maia, Vera Maria Leal Stiebler e Maria Beatriz Galhardy, pessoas especiais e profissionais com quem tenho a oportunidade de dividir a prática diária e mais, contar com a amizade.

A amiga Illana Gravino pela parceria, confiança e por suportar o meu caminho de dúvidas teóricas.

A amiga Sonia Regina de Carvalho, pela longa parceria e trabalho de “eficácia simbólica” nos momentos mais difíceis deste percurso.

Ao Dr. Pedro Luiz Fernandes, pela sua brincadeira que, muitas vezes me serviu de ancoramento para seguir em frente.

A Nadia Monteiro, que além de suportar minha ausência, compartilha e apoia a aposta pelo aprendizado.

Aos colegas e amigos do Hospital do Câncer III, em particular das equipes de Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem, Biblioteca e do Colégio New Garden, por estarem ao meu lado, em todas as intempéries ao longo desse tempo.

A minha família fraterna, particularmente, Theodoro Henrique Reinke, Rita de Cássia, Joana e em especial a Elizabeth de Souza Iulianelli, pela possibilidade de receber, repartir e compartilhar a luz dessa jornada.

A todos os amigos e familiares por afinidade, representados pelas matriarcas Jandira Rodrigues da Silva e Emília Márcia de Oliveira, por me ampararem, apesar da distância física.

Aos pais e crianças, atendidos no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, por me deixarem ouvir suas histórias.

*“Você verá que é mesmo assim, que a história não tem fim
Continua sempre que você responde sim à sua imaginação
A arte de sorrir cada vez que o mundo diz não”
Guilherme Arantes*

RESUMO

COSTA, Márcia Regina Lima Costa. A família, a criança e a doença: Uma versão psicanalítica. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Esta dissertação tem como proposta investigar as alterações que ocorrem na dinâmica familiar diante do diagnóstico de câncer em crianças e as repercussões sobre os sujeitos envolvidos nesse processo. O suporte teórico da psicanálise, que orienta a pesquisa, se atualiza frente às diversas formas de mal-estar trazidas pelo advento da doença na criança e pelos paradigmas que inscrevem os laços sociais, na atualidade.

A partir de uma contextualização do conceito de família, da Antiguidade à Hipermodernidade, consultamos o percurso freudiano, assinalado pelo momento sócio-histórico da Modernidade, com seus limiares norteadores, entre eles a própria família como instituição capaz de determinar o futuro de seus membros. Com Lacan, desde o período pré-psicanalítico de sua obra, pensamos o espaço familiar como um lugar importante na criação de laços sociais. Para concluir nossa pesquisa, realizamos um Estudo de Campo que versou sobre como as famílias, que enfrentam as vicissitudes de um tratamento oncológico de uma criança, sofrem modificações na sua dinâmica. Buscamos extrair consequências teóricas e práticas das entrevistas realizadas com os familiares das crianças em tratamento quimioterápico. Esta e outras formas de intervenção nos permitiram ter acesso à possibilidade de testemunhar como

cada membro das famílias, que fizeram parte de nosso estudo, buscaram e foram capazes de construir uma defesa frente ao real que se impunha como um indizível acontecimento.

Palavras-chave: família, criança, psicanálise, câncer

ABSTRACT

COSTA, Márcia Regina Lima Costa. A família, a criança e a doença: Uma versão psicanalítica. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

This dissertation has the propose to investigate the alterations that occur in a family's dynamic when a cancer diagnosis is done in childrens and the impact on the subjects that are involved at this process. The theoretical support of psychoanalysis, which guides the research, updates itself in presence of the many different malaise forms brought by the child's disease advent and by the paradigms that nowadays lead the social ties. Utilizing as basis a contextualized family concept, from Antiquity to Hypermodernity, the Freudian route, signed by the modernity's socio-historical moment, were consulted, with it's guiding thresholds, between them the family as an institution capable to determine it's members's future. Using Lacan, since the pre-psychoanalytic period of his work, the familiar space can be thought as an important place in the creation of social ties. Aiming to conclude the research, a field study were realized focusing on how families, that deal with the vicissitudes of a child's oncologic treatment, suffer changes in their dynamics. The objective was to extract the theoretical and practical consequences from the interviews made with the child in chemical treatment's family. This and other ways of intervention gave us the possibility to testify how each member of the families, that constituted our study,

were capable to construct a defense against the real, that imposed itself as an indescribable fact.

Keywords: family, child, psychoanalysis, cancer

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1	20
Família	20
1.1 Um Recorte histórico	20
1.1.1 A Família Primitiva	24
1.1.2 A Família na Antiguidade	28
1.1.3 A Família Medieval	32
1.1.4 A Família Moderna	36
1.1.5 A Família da Hipermodernidade	40
1.2 Nascimento do conceito de Infância	42
CAPÍTULO 2	50
O Conceito de Família na Psicanálise	52
2.1 A Família em Freud	52
2.1.1 A Família Edípica	55
2.2 A Família em Lacan	58
2.2.1 O Lugar do Pai e da Mãe - um recorte na teoria lacaniana	59
2.2.2 O Desejo da Mãe	61
2.2.3 O que é um Pai?	65
2.3 O Significante Criança	69
2.4 O Nascimento do Sujeito-Criança	71
2.5 O Filho-Criança	75
CAPÍTULO 3	79
A Dinâmica familiar frente ao tratamento oncológico na infância	79
3.1 Considerações sobre o Câncer	79
3.1.1 O Câncer na Infância	82
3.2 Um Estudo de Campo	84
3.2.1 Projeto Brincante	84
3.2.2 Pesquisa em Psicanálise	86

3.2.3 Os Instrumentos da Pesquisa	88
3.3 Palavras da Família	90
3.3.1 O Advento do Real - o diagnóstico	93
3.4 Paradigmas Norteadores do Estudo de Campo	102
3.4.1 O Casal Familiar	102
3.4.2 A Criança	103
3.4.3 Os Irmãos	105
3.4.4 Lugares de identificação na Dinâmica Familiar	108
3.4.4.1 A Mãe/Filha	108
3.4.4.2 O Significante Pãe	109
3.4.5 E Quando o Diagnóstico não é Câncer?	110
3.4.6 Considerações Finais sobre o Trabalho de Campo	114
CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS	120
ANEXOS	129
TCLE	129

INTRODUÇÃO

A interrogação que orienta esta dissertação foi instigada a partir de nossa observação participante no Projeto Brincante¹, que ocorre no ambulatório de Pediatria do Instituto de Puericultura e Pediatria Martargão Gesteira (IPPMG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A atividade do Projeto Brincante utiliza a via lúdica como forma de expressão através da qual a criança tem a possibilidade de ver facilitado o seu processo de elaboração do adoecimento. Durante o período de envolvimento das crianças nas atividades desenvolvidas nas Oficinas Brincante, que acontecem na sala de espera dos ambulatórios, foi possível observar a inquietação dos pais e das mães que acompanhavam seus filhos, seja sob a forma de intervenção direta nas atividades da criança, seja por ordens impedoras e proibitivas da participação nas mesmas.

Instigados por estas questões, fomos a campo investigar as modificações operadas na dinâmica familiar e os aspectos psíquicos envolvidos nessa experiência da família a partir do diagnóstico e tratamento oncológico.

A circunscrição do diagnóstico oncológico como ponto norteador dessa pesquisa se coaduna com a idéia original do Projeto Brincante e com a prática na área oncológica. Assim fizemos uma aposta de que o câncer na infância tem efeitos significativos sobre os laços familiares. É aqui que nosso objetivo se sustenta. Com a intenção de alcançá-lo, esboçamos um percurso que começa com uma interlocução com outros saberes, para que pudéssemos deslindar o conceito de família e criança ao longo da história, até chegarmos à proposta da psicanálise, que toma a família e a criança como significantes.

Avançamos no trabalho de campo em busca de sujeitos que pudessem nos contar suas histórias, a partir do confronto com a irrupção do real, presentificado pelo câncer na criança, não sem antes fazermos considerações sobre este adoecimento, sobre a pesquisa em psicanálise, além de contextualizarmos o cenário onde ela se desdobrava. Seguimos, a partir daí, para a apresentação, dos achados da pesquisa, norteados pela teoria.

Valemos-nos da psicanálise, em particular das teorias de Sigmund Freud e de Jacques Lacan em seus ensinamentos iniciais, além de autores contemporâneos, que pudessem orientar nossa investigação.

No primeiro capítulo, intitulado “Família”, circunscrevemos o termo dentro de um breve histórico, já que acreditamos que sua definição é complexa, contingente e determinada pelos

¹ Projeto Brincante 2007/2008 – Coordenação: Profa. Dra. Ruth Helena Pinto Cohen - cod. 13491 apoio PR5 e SG-6

significantes de uma determinada época. E como acreditamos não ser possível a construção de um mundo de significações e sentidos sem um campo de referências (BAUMAN, 1998), nos valem da Sociologia, da Antropologia e da Filosofia, no curso do capítulo, a fim de obter um maior esclarecimento, das formas de organização da família, desde as sociedades primitivas com seus *gens* ou *clãs*, passando pela Antiguidade e chegando à Hipermodernidade (LYPOVETSKY, 2007).

Na Antiguidade verificamos várias formatações do que viria a ser designado como família. *Famulus*, vocábulo de origem latina, se referia ao escravo doméstico, e família, era o conjunto desses, pertencentes a um mesmo homem.

Enquanto na família grega existia um distanciamento entre o homem e a casa, na família romana a proximidade se exercia de tal forma que o homem era considerado proprietário da *familiae*, da qual faziam parte a mulher, os filhos, os escravos e os animais.

Grupos reunidos sob as ordens de um *páther*, palavra que deu origem à palavra pai, que nomeava, não o genitor, mas aquele que tinha o poder de agregar seus bens. Tal lugar era ocupado sempre por um “indivíduo” do sexo masculino.

Na Idade Média o termo ampliou-se para abranger tanto os membros, ligados pela consanguinidade, quanto servos, mulheres cativas, e a descendência do chefe da família, que se reuniam sob um teto comum, com o intuito de responder às situações sociais vinculadas à produção de bens e serviços. Para Ariès (1981, p.11) tratava-se de um contrato de ajuda e proteção mútua sem qualquer vínculo de afetividade.

Na Modernidade, a família tinha um delineamento preciso, sob a regência do Estado e da Igreja. A casa era um centro social, ao redor do qual gravitavam inúmeras pessoas, o que interferia no desenvolvimento da afeição e da intimidade (ARIÈS, 1999). A família moderna atendia ao ideal de ser a célula da sociedade, ela passou a ter uma configuração conjugal, a partir do matrimônio, onde vão aliar-se o sentimento e a questão sexual, a responsabilidade pelos filhos, incluindo cuidados de saúde e educação.

O conceito de família vem se modificando ao longo do tempo e, em particular, na nossa cultura. Em tempos de Hipermodernidade, segundo Lypovetsky, o modelo de família nuclear encontra-se diluído, os vínculos parentais não comportam apenas os laços da consanguinidade ou dos gêneros dos sujeitos que a compõem. Ele está cada vez mais distante dos ideais da Modernidade que propunha um retorno à configuração da família sagrada.

Da mesma forma o termo criança, sofreu alterações e apesar da sua existência, ao longo da história, a infância, como período da vida que comportava a dependência e imaturidade orgânica, só

ganhou relevância na Idade Moderna, apoiada pelos ideais do Iluminismo, que também sustentava a importância do lugar da família na constituição do sujeito. Se na Antiguidade os corpos podiam ser tomados como objetos a serem oferecidos em sacrifício, este *status* segue se modificando e chega à Modernidade, altamente investido, e faz balizar o lugar dos genitores, além do próprio sentimento de família.

Na chamada Hipermodernidade, tema que será discutido no referido capítulo, a fluidez dos laços e a autoridade hierárquica com base na autoridade paterna, cede sua vez a uma relação baseada em alguns princípios de uma suposta igualdade. O que pode comportar um descompromisso, deixando a criança à mercê de uma lógica, onde imperam o capitalismo e o consumo, sem a crença na proteção, antes oferecida pela lei transmitida pela família moderna.

No segundo capítulo, cujo título é “O conceito de família na Psicanálise”, destacamos este específico campo como suporte teórico, a partir do qual buscamos articular nossas propostas nesta dissertação. Julgamos pertinente apontar o caminho do termo família, dentro da história da psicanálise, até que pudéssemos utilizá-lo como um significante, dispensando o exclusivo viés biológico. É interessante apontar que a psicanálise por ter nascido na Modernidade, também se viu influenciada pelos ideais positivistas, com os quais Freud tentou romper.

Entendemos que a família tem, nessa visada, como responsabilidade a transmissão da cultura, por ser um espaço onde a criança vai escoar suas pulsões, nos laços sociais que se constroem dos interditos. Miller (2007), apoiado em Lacan, diz que a família é uma das “encarnações” possíveis do lugar do Outro, aqui entendido como campo da cultura, um espaço onde o “gozo da mãe” é entendido como capricho supremo, mas devendo ser proibido, interditado à criança.

Desta forma podemos entender que o lugar ocupado pelo pai e pela mãe, no romance familiar, só pode ser encarnado por aqueles que desejem exercer estas funções. Na verdade, o genitor não está neste aí de forma espontânea, se faz necessário uma atribuição simbólica, tanto da parte dos pais quanto do filho, para que a função se encarne. Isso por si só já traz uma descentralização e institui uma nova ordem simbólica, no que tange às figuras parentais e também na assunção da criança ao seu lugar de sujeito, dentro dessa nova baliza para os laços sociais.

A partir da circunscrição da família e da criança, nas diferentes sociedades e do discurso da psicanálise sobre os mesmos temas, chegamos ao capítulo três que chamamos de “A dinâmica familiar frente ao tratamento oncológico na infância”. Neste último momento do trabalho,

chegamos a alguns eixos cruciais para a pesquisa. Partimos de uma breve apresentação sobre o câncer e particularmente do câncer na criança, segundo o discurso da ciência.

Pontos importantes são considerados diante do advento do real que se estabelece na vida e nas relações de forma intempestiva e inesperada. O adoecimento por câncer, em razão do estigma da qual a doença é revestida, carrega um prenúncio de morte, além da idéia de dor e sofrimento.

Indicamos o quanto essa situação interfere diretamente na estrutura psíquica dos pais e familiares e assim apontamos para uma ruptura intensa, uma vivência traumática, que traz consequências para a dinâmica familiar.

Encontrarmos, os sujeitos de nossa pesquisa, impactados por uma irrupção do real que os confronta com a impossibilidade de significar, o sem-sentido que é o câncer numa criança. É como se estivessem em confronto com a representação de suas feridas narcísicas, que concernem às suas próprias faltas – a castração – por não terem sido capazes de conceber e/ou cuidar bem de um filho. Daí a idéia da doença como castigo, punição.

Diante disso, apresentamos nossas considerações finais, sem deixarmos de considerar os pressupostos da pesquisa em psicanálise, demos voz aos sujeitos, e a partir daí, tivemos a possibilidade de construção, levando em conta o singular, o único de cada entrevistado. As categorias principais, que utilizamos, não fazem parte da lógica que tende à universalização, mas mostram, na experiência do único, ilustradas pelos relatos de campo e pelo discurso dos entrevistados, o encontro como o diagnóstico oncológico modificou a dinâmica do funcionamento familiar.

Em um segundo momento da pesquisa, voltamos a campo para buscar verificar um paralelo com as famílias de crianças que não tinham câncer, ou seja, com diagnósticos diferenciados, dos “mais simples” aos “mais complexos”, para ver, nesses casos, as modificações produzidas. Esses sujeitos revelaram que diferentemente dos familiares de crianças com câncer, questões anteriores, ou seja, o sintoma somático dava criança dava corpo ao mal-estar da família ou do sujeito que ocupava o lugar de cuidado, mas não modificava de forma efetiva a dinâmica familiar.

Por fim, buscamos tentar demonstrar como o câncer na infância produz efeitos intensos em todos os familiares envolvidos no processo e como a psicanálise pode ouvi-los enquanto sujeitos que transmitiram um saber sobre si que não sabiam possuir.

Capítulo I

Família

1.1 Um recorte histórico

A existência da família se fundamenta na forma pela qual a sociedade vigente se constitui enquanto organização humana, independente da época. Esse fato é um fundamento necessário para a contextualização dos arranjos da família no curso da história da humanidade. Analisando alguns aspectos das civilizações antigas – como aquelas que nos deixaram legados imensuráveis nos mais variados aspectos de nossa cultura atual – verificamos que, com diferenciadas formas sócio-histórica e geopolíticas, elas têm, nos dias de hoje, grande importância, como Jaeger (2003) nos alerta para “a imorredoura ação dos gregos sobre todos os séculos.” (pg. XVII)

Baseando-nos nessas ideias, trataremos no curso deste, a fim de um maior esclarecimento, das formas de organização da família desde as sociedades primitivas. As sociedades primitivas não são assim chamadas por serem consideradas de menor importância nem suas existências se remeterem aos primórdios da humanidade, ou ainda por implicarem um sentido de irracionalismo ou pré-logismo (ARIÈS, 1981 p. 146), mas pelo fato de seus personagens alcançarem a possibilidade de convívio e extraírem exemplos de valor a partir dessa experiência, a despeito de se contraporem ao chamado mundo civilizado. Desta forma nos deixam entrever o percurso decorrente da conceituação de família desde suas primeiras configurações até as novas formas que se apresentam na contemporaneidade.

Não faremos, entretanto, um estudo exaustivo sobre o tema, pois nossa intenção é circunscrevê-lo para melhor compreender as diferenças que perpassam a dinâmica familiar no que concerne às modificações das funções parentais relacionadas à educação de crianças e jovens. Dessa análise extrairemos algumas consequências sobre o tema do adoecer de uma criança por câncer no seio da família.

Iniciamos nosso percurso buscando alicerçar os termos sociedade, cultura e civilização a partir das divergências, tangências e encontros entre os diferentes autores, para então construirmos o percurso histórico do significativo família na sociedade ocidental.

Elias (1994, p.19) nos dá um indicativo da proposta deste capítulo, ao dizer que nossa constituição de família acontece a partir dos outros que nos precederam. Portanto, conhecer os grupamentos humanos, nas diferentes sociedades, está implicado no conhecimento do nascimento

do homem e na forma como eles foram constituídos; Lévi-Strauss (1995, p.31) afirmava a relevância de se pensar a forma como a sociedade atual funciona é o resultado de todas as transformações sofridas e vivenciadas pelo homem em determinados momentos históricos.

Ao utilizarmos o termo sociedade tratamos de indivíduos que vivem em comunidade, sem nos determos no quantitativo, mas nas relações estabelecidas entre eles. Isto é o que determinará suas posições e funções. São as conexões existentes, sob determinada organização e com um conjunto de regras peculiares que fornecem a uma sociedade sua especificidade (ELIAS, 1994, p. 22). A partir desta compreensão, poderíamos crer que sua referência às especificidades de cada grupo humano teria o nome de cultura.

Sobre o termo cultura pairam várias definições: Geertz (1978, p.33) fala que: “o homem é um animal amarrado à teias de significados que ele mesmo teceu”, o autor ainda afirma que a cultura seria essa teia e a sua análise. Elias (1994) prefere chamar este movimento de rede por ser impossível compreendê-lo a partir de cada fio individualmente mas, apenas na forma como eles se entrelaçam e se constituem.

Percebemos que a ação de tecer parece remeter ao momento em que o homem diferencia-se do animal em seu aparato biológico, em sua capacidade de adaptação para domar a natureza e em extrair o necessário para a sua sobrevivência, além da sua capacidade para se acomodar, produzir, manipular instrumentos que facilitam sua forma de vida, tornando-se a cada dia mais independente das forças externas - a natureza ou os deuses. O homem funda a cultura porque cria e gera conhecimentos para si e para sua comunidade. Neste ponto, podemos inferir a possibilidade e a importância da transmissão de costumes como a principal forma de promoção da cultura.

Lévi-Strauss (2008, p. 47) acrescenta a essa discussão a capacidade da mente humana de criar símbolos e com isso organizar princípios e regras, principalmente no que se refere à proibição do incesto. Para o autor, esta lei tem caráter universal, ela “constitui o passo fundamental graças ao qual, pelo qual, mas sobretudo no qual se realiza a passagem da natureza à cultura” (p. 62).

Os termos cultura e civilização se entrelaçam, mas Elias (1990, p. 28-9) torna claro que isso se deve a contingência histórica do nascimento da civilização, que ele localiza na Idade Média. Nessa época predominava o modelo social francês que impunha um imenso abismo entre as camadas sociais, a saber, entre membros da corte e burgueses como descreveremos no item desta pesquisa referente à família na Idade Média. A cortesia não era apenas uma palavra, mas a chave responsável por tornar os indivíduos capazes de serem vistos como confiáveis.

Revel (1990, p. 169-210) expõe como este conceito torna-se um modo de viver e influenciar os costumes, passando por impulsionar um maior distanciamento entre os corpos que favorece a intimidade - uma transformação dos comportamentos ancorada no livro *A civilidade pueril* de Erasmo, publicado em 1930. Ariès (1981, p. 247) refere-se ao livro de Erasmo como sendo “o primeiro manual de civilidade”. Revel e Ariès convergem na opinião de que o conceito de cortesia foi significativo no percurso da família para a Idade Moderna e o nascimento da noção de infância.

As divergências entre os termos cultura e civilização ocorreram nas sociedades ocidentais, particularmente na França, Inglaterra e Alemanha. Nas duas primeiras, o conceito de civilização firmava o orgulho e a nacionalização de povos unificados que expandiram suas ideias para além de suas fronteiras geográficas. Na Alemanha, onde a identidade do povo implicava no despovoamento e reorganização sócio-geográfica em função da guerra dos Trinta Anos², isso não acontecia. A necessidade de se reconstruir e buscar uma unidade – fonte geradora de orgulho – deu origem ao conceito de *Kultur*, que aparece na sociedade alemã como tentativa de demonstrar sua “auto-imagem nacional”.

Retomado o conceito de civilização, podemos acompanhar as ideias de Elias (1990, p. 23-56) em sua suposição do nascimento da civilização em uma contingência histórica que acaba servindo para abarcar a “dita” superioridade das sociedades ocidentais sobre as antigas, chamadas de “primitivas”.

Engels (2007) ao revisitar os escritos de L.H. Morgan, cientista americano e historiador, descreve como a civilização surge de forma progressiva e gradual, seus estágios iriam desde a selvageria, passariam pela barbárie e chegariam à civilização (entendida por ele como o completo controle da natureza). Em cada uma destas etapas o homem angariaria uma maior capacidade de lidar com a natureza, como se ele fosse ligado a uma escala de evolução.

Morgan (1978) circunscreve a história da humanidade no fato de o homem, recém saído de seu estado animal, ir se hominizando em sua tentativa de dominar a natureza ao invés de “parasitá-la”. Com isso e, por tentativas bem sucedidas, ele teria descoberto a possibilidade de ir além do território conhecido e assim inventar as primeiras armas pela necessidade de proteção, angariando experiências e conhecimento.

Engels (2007, p. 33) descreve que o período de selvageria começaria com:

² Período de guerra contínua iniciada por questões religiosas apoiadas por motivos relacionados à expansão territorial, disputas sucessórias e avanço comercial. As disputas aconteciam no território alemão, o que parece ter favorecido o despovoamento. O conflito termina com a intervenção do conde Richelieu, com isso a França sai vencedora e como o grande império da Europa. (Cobra,1997)

a invenção do arco e flecha, graças aos quais os animais caçados vêm a ser um alimento regular e a caça uma das ocupações normais e costumeiras. O arco, a corda e a seta já constituíam um instrumento bastante complexo, cuja invenção pressupõe larga experiência acumulada e as faculdades mentais desenvolvidas, bem como o conhecimento simultâneo de diversas outras invenções.

No estágio seguinte, a barbárie, caracteriza-se principalmente pela domesticação e criação de animais, por seus derivados, e pelas possíveis utilizações da argila e da madeira e o início de um desenvolvimento singular que vai favorecer o declínio do nomadismo.

O período da civilização aconteceria a partir do domínio e da descoberta das múltiplas utilidades do ferro, que teria facilitado e impulsionado seu uso na agricultura. A este período, Engels relaciona a etapa evolutiva da época homérica dos gregos, as tribos anteriores à fundação de Roma (p.36).

Lévi-Strauss (1993, p.353-54) discorda da posição de Engels porque considera uma orientação influenciada puramente pela teoria darwiniana do evolucionismo biológico. Ele reconhece, nas características dessas fases, pontuações ingênuas que deixam de lado a combinação intrincada de diversos fatores com os quais o homem do período bárbaro teria se confrontado. Por isso, ele diz que “não há razão de excluir o ato inventivo”, seja em razão da descoberta de ferramentas como martelo, arco e flecha ou mesmo na utilização da cerâmica.

Para o antropólogo “todas estas operações são demasiado numerosas e complexas para que o acaso pudesse explicá-las. Cada uma delas, tomada isoladamente, nada significa, e o que permite seu sucesso é sua combinação imaginada, desejada, pesquisada e experimentada”. Ele acrescenta ainda que a transmissão de determinada técnica entre as gerações aconteceria pela observação e pela prática, o que teria como consequência o aperfeiçoamento das técnicas ao longo das gerações. Além disso, ele acredita que sociedades contemporâneas poderiam guardar similaridade com os vários estágios descritos por Engels. Para Lévi-Strauss (1993) o mais significativo é colocar em pauta a diversidade cultural como uma consideração plástica:

Indubitável que os homens elaboraram culturas diferentes por causa do afastamento geográfico, das propriedades particulares do meio e da ignorância que tinham do resto da humanidade; mas isto só seria rigorosamente verdadeiro se cada cultura ou cada sociedade tivesse nascido e se desenvolvido isoladamente de todas as outras... Jamais as sociedades humanas estão sós. (p. 332-33)

Conforme entendemos, o mais importante é a própria humanidade, termo que guarda em si o respeito pela diversidade cultural. Depreendemos também a possibilidade de sintetizar a cultura

como uma organização de leis, normas, regras que a sociedade, o grupo de indivíduos, utiliza para a convivência de seus membros. Já a civilização inclui um acervo de produções de uma determinada sociedade que, de alguma forma foram registrados e nos permitem conhecer seu funcionamento, incluindo formas de transmissão, “instituições sociais, a arte, religião” (LEVI-STRAUSS, 1993, p. 332).

Freud (1996[1927]) nega a diferença entre os termos cultura e civilização, ao afirmar que a abdicção de um certo *quantum* pulsional pela proibição do canibalismo e do desejo de matar, além do incesto, é o que sustenta que possamos nos livrar de nossa condição animal. A importância destas proibições consistiria no fato delas estabelecerem os regulamentos necessários para o ajuste das relações entre os homens, portanto, um motor para a existência da civilização.

Com essas considerações iniciais buscamos historiar o termo família a fim de compreendê-lo na sua complexidade. Avançando nessa perspectiva, propomos uma divisão didática do termo da seguinte forma: família da sociedade primitiva, da Antiguidade, família da Modernidade e família da Hiper-Modernidade.

1.1.1 A Família Primitiva

Antes de começarmos nossa explanação gostaríamos de dizer que as diferentes formas de funcionamento da família primitiva que iremos apresentar não têm correlação com o termo selvagem como desorganização, e sim com uma diversidade singular na cultura. Lévi-Strauss (1993, p. 333) apresenta os encontros com povos de cultura diferentes da seguinte forma: “a diversidade das culturas [que] mostrou-se aos homens tal como ela é: um fenômeno natural, resultante das relações diretas ou indiretas entre as sociedades; viu-se nisto sempre uma espécie de monstruosidade ou escândalo”.

Na expansão geográfica da Idade média, o termo selvagem foi usado em larga escala para tachar as sociedades de condizerem com a animalidade. Isto nos parece uma visão equivocada dos colonizadores, dos hábitos e costumes que eles consideravam simples. Neste sentido, Raminelli (2006) afirma que a influência cristã no Brasil foi fundamental para que os índios fossem considerados primitivos, animalescos. A partir daí podemos entender a visão dos clérigos que consideravam os costumes indígenas como a ratificação de um estágio inferior por tomarem por base “o desconhecimento da palavra revelada, da organização estatal e da escrita” (ROMANELLI,

2006, p. 11-12). Digamos que os clérigos tinham como referência aquilo que era considerado como civilizado pela corte europeia.

Na medida em que a ciência avança para momentos anteriores ao mundo greco-romano ela abre um espaço de conhecimento significativo e pode mostrar que a alteridade observada com os índios era um modo de organização sem qualquer ligação com a selvageria. Freud (1913) demonstra o benefício da observação dessas sociedades ao colocar em voga seus estudos acerca dos aborígenes da Austrália e de suas intrincadas organizações, cujas leis e regras foram significativas para exemplificar conceitos importantes para a construção da Psicanálise.

A importância da observação dessas sociedades torna-se patente quando Freud estuda o homem primitivo e nos dá a chance de conhecê-lo por intermédio de um legado de informações “*o mediante a la tradición contenida em sagas, mitos y cuentos tradicionales, y a los relictos que de su modo de pensar perduran em nuestros propios usos y costumbres*” (p. 11), pois ele acrescenta que poderíamos creditá-lo nosso contemporâneo. Para Freud somos todos herdeiros diretos desse homem pré-histórico, apenas mais evoluído.

Podemos considerar que do mesmo modo que evoluímos, a organização familiar também não permaneceu estática. A esse respeito Morgan (1978) reconhece:

a importância que assume para a humanidade a tese fundamental de que família se desenvolveu através de várias formas sucessivas é uma razão de peso que justifica que se apresentem e se estudem estes sistemas, se efetivamente eles são suscetíveis de pôr em evidência a realidade dos fatos (p.123).

Para Engels (2007 p. 41-6) haveria sempre uma modificação da família compatível com a evolução das sociedades. Ao longo da evolução, o homem, após seu estado gregário, viveu em uma forma de organização familiar na qual não existiam os limites cerceadores da atividade sexual que encontramos na atualidade, ou seja, eles podiam relacionar-se sexualmente com seus pais, mães, irmãos e irmãs, em uma família primitiva onde grupos de homens e mulheres pertenciam-se.

O autor ressalta ainda que a família consaguínea, derivada daquela, caracterizava-se por um modo de funcionar onde as relações entre os pares sexuais eram classificadas pelas gerações a que pertenciam, como os avôs e avós que seriam “maridos e mulheres entre si” (ENGELS, 2007, p.47).

A família primitiva teria desaparecido encontrando-se apenas vestígios de sua existência a partir do sistema de parentesco havaiano no qual as palavras pai e mãe são usadas não apenas para seus genitores, mas para todos aqueles que poderiam sê-lo. Na visão de Lévi-Strauss (2008, p.56-8)

a proibição do incesto estaria na base de tal acontecimento por impulsionar, de certa forma, a busca de parcerias matrimoniais fora do grupo original – exogamia.

Parece-nos que o autor concorda com Freud (1996[1927]), quando este coloca que a situação acima relatada teria dado início a uma maior preocupação do homem primitivo com a realidade social, com seu grupo, na medida em que ele abriria mão de sua satisfação pulsional, distanciando-se de sua natureza animal. Podemos então inferir que haveria nesse instante um avanço da mente humana que seria precursor do processo de civilização, tal como colocado por Freud quando ele compara a criança ao homem primitivo, de modo que:

Está en la línea de nuestra evolución interiorizar poco a poco la compulsión externa, así: una instancia anímica particular, el superyó del ser humano, la acoge entre sus mandamientos. Todo niño nos exhibe el proceso de una transmutación de esa índole, y sólo a través de ella deviene moral y social (p.11).

Uma riqueza significativa no percurso da modificação da família primitiva, cujo ganho para o grupo se torna evidente, seria uma visão do papel da mulher não apenas como objeto para satisfação sexual, mas também como aquela que além de manter a espécie, garante a subsistência da própria tribo. Ou seja, a exogamia é tomada como uma intervenção que asseguraria a manutenção da ordem econômica pela divisão e especialização das atividades inerentes a cada um dos sexos.

Podemos ver essas famílias como “cooperativas de produção”, conforme Lévi-Strauss (2008, p. 78-9) reforça a idéia ao apresentar um fragmento no qual os pigmeus consideram a mulher uma preciosidade: “quanto mais mulheres há, mais há o que comer”.

A valorização da mulher na família primitiva é citada por Engels (2007, p.49-50) na família punaluana³ como essencial para a formação da gens (clãs), uma vez que ela seria responsável pela descendência diante da incerteza no crédito da paternidade. Desse modo, a consaguinidade do grupo é extrapolada por um sistema de parentesco que alcança as mais tenras alianças. A linhagem materna gera um núcleo de força e dá à mulher a possibilidade de mandos e desmandos na casa e até na tribo. Sobre a observação dos iroqueses, Engels menciona, por exemplo, que as mulheres da tribo nada temiam ao rebaixarem um chefe à condição de guerreiro.

O papel desempenhado pelo homem e pela mulher nas sociedades primitivas relaciona-se à singularidade de cada época e ao lugar geográfico. O estudo antropológico apresenta situações bastante diversas que não podem ser comparadas aos papéis relacionados ou esperados pela

³ Definida por Morgan (1978, p.122) como uma comunidade de irmãs, fundadas sobre uma ordem clânica.

sociedade atual. Dessa forma, encontramos as mais diferentes formatações no que tange à linhagem materna e paterna, nem sempre seguindo uma situação linear ou hierárquica.

Os estudos de Lévi-Strauss (1970) apresentam os Tsimshian cuja cultura continha a obrigação da mulher da colheita dos frutos, raízes e plantas, enquanto aos homens ficava o dever de caçar e pescar. Eles dividiam-se em clãs matrilineares, exogâmicos e divididos em linhagens. O casamento acontecia segundo a posição ocupada pelo indivíduo nas castas: “pessoas verdadeiras ou famílias reinantes; pequena nobreza ou povo, o qual compreendia todos aqueles que não pudessem orgulhar-se de nobreza igual nas duas linhas” (p.15).

Nessa sociedade, embora a mãe definisse a filiação, a determinação do lugar onde a família recém-construída estabelecerá a moradia e educará seus filhos é decidida pelo marido. O autor justifica este arranjo em função da poligamia que os homens usufruíam. (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 21).

Mead (1971), na qualidade de antropóloga, estudando o lugar da mulher em diversas sociedades primitivas, atesta que teria ocorrido um tempo de reinado do matriarcado no qual não era creditado ao homem valor sobre sua prole. Mas também parece ter havido sempre em todas as sociedades uma divisão do trabalho, de obrigações, como nos primórdios da divisão de classes e submissão de um sexo a outro.

Parece-nos que a ordem biológica determinava o poder no matriarcado, uma vez que a supremacia feminina vinculava-se à procriação. Engels (2007, p.59), mesmo discorrendo sobre a questão da propriedade, discorda no que concerne à questão da submissão ou escravidão da mulher nas sociedades primitivas. Para ele essa ideia é característica dos estudiosos do século XVII. A divisão do trabalho seria uma realidade vinculada às habilidades, e a posição da mulher lhe conferiria prestígios mais significativos quando relacionados à mulher civilizada.

Com uma interpretação evolucionista, Lévi-Strauss (2008), diferente de Mead, atém-se menos às situações do matriarcado, patriarcado e mais à assegurar a estrutura de parentesco em seus elementos principais – a consaguinidade, a aliança e a filiação – como sendo o mais importante em todas as culturas para a organização dos diversos laços sociais a serem estabelecidos. Ele considera a estrutura de parentesco um elemento simbólico associado ao biológico e balizado pela proibição do incesto, e que essa estrutura parece possibilitar o percurso da família da horda para a monogamia dos pares sexuais. Roudinesco (2004, p. 14) facilita esse entendimento ao esclarecer que a família provém sempre da união – logo, do estilhaçamento – de duas outras famílias.

Na verdade, cada sociedade dita primitiva esclarece e nos deixa entrever nossas ações de hoje, reconhecendo que nenhuma civilização pode prescindir de algumas ações que lhe antecederam para poder pensar sobre si mesma, pois a partir dessas ações a sociedade coloca sua cultura em perspectiva e confronta suas concepções. Dito de outra forma: “nenhuma fração da humanidade pode aspirar a se compreender, senão por referências a todas as outras” (p. 277).

1.1.2 A Família na Antiguidade

Ao utilizarmos o termo Antiguidade nos referimos ao período histórico compreendido entre a Grécia Antiga e a invasão de suas terras pelos romanos. Sua região geográfica original era próxima do rio Eufrates, na fronteira oriental do mediterrâneo, e em ilhas subjacentes. Ressaltamos a possibilidade de explorarmos a singularidade da época, no que se relaciona aos elementos inerentes às mais variadas atividades do homem daquele tempo e, mesmo séculos depois quando esses elementos já não existem com a mesma configuração.

Na medida em que o homem adquire uma maior capacidade de lidar com a natureza e conseqüentemente com o desenvolvimento da agricultura, a tendência nômade vai dando lugar a uma necessidade de fixação à terra. A partir daí são geradas modificações de outras ordens. As gens tinham, entre outras regras, a da linhagem matrilinear, então a herança só poderia pertencer àqueles que possuíam o mesmo parentesco.

Engels (2007, p. 64-5) afirma que a riqueza, nessa nova organização, vai para além do espaço da casa, pois já existiam manadas de diversos animais, e com isso a busca por ampliar seus espaços geográficos para direções mais de acordo com suas necessidades, afinal, “havia adquirido riquezas que precisavam de vigilância e de cuidados” continuando, assim, o processo de evolução. Essas “fontes de riqueza a princípio, pertenceriam as gens”, mas estava nascendo, segundo o autor, o contexto favorável para a propriedade particular, para a busca de expansão para novas terras.

Com as guerras que ocorreram, nasceria mais um “objeto de luxo”: o “gado humano”, os escravos necessários para lidar com os rebanhos, que se multiplicavam em uma velocidade além da esperada. Os escravos passam do nada à valorização como força de trabalho. Outras alterações parecem ser requeridas nesse conjunto de modificações nos clãs. Além da atividade inicial, outros ofícios, como os manuais, vão requerendo uma organização diferenciada, além da geografia:

Convertidas todas essas riquezas em propriedade particular das famílias, nas quais se multiplicaram rapidamente, aplicaram um duro golpe na sociedade alicerçada no casamento pré-monogâmico e na gens de direito materno. O casamento pré-monogâmico havia introduzido um elemento novo na família, colocando junto da mãe autêntica, o autêntico pai, provavelmente mais autêntico que muitos ‘pais’ de nossos dias (p. 65).

Verificamos que o dito acima faz correlação com o de Roudinesco (2003) a respeito da importância da nova organização na qual a família fica muito distante de um grupo e sua organização torna-se hierarquizada com o predomínio do regime patriarcal. A família é constituída por três tipos de relações significativas: a “relação entre o senhor e o escravo; a associação entre o marido e a esposa, e o vínculo entre os pais e filhos” numa configuração fundamental para evitar a anarquia (p.18).

Engels (2007, p. 67) afirma que essa organização de família, onde o homem assume a responsabilidade, as riquezas, enfim o poder, seria responsável pela degradação da história da mulher que, a partir daí, seria “convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução”. Temos desencontros a essa ideia no pensamento de Homero, e também no Estado ideal de Platão.

Jaeger (2003, p.63) caracteriza a poesia de Homero para além de uma descrição alegórica de um tempo ido, pois se assim fosse sua permanência e sua força não teriam razão de ser nos dias atuais. A produção de Homero demonstra com consistência e clareza a relação do grego com seus ideais; encontramos “uma poesia” que mergulha na singularidade de um povo, de uma época: “suas formas mais elevadas não nos dá um fragmento qualquer da realidade; ela nos dá um trecho da existência, escolhido e considerado em relação a um ideal determinado”.

A partir disso podemos pensar que, na *Iliada*⁴, as mulheres, deusas ou mortais tiveram um papel ativo, como Tétis, ninfa do mar cortejada por Zeus e Poseidon, a despeito dela ter sido obrigada a casar com um ancião mortal, em razão da profecia que ditava que seu filho seria mais importante que o pai. Apesar disso, podemos crer que ela tenha subvertido a ordem patriarcal ao dar poderes de invulnerabilidade a seu filho Aquiles, fruto desse casamento.

Temos também Helena de Troia que abandona o marido Menelau, fato que se torna a grande motivação para o início de uma guerra que durou 10 anos. Em *Odisseia*⁵, vemos a personagem Penélope, descrita por Jaeger (2003, p.83), como uma dona de casa: “a mulher desamparada e ignorante do paradeiro do esposo; em face das dificuldades surgidas com os pretendentes, a senhora

⁴ HOMERO. *Iliada*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2088.

⁵ HOMERO. *Odisseia*. Trad. Odorico Mendes. Rio de Janeiro: Ateliê Editorial, 2008.

fiel e afetuosa para as servas; a mulher inquieta e angustiada pelo cuidado com seu filho único”. Mas, a despeito disso, ela busca, com um artil feminino, prolongar ao máximo qualquer possibilidade de ser desposada.

Dessa forma nos parece que Penélope teria por algum tempo a posse de sua existência e com isso aguardaria o retorno de seu marido Ulisses. Helena e Penélope são exemplos de que o papel da mulher pode ir além da mera servidão ou objeto erótico. Penélope tem uma postura firme no que se refere ao governo do lar: “a *areté* própria da mulher é a formosura” (p. 46). Ela é honrada “acima de tudo e principalmente porque, numa raça orgulhosa de cavaleiros, a mulher pode ser mãe de uma geração ilustre. Ela é mantenedora e a guardiã dos mais altos costumes e tradições” (p.47).

O caráter de comunidade permanece na Grécia em plenitude com suas principais cidades-Estado, as *Pólis* importantes por sua situação geográfica e política, uma vez que delas emanavam toda a formação e conduta dos gregos, mesmo dos camponeses, mas não determinavam a inexistência de classes sociais, e sim de cidadãos diferenciados segundo suas atividades: os agricultores, os carpinteiros, os artesões e mercadores (Platão, 2006, p. 106-7).

Os nobres eram considerados como os únicos dignos de possuir a *areté* ou o que pode ser traduzido, segundo Jaeger (2003, p. 27) como um sentido de aceitação social, prestígio ou mesmo respeito. Ainda, segundo o autor, só aos nobres estaria destinado o poder de ter uma humanidade total, e assim desde a juventude os pais creditavam aos filhos um modelo de vida ideal que tinha como pressupostos “a vida sedentária, a posse de bens e a tradição” (44-45).

Com a obra de Platão, nascido nos áureos tempos da Grécia Antiga, tem a descrição de um Estado autoritário. Esparta é utilizada como o grande modelo de *paidéia* que vai além da *areté* heroica de Homero. A sociedade permanece patriarcal, com a busca de um ideal para o qual o homem, e tudo o mais, se volta para o Estado e acontece pelo Estado. Com isso, a vida familiar ficava em um plano inferior (p 105-8).

Na parte inicial de “A República” (2006) encontramos ainda atribuído, principalmente a Atenas, indícios de uma organização familiar que mostra uma hierarquia na qual a mulher tem como obrigação, como papel principal, o contato com a criança, ainda que haja a presença de servas (escravas) (p.115).

Além da ausência de um papel social, não cabia à mulher a possibilidade de vez ou de voto nas grandes assembléias. Esse lugar de subserviência é ratificado pelo seguinte dito: “a fêmea gesta e pare os filhos e o macho [os] gera” (p. 227). Logo, temos a ideia de que a mulher não teria

qualquer participação na geração de um filho, cabendo-lhe apenas mantê-lo (no útero) e expulsá-lo quando pronto, sem qualquer participação na geração. Além disso, ela era considerada mais fraca que o homem, mesmo sendo afirmado que as capacidades naturais distribuem-se da mesma forma em ambos os sexos (p. 228).

Parece-nos que Platão situa a mulher, no Estado que ele propõe, com importância próxima do homem, do guardião. Ele nos diz que, na família ideal, os homens não viveriam particularmente com nenhuma mulher, assim como os filhos não viveriam uma situação particular privada, porque sobrepujaria a questão da consanguinidade. O casamento seria público, regido pelo Estado e pelos legislados, na medida em que os pares de procriação seriam estabelecidos segundo dotes individuais. E, principalmente, para que o casamento não se tornasse uma situação marcada apenas pela satisfação, somava-se a essa regulação a intervenção do aspecto sagrado nessa união.

A família ideal parece ser a garantia de uma raça pura pela impossibilidade de mesclar castas e de manter em maior quantidade o número de homens (p. 233-35). Platão já colocava, na família que descrevia, a proibição do incesto, que mais tarde será retomada por Freud (1930) como reguladora das relações de parentesco natural:

Permitiremos que tenham vida sexual com quem quiserem, salvo as seguintes exceções: no caso do homem ficam interditos sua filha, sua mãe, os filhos de sua filha e os ascendentes de sua mãe; no caso de uma mulher ficam interditos (analogamente) seu filho e descendentes deste, seu pai e ascendentes deste (p. 237).

Referimo-nos aqui à conceituação de Lévi-Strauss (1995, p.35) que afirma ser a proibição do incesto, nas sociedades, primitivas e da Antiguidade, um modo de levar os indivíduos dos diversos grupos a procurarem formas de alianças externas. Com isso, ele considera que os “vínculos de aliança são os primeiros que podem ser qualificados de sociais”. Dessa maneira, a proibição do incesto funda a sociedade humana e a própria sociedade. Na verdade, podemos inferir que o mais significativo do ideal platônico é a possibilidade de fortalecimento da “unidade do Estado, ao estabelecer uma completa unidade entre a cultura do homem e a da mulher” (JAEGER, 2003, p.818).

Contudo, mesmo com as considerações feitas por Platão, ainda permanecem, no Estado Grego, a divisão de classes, o patriarcado, o escravo como um lugar ocupado por seres considerados inferiores, e quando estes são mulheres podem ser admitidos como servas ou concubinas. De

qualquer forma, a classe privilegiada seria mantida pelo crédito dado ao nascimento, fato importante para definir a formação da elite pela crença na nobreza como congênita (p. 819).

Para Engels (2007, p. 68) a característica principal da família patriarcal é a reunião de indivíduos livres e de escravos, submetidos à ordem de um chefe ou, como ele coloca, sob o “domínio paterno”, indicando, assim, que a família romana não é apenas o exemplo da família, mas traz à baila a origem do uso da palavra: “a princípio, entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e a seus filhos, mas somente aos escravos”.

Famulus quer dizer escravo doméstico, e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Enquanto na família grega existia um distanciamento entre o homem e a casa, na família romana a proximidade se exerce de tal forma que o homem é considerado proprietário da *familiae*, da qual faziam parte a mulher, os filhos, os escravos e os animais. Seu poder era endossado pelas Doze Tábuas datadas do século V a.C. que regulamentava: “que o pai mate os filhos anormais, prenda, flagele, condene aos trabalhos agrícolas forçados, venda ou mate filhos rebeldes, mesmo quando, já adultos” (MANACORDA, 1989, p. 74).

Correlativamente, a questão biológica fica em segundo plano, pois é sobrepujada pela palavra que possibilita ao pai tornar, por sua vontade, qualquer pessoa um filho legítimo (ROUDINESCO, 2003, p.21). Em Roma, apesar da deliberação da mulher como objeto, e entenda-se aqui, como um bem, algo que se possui, quando mãe, ela tem responsabilidade na educação terrena do filho.

A importância da constituição familiar na Antiguidade será demonstrada quando passarmos ao estudo da composição familiar em um tipo de sociedade que inicia sua articulação vinculada à aquisição de poder e de posses, para manter suas relações diante da expansão geográfica. Dessa forma se inicia o período conhecido como Idade Média.

1.1.3 A Família Medieval

A Idade Média começa, segundo Manacorda (1989) com o império romano dividido pelas invasões bárbaras, mas, ainda assim, capaz de deixar marcas, traços da cultura helênico-romana (mesmo nos germânicos) que permanecem até os dias de hoje em diferentes Instituições (p. 106-08).

Com as constantes invasões e guerras, as cidades deixam de ser seguras e, gradativamente, a crise do Império Romano favorece um retorno à atividade agrária. O senhor feudal passa a representar a classe nobre, cuja riqueza é representada pela detenção de terras. Desde os séculos iniciais da Idade Média até aproximadamente os séculos XIV e XV a família se reunia sob um teto comum com o intuito de responder às situações sociais vinculadas à produção de bens e serviços. Para Ariès (1981, p.11) tratava-se de um contrato de ajuda e proteção mútua sem qualquer vínculo de afetividade.

A constituição dos feudos parece substituir o Estado, diante de seu enfraquecimento, e favorecido um maior agrupamento e estreitamento de laços, onde “a tutela do senhor havia substituído imediatamente a proteção dos poderes públicos, e a comunidade aldeã havia fornecido aos camponeses um quadro de organização e de defesa superior à família.” (ARIÈS, 1981, p. 212).

Engels (2007, p.72-80) relaciona as questões do poder do homem sobre a *familiae* ao estabelecimento de um regime monogâmico, que garantia a entrada do homem no período da civilização. A família monogâmica teria como principal característica, não o dito amor conjugal ou romântico, mas asseverar uma paternidade indiscutível e continuar garantindo a transmissão de bens e do nome dentro das classes abastadas; o casamento ocorreria por conveniência.

Ariès (1985, p. 164) concorda com Engels ao falar do casamento monogâmico e indissolúvel como uma invenção ocorrida em Roma antes da influência cristã, “um negócio de família: um contato que dois indivíduos tinham concluído, não para seu prazer, mas a conselho de suas famílias e para o bem delas” (FLANDRIN, 1985, p. 148). Isso pode ser percebido na descrição de uma cerimônia de casamento:

O ato do casamento se estendia por um período de duração variável, (...) e começava com o *desponsatio*, a promessa, o *foedus* ou *pactum conjugale*, dos quais se originaram tanto o nosso noivado quanto a cerimônia de contrato (...). O casamento era um tratado que empenhava a palavra dos contratantes entre duas famílias. Uma família dava uma mulher a outra família, a recebia em troca de um *dos*, de um dote (*donatio puellae*). A última etapa do período conjugal era a colocação dos jovens esposos no leito, que acontecia em público; era cercada de solenidade e sancionada pela aclamação dos assistentes que comprovavam, desse modo, a realidade dos fatos (ARIÈS, 1985, p. 165).

O casamento acontecia com uma formatação privada, dentro da casa, mas da qual partilhavam todos os membros da família, e acontecia mesmo na classe nobre tendo um dos pais como “oficiante”.

O Cristianismo é reconhecido como religião oficial no início da Idade Média, e gradativamente vai impondo novas configurações na família patriarcal ao trazer para este ambiente o pai como representante de Deus acima da situação de vontade pessoal, como no direito romano. Roudinesco (2003) afirma que agora o pai marca o filho pelo seu sêmen e pelo nome, “transmitindo ao filho um duplo patrimônio: o de sangue, que imprime uma semelhança, e o do nome – prenome e patronímico” (p.22). Para garantir esta designação, o papel da Igreja foi provavelmente fundamental.

Para a Igreja o casamento significava uma forma de domar a sexualidade em favor da procriação que encontrava naquele sua melhor resolução: “é melhor casar do que arder” (p. 53). Gradativamente a sexualidade e procriação vão se imiscuindo até, no século XIII, tornarem o casamento um sacramento indissolúvel. Além disso, o papel do sacerdote, antes ocasional e limitado à benção dos nubentes no leito conjugal, passa a ter uma presença fundamental.

A modificação mais significativa extrapolou o fato de haver um deslocamento da solenidade do casamento, que sai da casa, chega à porta e posteriormente ao interior da igreja: trata-se da certeza de que os cônjuges desejam participar da cerimônia. Essas modificações foram confirmadas com o aval do Concílio de Trento, ocorrido no século XVI (ARIÈS, 1985, p. 178-79).

O papel da Igreja, neste período da história, incluía ditar, regular as formas e os intervalos das relações matrimoniais entre os cônjuges. Seu objetivo era fazer inexistir o prazer na união sexual, e para garantir a manutenção desta “sagrada família” houve o custo dado à fidelidade. Goreau (1985) levanta a questão da importância conferida à castidade por ser esta uma garantia aos olhos dos contratantes.

A maioria dos historiadores coloca a origem concreta dessa exigência de castidade na importância que assumia uma paternidade que não pudesse ser contestada aos olhos de uma sociedade, cujas estruturas econômicas e sociais repousavam sobre a transmissão patrilinear e no direito de primogenitura dos bens da família (...). Da integridade de sua honra depende a preservação das famílias de toda mistura que poderia marcá-las com infâmia (p. 12).

Com isso, o papel da mulher foi diminuindo gradativamente em contraposição ao poder paterno. Para Ariès (1981), isso seria uma garantia de que a família estaria tomando o corpo de uma “célula social, a base dos Estados, o fundamento do poder monárquico” (p.214) que estaria na base do sentimento de família ao reforçar os vínculos em torno da família conjugal, já em torno do século XVI (p. 223).

O Brasil, enquanto colônia e apesar de ter nascido na Idade Média, tem uma construção peculiar que, em muitas passagens, se iguala ao desenvolvimento da família. Seu nome é derivado de sua própria condição de explorado e o patriarcado é regime familiar de sua sociedade com o homem encarnando no lar, o lugar de Deus, sendo capaz, por isso, de reger sua(s) esposa(s), seus filhos, seus escravos e obviamente servir-se deles. Costa (2004) ao falar da família colonial brasileira corrobora e acrescenta mais um aspecto:

A família colonial fundou sua coesão num sistema piramidal cujo topo era ocupado pelo homem, em sua polivalente função de pai, marido chefe de empresa e comandante de tropa [...]. Toda aliança voluntária em função de objetivos comuns era excluída. O pai representava o princípio da unidade da propriedade, da moral, da autoridade, da hierarquia, enfim, todos os valores que mantinham a tradição e o *status quo* da família (p. 95).

O poder da família senhorial brasileira advinha do latifúndio e organizava-se sobre uma rede que levava em conta a consanguinidade, o parentesco espiritual e a moral. Nessa rede estavam incluídos os compadres, os afilhados e agregados que, embora submetidos e dependentes dos senhores, defendiam essa ordem e hierarquia como se fosse de sua família de origem (COSTA, 2004, p.42-3). A associação com a religião fornecia uma autoridade espiritual.

A família senhorial brasileira se assemelha à família europeia do início da Idade Média, sendo que, no Brasil, o clero tinha a incumbência de evangelizar, podemos dizer, de domesticar segundo as ordens da aristocracia portuguesa, mantendo, como na família europeia, a reafirmação do pátrio poder, “A ordem teológica que justificava a organização sócio-econômica da Colônia era a mesma onde se inscrevia a função paterna” (COSTA, 2004, p.44).

O poder patriarcal organizava a família tal qual um clã, formando assim, não cidadãos, mas parentes, mantendo todos dentro de limites rígidos. Outros setores da população, inclusive, reproduziam comportamentos nos quais o fundamental era invariavelmente o desejo do pai (COSTA, 2004, p.47).

Tanto na Europa quanto no Brasil ocorreram movimentos com o intuito de modificar tal situação por razões econômicas ou sociais, representadas pelo declínio do feudalismo, quando a produção agrária baseada no domínio feudal local foi substituída pela produção para mercados de escopo nacional e internacional. A família precisou se modificar e os filhos apareceram como a principal razão para a existência do casamento, mas em bases diferenciadas dos contratos de matrimônio anteriores.

O empuxo necessário à urbanização parece ter colaborado para a evolução da família feudal, rural, latifundiária, e por volta dos séculos XVI e XVII culmina com o aparecimento da família moderna, na qual tanto o sentimento familiar quanto a noção de infância são contingentes.

A valorização do convívio, a preocupação com a aprendizagem e com a saúde, e o “amor entre pais e filhos” tornam-se a mola propulsora da passagem da família medieval para a família moderna (ARIÈS, 1981).

1.1.4 A Família Moderna

Na Idade Moderna, a família está imersa em uma gama de modificações que atingem, não apenas as relações sociais, mas também o cerne da forma de ver e de estar no mundo. Sua organização é fundamentada em “solidariedades coletivas, feudais e comunitárias, cujo funcionamento se dá com a solidariedade da comunidade senhorial” (Ariès, 1999, p.7).

As “solidariedades entre linhagens, os vínculos de vassalagem” se baseiam em um regime de divisões de classes que obriga a sustentar a vida dos nobres, ao mesmo tempo em que incita a tentativa de transformação dos atos de acordo com os modos da corte; são os chamados tratados de *civilité* – entendidos como o conhecimento das regras que permitem a vida na sociedade.

Parece-nos que essa situação traduz a intensa necessidade do homem de manter-se em contato com outros, de participar de situações fora do lar, ao que se agrega a intenção de manter a estrutura clientelista da sociedade monárquica de Luis XIV.

Apesar da existência de um sentimento de família, este ainda parecia encontrar entraves na arraigada ideia de uma sociedade independente. Um exemplo é a manutenção, até o século XVII, do direito à primogenitura, exigindo que os filhos preservassem o nome, o valor da família e ainda defendessem a honra e a ostentação (ARIÈS, 1981, p.234-35).

Como resquícios da Idade Média, as crianças pequenas permanecem afastadas de suas famílias, elas são enviadas para a casa de amas ou quando mais abastadas poderiam ser mantidas no próprio lar. Assim persistiam “os hábitos medievais” de envio das crianças, a partir da idade da razão, para a casa de estranhos (ARIÈS, 1981, p. 255).

Na Europa, particularmente na França, os indivíduos não viviam sozinhos, estavam sempre acompanhados por servidores, vassalos, lacaios. A sociabilidade era uma constante, “mistura tradicional do trabalho e da festa [...] uma sociabilidade ampla, mutável, renovada”, independente da classe social (ARIÈS, 1999, p. 10). A casa é um centro social, ao redor do qual gravitam

inúmeras pessoas, o que interfere no desenvolvimento da afeição, da intimidade no seio da família (ARIÈS, 1999).

Na visão de Áries, fatores externos corroboram também para a efetivação da transformação da família medieval em família moderna. Nesse contexto, a difusão do ensino da leitura e da escrita, que no início da Idade Média estava restrita ao clero ou aos filhos de nobres, dá oportunidade a diferentes homens de terem acesso a outras formas de conhecer o mundo. A partir daí, os indivíduos passam a conhecer seus potenciais de “perfectibilidade”, neologismo criado por Rousseau (1978, p. 242-243) para traduzir a capacidade do homem para aprender.

Nesse período, nascem as primeiras organizações, as corporações de artes e ofícios, marcando o início de uma classe que seria denominada de burguesia. Os novos modos de produção e a relação dos indivíduos que se dá ao redor de determinadas atividades são diferentes da observação passiva da criança desses afazeres. Isso conduz à necessidade da escola, que ocorria no viver, no dia-a-dia, diretamente ligada à produção de algo material. “Não é uma escola do trabalho, pois o próprio trabalho é a escola: somente se vão acrescentando a eles os aspectos intelectuais” (MANACORDA, 1989, p. 161-62).

Na medida em que a burguesia ocupa um lugar diferenciado entre as classes existentes até então, a agricultura vai sendo deixada de lado e, assim, ganham espaço o comércio e o crescimento das cidades. A relação de vassalagem não terá mais lugar e até o exercício do ofício de ensinar não vai depender do clero, ele torna-se uma relação mercantil na qual um profissional livre pode assumir a educação do filho para uma profissão mundana.

Assim, além da demonstração da preocupação dos pais pelos filhos, estamos diante de um modelo de educação, onde gradativamente vai acontecer a formatação da escola como a conhecemos hoje, distante da subordinação ao clero ou à monarquia (MANACORDA, 1989, p.174-75).

Podemos entender, por intermédio dos autores citados, que à medida que os homens fazem valer o direito de ler e de escrever para a aprendizagem de um ofício, os grandes grupamentos vão se reduzindo à sociedades em prol de costumes, de interesses comuns. Um certo nível de intimidade vai resgatando o sentido de individualidade e cuidados. “Uma parte desses grupos tornou-se instituições dotadas de regulamentos. Assim perderam a espontaneidade, a informalidade, se transformaram em clubes, em sociedades de pensamento, academias” (ARIÈS, 1999, p.15).

A modificação na família pode ser vista na alteração da arquitetura das moradias, que tinham até então uma indefinição de cômodos sem qualquer conforto e especificidade. Ariès (1981)

diz que a necessidade de modificação da moradia adviria da maior intimidade entre os membros da família, tornando-se um “lugar de refúgio e afetividade onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos” (ARIÈS, 1999, p. 17).

A família moderna atende ao ideal de ser a célula da sociedade, ela volta a ter uma configuração conjugal a partir do matrimônio onde vão aliar-se o sentimento e a questão sexual, onde a responsabilidade pelos filhos inclui cuidados de saúde e educação. Os filhos devem ser preservados da corrupção pela civilização em uma sociedade na qual, segundo Rousseau (1978, p. 23) vai se reproduzir a hierarquia social da época, onde o pai é o patrão e os filhos o povo.

Devidamente instaurada no cerne da sociedade, a família moderna ou da modernidade manteve-se sobre os ícones da família burguesa que, junto com a influência do Iluminismo, seguiu sustentando-a como a célula *máter* da sociedade, apesar de ocorrerem alterações no papel do pai e na indissolubilidade do casamento. A família é reconhecida como um elemento fundamental na vida da sociedade e da criança que passou a existir.

A Modernidade traz para o indivíduo uma série de consequências, e entre elas a responsabilidade para manter os ideais recém-adquiridos, que entendemos como uma ordem para a convivência humana, conforme Freud (1996[1930]) apresenta:

Los hombres están orgullosos de estos logros, y tienen derecho a ello. Pero creen haber notado que esta recién conquistada disposición sobre el espacio y el tiempo, este sometimiento de las fuerzas naturales, no promueve el cumplimiento de una milenaria añoranza, la de elevar la vida de satisfacción placentera que esperan e la vida; sienten que no los han hecho más felices (p. 87).

Podemos entender, com Freud, que a evolução, o progresso, a subjugação da natureza, características da modernidade não são a única pré-condição para o homem alcançar a felicidade. É nessa direção que Bauman (1998, p.7-11) afirma uma sinonímia entre os termos civilização e modernidade, tornando compreensível que a marca do homem, da família e da criança, na modernidade, será sempre subjugada por um recuo na tentativa de alcançar um prazer imediato. Essa seria a forma de efetivar a vida dos homens em comunidade, ainda que à custa de intensos enquadres e sofrimentos.

Giddens (1990, p.13) também defende a ideia de que a modernidade começa por volta do século XVII, caracterizada por um conjunto de costumes de vida e uma forma de organização da sociedade. Iniciada na Europa, apesar de seu aspecto de desenvolvimento, ela teria um “lado sombrio”, obscuro. Vemos isso, principalmente, se levarmos em conta o que Freud (1996[1930])

localiza a respeito da “ordem necessária” à manutenção da civilização e (ROUSSEAU, 1978) no sentido de o homem só poder conservar e defender sua comunidade com a submissão a tal ordem, e qualquer afastamento seria considerado marginal.

O indivíduo que se aventurasse a romper esse contrato estaria fadado a ser expulso por ser considerado inapto, em outras palavras, por não se submeter a essa “alienação” e Giddens (1998, p.11) parece esclarecer-nos este termo ao dizer que na Modernidade as relações baseavam-se no pretexto “você ganha alguma coisa e, em troca, perde alguma coisa”, um pretexto para a dita aquisição de certa quantidade de segurança.

A nosso ver, além disso, quando se fala de expulsão, retoma-se o lado sombrio da sociedade, tornado presente na modernidade, seja pela punição dos criminosos, pelas naus dos loucos ou pelo tratamento oferecido aos “pestilentos” (FOUCAULT, 1999, p.50-51), seja pela “ascensão do fascismo, do Holocausto, do stalinismo” (GIDDENS, 1990, p.14).

Podemos entender também que os autores referem-se ao que houve de mais preocupante na Era Moderna que para tentar levar a cabo a ideia do Iluminismo, principalmente no que tange à liberdade e igualdade, acabou por impor ao homem, o cerceamento, quase intocável, de rígidos padrões de conduta, onde permanecer dentro do que seria considerado certo, poderia ser o ganho de um sentido de segurança e de sentimento de pertença. Bauman (1998, p.30) complementa o que relacionamos com os “ismos” de Giddens, ao afirmar: “Em suas buscas de constituição da ordem, o estado moderno tratou de desacreditar, de repudiar e erradicar *les pouvoirs intermédiaires* das comunidades e tradições”.

Desta forma todas as instituições modernas existiam em um estado de solidez, permitindo ao sujeito manter sua individualidade dentro de parâmetros “sólidos e certos”. A família é uma dessas instituições, onde os papéis e funções são bem definidos e organizados de forma estratificada. Mas, apesar disto, os cônjuges são reunidos por escolha pessoal, sob o manto do amor romântico, que faz emergir a possibilidade de afeto duradouro. Nas palavras de Roudinesco (2003, p 19):

a família dita “moderna” torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva [...]. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnis por intermédio do casamento. Mas valoriza também a divisão do trabalho entre os esposos, fazendo ao mesmo tempo do filho um sujeito cuja educação, sua nação é encarregada de assegurar.

A família, descrita pela autora, que durante épocas teve como soberano exclusivo o pai, vai ser colocada em questão e seguir sofrendo novas modificações como consequência das alterações

na própria sociedade ocidental. Os laços rígidos irão se liquefazer, a nuclearidade tão propagada, vai ceder lugar e conviver com novas configurações e formas.

Isto é o que vamos encontrar na família da Contemporaneidade, termo tomado aqui, pela definição do Aurélio (2006), para falar do que tange o nosso tempo ou na definição de Bauman (1998), o tempo da Pós-Modernidade.

1.1.5 A família da Hipermodernidade

Antes de falarmos da família atual, julgamos ser necessário esclarecer, mesmo que de forma breve, o que chamamos de Pós-Modernidade e Hipermodernidade para melhor contextualizá-las em nossa exposição.

Lipovetsky (2007) designa que o termo Pós-Modernidade tem sua origem no final da década de 70, vinculado a um “discurso arquitetônico”, e que logo a cultura apoderou-se dele para interpretar do modo de vida da sociedade que versava sobre o “advento de uma temporalidade social inédita, marcada pela primazia do aqui-agora” (p. 51).

O esmero com a ordem, que, na Modernidade, era uma preocupação do Estado, vai sendo modificado. Agora os ideais levam em conta a liberdade individual, ainda que às custas de novos mal-estares como colocado por Bauman (1998) em seu dizer que na Pós-Modernidade os mal estares “provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais (p. 9)”.

Parece-nos que podemos crer que a Pós-Modernidade busca deixar de lado qualquer interferência coletiva levantando a bandeira do século das luzes, que não pode ser levada a termo na Modernidade. Lipovetsky (2007) diz que, ainda assim, não podemos sepultar totalmente a Modernidade, ela agora se apresenta revisitada e, com nova roupagem para:

salientar uma mudança de direção, uma reorganização em profundidade do modo de funcionamento social e cultural das sociedades democráticas avançadas. [...] enfraquecimento das normas autoritárias e disciplinares; surto de individualização; consagração do hedonismo e do psicologismo (p.52).

Esta roupagem é permeada por questões culturais que incluem o avanço tecnológico, o consumo exacerbado, a incitação do sujeito à satisfação imediata. Elas determinam para o autor uma nova era, a da Hipermodernidade, que traz em si o imperativo de evoluir, de consumir. E é sob

este signo, onde o Estado, a religião e mesmo a família, já não têm o mesmo poder para manter a solidez de suas estruturas na família da atualidade.

Costa (2004) diz que este momento seria de desestruturação em que os laços se afrouxam e como consequência toda a estratificação conseguida durante a Modernidade estaria sobre um imperativo de intensa fluidez. Para ele os membros de uma família encontram-se em campos opostos onde “cada um deles parece aspirar justamente àquilo que se opõe ao direito ou às aspirações do outro (p. 11)”. A partir daí o autor afirma que:

A independência reclamada pelos adultos implica no abandono das crianças; a autonomia dos filhos, no cerceamento da liberdade dos pais, a emancipação da mulher, em atritos com o poder do homem. [...] ao invés de propiciar carinho e proteção, estaria fomentando a guerra entre os sexos e gerações (COSTA, 2004, p. 11).

Na contracorrente do posicionamento acima, encontramos em Lipovetsky (2007) ideias dissonantes quando ele afirma que nem tudo que regeu a Modernidade será eliminado. A Hipermodernidade traz uma série de paradoxos, o antigo é absorvido, aproveitado e, uma vez apoderado, o passado adquire dignidade social e o que vamos encontrar é uma era que “não é estruturada por um presente absoluto; ela o é por um presente paradoxal, um presente que não pára de exumar e 'redescobrir' o passado (p.85)”.

Neste ponto podemos inferir que a família não comporta a ideia de ser responsável por todos os males do sujeito. Mesmo quando Laurent (2007) cita Gore, ainda no início do século XX, quando este dizia: “Família, eu vos odeio!”, Laurent o faz para traduzir a ideia de que as configurações afastam-se da ordem patriarcal. Esta é agora “pós-paterna”, distanciada do projeto clerical, isto é, da reprodução do modelo da família do Novo Testamento, a família sagrada.

O autor citado faz uma breve análise do sujeito da Hipermodernidade, utilizando-se de um recurso permitido pelo advento da globalização – a partir de séries televisivas – ou como ele chama de “*continuum* vídeo global” e diz que: “o sujeito não vive em nome da esperança. Ele quer se casar e divorciar-se várias vezes, ter filhos e separar-se deles e encontrá-los tão bem quanto antes. Mantém-se ligado ao casamento quanto à filiação (LAURENT, 2007, p. 61)”.

A formatação da família, como diz Roudinesco⁶ (2003), poderá ser “monoparental, homoparental, recomposta, reconstituída, clonada, gerada artificialmente (p. 10)”, mas para espanto de alguns parece que o desejo de fazer parte da família ainda permanece vivo. Talvez Lipovetsky (2007) clarifique isto quando diz:

⁶ A autora refere-se ao período da família atual como Pós-Moderno.

Ao mesmo tempo em que a cultura liberacionista está fora de moda, manifestam-se numerosas formas de valorização do duradouro. Ainda que as uniões sejam mais frágeis e precárias, nossa época, apesar de tudo, testemunha a persistência da instituição do matrimônio, a revalorização da fidelidade, a vontade de contar com relações estáveis na vida amorosa. Observam-se mais insatisfações ou frustrações referentes às experiências sem futuro do que odes aos amores casuais. [...] a sociedade hipermoderna dá nova vida à exigência de permanência como contrapeso ao reinado do efêmero, tão causador de ansiedades (p.74).

A família da Hipermodernidade parte da nuclearidade e avança para além do gênero das figuras que a compõem. Ela parece por em questão os laços, o desejo dos sujeitos, alavancada pela “crescente independência individual, a subjetivação das orientações, a introspecção (LIPOVETSKY, 2007, p. 77)”.

E podemos fazer um acréscimo com Laurent (2008) por sua vez diz:

La hipermodernidad opera sobre los términos de lo antaño era la familia tal y como hace sobre otros sectores de la cultura, revelando el carácter ficcional de los lazos familiares e sociales. Es como el capitalismo, tiene una función de destrucción creadora: destruye la tradición y hace proliferar una nube de nuevas formas; y estas formas, como no están consolidadas por el tiempo, son lazos mucho más frágiles (p. 1).

A família da Hipermodernidade é interesse em nosso estudo, para ela vamos nos direcionar em nossa pesquisa. Ela convive com a época da globalização, do acesso à mídia, de diversas informações e, deve responder aos paradoxos da efemeridade, do culto ao corpo do cuidado extremado com a saúde.

As formatações desse modo de família são diversas, nós iremos encontrá-las em uma situação específica: confrontada com o adoecimento de um filho com câncer. Neste momento o efêmero da vida parece tomar corpo, nome, adquirir um significante.

Nossa intenção é conhecer as possíveis alterações na dinâmica familiar, o que comporta a relação com a criança doente, com os outros filhos, a relação conjugal. Como são estabelecidos os laços entre os atores a partir deste acontecimento inesperado?

Mas, antes de seguirmos para o capítulo no qual trataremos do olhar da Psicanálise sobre a família, julgamos ser pertinente construirmos um breve recorte sobre a criança, pois ela também pode ser compreendida em sua contingência histórica.

1.2. Nascimento do conceito de infância

De um modo sucinto, percebemos que a atenção oferecida à criança, nas civilizações antigas é diferenciada, quando comparada à Modernidade. Contudo, não podemos deixar de considerar o que a criança era, na Antiguidade, imprescindível para a perpetuação da espécie.

Manacorda (1997) torna clara a importância da criança ao descrever a civilização egípcia e exemplifica dizendo que havia a preocupação nas castas dominantes com a educação oferecida a elas, já que iriam substituir seus pais, como no caso dos faraós: “o rei fizera dele um senhor desde quando ainda era criança da altura apenas de um cúbito e que, em seguida, o colocara como chefe dos jovens” (p.4).

Este pequeno trecho abre uma perspectiva para pensarmos na indiferença com qualquer especificidade inerente aos primeiros anos de vida, parece não haver qualquer preocupação com uma possível impossibilidade à assunção a postos de comando.

O autor esclarece que, nas castas inferiores, o ensino das crianças era feito essencialmente a partir da observação e da participação na atividade dos pais. A hierarquia estava presente em ambas situações e se confirmava na consideração de que os adultos dispunham de maior sabedoria. Isso se refletia no processo de aprendizagem da criança relativo à transmissão de valores, de conceitos e preceitos morais, enfim, de fundamentos para torná-la melhor.

Ainda nas civilizações antigas, a criança tinha uma função significativa nos rituais religiosos, que podiam incluir o seu sacrifício, tal como nos ritos em prol do Deus Cronos, no qual os filhos das famílias mais nobres eram imolados em prol da comunidade (DELGADO, 1998).

Na Grécia, onde todos viviam sob a responsabilidade do Estado e, particularmente em Esparta, este decidia sobre a resistência das crianças logo após o seu nascimento e as que eram consideradas inaptas tinham um cruel destino: ou eram atiradas às *Apóyetas* (casas dos enjeitados) ou das ladeiras do Monte Taigeto. Aquelas que sobrevivessem passavam por inúmeras situações de submissão e castigos físicos (DELGADO, 1998, p. 28). Homens, mulheres e crianças estavam submetidos ao ideal da comunidade, não havia lugar para a singularidade.

Platão em sua proposta de unir os “melhores homens e mulheres” se expressava em reputar à criança, desde a sua concepção, a garantia de perpetuação de uma espécie superior de homens gregos. Essa visão demonstra que a criança era considerada pelo que deveria vir a ser e fazer em prol do Estado (MANACORDA, 1997; JAEGER, 2003). A criança era considerada como um ser de menor valor, sem qualquer expressão significativa, do ponto de vista sócio-econômico e político.

Aristóteles, diferente de seu mestre, possuía uma rígida posição:

Quanto à aceitação ou rejeição das crianças, terá de haver leis segundo as quais as crianças com deformidades não devem viver, todavia, quanto a um eventual excesso de nascimentos, caso os costumes da cidade proibam o abandono de recém nascidos, o costume deve ser respeitado, mas quando os casais têm excesso de filhos o aborto deve ser facultado, desde que ocorra na fase de gestação em que a criança ainda não desenvolveu os sentidos da vida. (2009, p. 263-64)

Chegamos à Idade Média onde no trato com a criança, balizado pela ordem clerical da época, permanecia a ideia da total submissão da criança, e os postulados de Aristóteles se fazem presentes quando ele afirma que o corpo, formado antes da alma, só poderia adquirir controle sobre os sentimentos quando adquirisse conhecimento (Aristóteles, 2009).

O cuidado apurado com a criança é um fato recente. Se nos apoiarmos nos estudos de Ariès (1981), veremos que ele situa o nascimento do sentimento de infância a partir do final da Idade Média. Nos seus estudos iconográficos, a criança surge por volta do século XII. Sua representação tem como ponto de referência o adulto, ela assemelha-se a um adulto miniaturizado, tanto na roupagem quanto na constituição física (p. 51).

Sauret (1997), a partir do discurso psicanalítico, concorda com Ariès e afirma que a criança não existiu sempre, embora se reconhecesse o processo de desenvolvimento da concepção à idade adulta. A consideração com a infância é um fato da Idade Moderna (p.12). Podemos ilustrar algo sobre o descaso e desprestígio ante a criança com a situação descrita por Del Priore (2007) na qual crianças escravas representavam cerca de 4% da população dos escravos desembarcados no Rio de Janeiro, mas apenas um terço delas vivia até os 10 anos de idade. Aos 12 anos, o valor de mercado das crianças alcançaria patamares significativos porque se acreditava que, nessa idade, elas já estariam prontas para o adestramento.

Este fragmento parece corroborar com a ideia de fragilidade da criança, que poderia ter seu corpo disposto para uso do adulto. Este “não-existir” parece se relacionar com o alto índice de mortalidade na infância, vinculado à precariedade de cuidados, de higiene e saúde da época, tanto no Brasil,⁷ quanto na Europa, além da tolerância com o infanticídio colocado desta forma por Ariès (1981):

O fato de ajudar a natureza a fazer desaparecer criaturas tão pouco dotadas de um ser suficiente não era confessado, mas tampouco era considerado com vergonha. Fazia parte das coisas moralmente neutras, condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo, numa semiconsciência, no limite da vontade, do esquecimento e da falta de jeito (p.17).

⁷ Aqui nos referimos ao período correspondente ao Brasil do período colonial.

Embora possa transparecer certa condescendência por parte do clero, quanto à ocorrência de infanticídios, é importante ressaltarmos que a Igreja, no final do século XVII, teve um papel significativo, para fazer figurar a infância como um período importante da vida.

Badinter (1985) cita Santo Agostinho para falar da teologia em voga, até o século XVII que considerava a criança fonte de um mal, quase inesgotável, uma encarnação do pecado original. “A infância é o mais forte testemunho de uma condenação lançada contra a totalidade dos homens, pois ela evidencia como a natureza humana corrompida se precipita para o mal (p. 54)”. Com isto se afirma a desvalorização da infância e se justificam as atitudes rigorosas dos pais e educadores, cujo intuito seria a redenção da alma imersa no pecado.

Sabemos que a reforma eclesiástica, impulsionada pelo Renascimento e a entrada em cena dos filósofos como Descartes, pai da Ciência Moderna, põe em questão uma nova forma de busca pelo conhecimento, orientada pela razão. Ele acreditava ser a infância um período da vida regido pela ignorância, entendida aqui como ausência de conhecimento e razão, como ele afirma:

Assim que a idade me permitiu sair da sujeição aos meus preceptores, deixei completamente o estudo das letras. E, resolvido a não procurar outra ciência senão aquela que pudesse achar em mim próprio ou no grande livro do mundo (1978, pg. 23).

Para o autor a passagem pela infância seria a fonte de toda falta de caráter e incoerência e toda uma vida é necessária para a eliminação dos maus hábitos. Badinter (1985) indica uma correlação entre os pensamentos de Santo Agostinho e Descartes dizendo que ambos procuram dar um sentido de que a infância é o que nos afasta de Deus, como uma “antitranscendência divina, a punição do homem (p. 62)”.

Os estudos de Ariès (1981) parecem balizar a aposta de Badinter, ao dizer de um percurso que vai da total indiferença para com a criança, com um lugar comparável a um objeto, passível de trocas e substituições para, a partir da ascensão da burguesia, a criança deixar de pertencer à comunidade dos homens, passando os pais a se responsabilizarem por ela.

Ponderamos que talvez seja incorreto afirmar a inexistência de sentimento pelas crianças, visto que nos primeiros anos de vida, segundo Ariès (1981), apesar de ser comparada a “um filhote, um animalzinho”, ela podia viver e conviver na intimidade dos adultos sem qualquer pudor ou cuidado especial, havendo incentivo e aplausos diante de brincadeiras com cunhos sexuais. A esta fase ele deu o nome de “paparicação” e ela aconteceria até aproximadamente sete anos de idade da criança.

Passado este período de “papuricação”, de forma súbita, a criança era transportada para a preparação da vida adulta. Ela era arrebatada de seu grupo familiar e encaminhada para outras famílias, onde o foco do aprendizado ficava localizado no comportamento e na subserviência. Ramos (2007) ao falar sobre famílias, particularmente as de Portugal, ressalta a ideia de que havia uma necessidade de aproveitamento, ao máximo, da força de trabalho das crianças, principalmente as de “estamentos mais baixos”, em razão da curta durabilidade de suas vidas.

O autor cita relatos de que alguns desses jovens (entre 9 e 16 anos de idade) recrutados ou encaminhados por suas famílias às naus, com a intenção de aprenderem um ofício, no posto de grumetes ou como pajens, e conseqüentemente de aumentarem a renda familiar, mesmo sob o risco dos jovens não retornarem com vida às suas moradias.

Encontramos, ainda, relatos de violações físicas e sexuais às crianças, de outras jogadas ao mar ou colocadas em posição de risco; e muitas crianças podem ter sido abandonadas por caminhos inóspitos e desconhecidos porque não conseguiam acompanhar os adultos ou se encontravam em precárias condições físicas (Ramos, 2007). Isto parece demonstrar, mais uma vez, o valor imputado à criança, e seu uso como mercadoria e garantia de sobrevivência econômica.

Na Europa, a partir do século XVIII e caracteristicamente no século XIX a família firma-se como moderna e encontra sua trama central, como um valor, o afeto entre os cônjuges e no cuidado com a criança. Del Priore (2004) esclarece que a criança era a força motriz para a existência da constituição nuclear e monogâmica.

A criança nascida na família moderna parece estar distante de ser olhada como o produto do “pecado original”, passa ao estatuto de ser frágil e inocente, incapaz de lidar com as vicissitudes da vida sem o cerceamento e cuidados do adulto, ou seja, deveres do pai e da mãe.

Dentro do processo de entendimento do que viria ser uma criança, Descartes (1983) creditava a este período, uma fase na qual, sob total dependência do adulto e sem poder ou controle sobre o seu corpo, a criança estaria fadada ao erro:

E como nos foi preciso por muito tempo sermos governados por nossos apetites e nossos preceptores que eram amiúde contrários uns aos outros, [...] é quase impossível que nossos juízos sejam tão puros ou tão sólidos como seriam, se tivéssemos o uso inteiro de nossa razão desde o nascimento e se não tivéssemos sido guiados senão por ela (p. 35).

No Brasil, a promoção gradativa de uma maior intimidade – antes dificultada pela própria constituição do grupo familiar e pela presença de “estranhos” coabitando com o núcleo familiar (outros parentes e escravos) – tornou o Brasil menos bárbaro em comparação aos padrões e

costumes ditados pela Europa. A vinda da Família Real para o Brasil, a inauguração da Escola de Medicina e Cirurgia em 1808, foram marcos significativos dessa transformação.

O objetivo higiênico de recondução dos indivíduos à tutela do Estado redefiniu as formas de convivência íntima, assinalando, a cada um dos membros da família, novos papéis e novas funções [...] dando novas significações aos vínculos entre homens, mulheres, adultos e crianças, a medicina higiênica formulou, enfim, uma ética compatível com a sobrevivência econômica e a solidez do núcleo familiar burguês (COSTA, 2004, p. 110-11).

Zornig (2008) parece concordar com o exposto acima ao ressaltar que “a partir da diferenciação entre o espaço público e o privado, a família se estabelece como um grupo coeso e, a infância começa a ser vista como um período de preparação para o futuro (p. 19)”.

Podemos, portanto, inferir que a utilização do termo infância foi fruto de um movimento social e cultural traduzidos por intensas e significativas mudanças nos costumes. Ariès (1981) aponta que a preocupação com a educação vai retirar a criança da aprendizagem informal e oferecer um processo de escolarização. Essa aposta, juntamente com as reformas ocorridas na Igreja, e com as transformações ocorridas no seio da família, vão colocar a criança em um lugar de destaque na civilização ocidental.

Assim, ao longo do século XIX e século XX, a responsabilidade dos pais é o que assegura o cumprimento de direitos e cuidados com a criança. Isso encontra respaldo no avanço de diversos saberes que endereçam à sociedade o fortalecimento e a respeitabilidade pela criança. Na medida em que as famílias foram se tornando mais nucleares, com um menor número de filhos, o aumento dos laços afetivos com a criança passa a ocupar um lugar central no seio da família.

Dolto (1988) resume esse aspecto dizendo que o movimento social e afetivo direcionado para a infância, mudou quando a família se transformou, e que com isso ela se tornou a “única estrutura social a permitir contatos humanos e sociais afetivos. A família adquiriu o monopólio da afetividade (p. 335)”.

Na família Moderna, o papel dos pais é bem definido e a ideia de que a criança deveria obedecer a seus superiores é consolidada. Agora, em tempos de Hipermodernidade, a interação pais-filhos tem a direção da permissividade⁸ e “o que vem à tona é a qualidade do relacionamento, com ênfase na intimidade que substitui a relação de autoridade dos pais” (Giddens, 1993, p. 111). Ocorre também uma transformação significativa dos laços entre pais e filhos, a antiga autoridade

⁸ Permissividade entendida como o afrouxamento das restrições das normas prescritivas de comportamentos sociais em que se configura a institucionalização de novos padrões comportamentais.

paterna não perde a primazia, segundo o autor, cede vez a uma relação de autoridade baseada em princípios. (p. 120-123).

Giddens parece encarar essa transformação como transição, enquanto Laurent (2007), citando Lambrichs, a posiciona como uma crise da paternidade iniciada quando a Revolução Francesa estabeleceu que todos os homens são iguais, e a palavra homem designou todos os indivíduos da espécie (homens, mulheres e crianças) (p.63).

Cohen (2006) acentua a intensa modificação que é introduzida com o advento da globalização, com a utilização de tecnologias de “ponta”, que traduz a troca da inspiração humanista pelo senso prático. Isto é ocasionado pelos modos de fazer capitalista que engendram dicotomias, atravessam relações existentes e tornam o homem excessivamente individualizado.

Tal individualização parece ter aprisionado os adultos (pais) e deixado a criança livre para ser capturada pelo discurso do consumo. Por um lado, os pais sentem-se culpados pela pouca disponibilidade que eles têm para estar com seus filhos, por outro, as crianças são inundadas por objetos na tentativa de encobrir a falta constitutiva do desejo, e assim, o outro se torna um objeto comprado, consumido, destruído, e permanentemente trocado pelo próximo objeto da “moda”.

Bauman (2001) dispõe essa situação da seguinte forma: “a despeito de suas sucessivas e sempre pouco duráveis reificações, o desejo tem a si mesmo como objeto constante, e por esta razão está fadado a permanecer insaciável, qualquer que seja a altura atingida pela pilha dos outros objetos (físicos ou psíquicos) que marcam seu passado (p. 88)”.

A partir dessas colocações, podemos entender o quanto, hoje em dia, a presença de adultos, na função de pais, é primordial, pois com a grande exposição da criança às tecnologias, se faz necessária a mediação de um adulto com o intuito de ajudá-la a pensar criticamente. De outra forma, esse sujeito, ainda em formação, poderá se constituir como um mero reprodutor ou consumidor de desejos de outros, sem possibilidade de reconhecer quais são os seus próprios. Bauman (1998) traduz de uma forma sutil e poética, essa dependência que é condição *sine qua non* para o sujeito:

Nenhum de nós pode construir o mundo das significações e sentidos, a partir do nada: cada um ingressa num mundo “pré-fabricado”, em que certas coisas são importantes e outras não o são; em que as conveniências estabelecidas trazem certas coisas para a luz e deixam outras na sombra.

Digamos com Bauman que será na hiância entre a luz e a sombra que a criança poderá extrapolar o biológico para construir sua subjetividade. E será para seguir um caminho de

construção sobre o saber-fazer dos pais diante do diagnóstico de um filho com câncer, na infância, que vamos utilizar o suporte da psicanálise que nos esclarecerá sobre este lugar no qual aprendemos a estar no mundo - a família.

Capítulo 2

O conceito de família na Psicanálise

Este capítulo tem a proposta de apresentar Freud como pai da psicanálise, lembrando que a palavra pai, na Antiguidade, designava um posto social importante, além de referir-se a alguém que criava e fomentava algo novo para a sociedade.

A história da teoria confunde-se com a do sujeito. Freud utilizava-se, em sua pesquisa, de situações de vida pessoal para elucidar pontos da sua teoria ou para a construção de alguns conceitos. Tendo a fundação da Psicanálise se edificado sobre questões da subjetividade freudiana, acreditamos que, a partir daí, ele transmite como um pai o seu legado. Assoun (1983) ratifica este pensamento com a colocação de que:

Não há um só momento em que Freud não era ele mesmo e outro em que se torna o fundador da psicanálise: é um processo homogêneo que se realiza, no decorrer e no término do qual o saber analítico se constitui em Freud (p. 114).

Acreditamos, então, que Freud não fica imune às modificações, pelas quais passa a civilização de sua época, assim como não escapa das influências de uma sociedade vivida sob a égide do patriarcado e com isso a sua construção e compreensão do que é, a importância, e a forma ideal do que seria uma família perpassam os seus próprios processos de análise, como aponta Lacan no seminário 1.

O formato defendido por Freud partiu de sua vivência clínica, quando na busca pela compreensão da causalidade do sofrimento de suas pacientes, particularmente as histéricas, ele observava os relatos reportarem-se à trama familiar onde havia a presença significativa dos pais.

Em 1896 ele ainda creditava um valor à hereditariedade, como fator para o aparecimento da neurose, mas já nos indicava a possibilidade de entender esta eclosão a partir das relações vividas, ainda que localizadas a partir do orgânico. As origens deste adoecer teriam “*como fuente común la vida sexual del individuo, sea un desorden de la vida sexual actual, sea unos acontecimientos importantes de la vida pasada*” (p. 149)”.

O trabalho inicial de Freud nos aponta para uma procura por respostas apoiadas em sua formação médica e sobre uma época na qual reinava a valorização do caráter positivista da ciência, um lugar no qual ele aspirava estar e ser reconhecido. Assoun (1983) diz que “determinar a causa, reconstituir o processo supõe um encadeamento rigoroso que Freud subscreverá incondicionalmente

até o fim (p. 75)”. Isto nos indica sua busca para tornar a sua procura algo que fosse reconhecido como da ordem da *Naturwissenschaft*; e mesmo com a descoberta do inconsciente ele não se afastou de sua determinação.

Kaufmann (1993) afirma que Freud foi além de Breuer ao descobrir que a causa da histeria vinculava-se a uma experiência sexual prematura, não desejada, mas sofrida e talvez por parte de um adulto, “normalmente o pai (p. 248)”. O momento em que esta passagem acontece na teoria psicanalítica parece surpreender o próprio Freud como ele coloca em 1925:

Em minha busca das situações patogênicas, nas quais as repressões da sexualidade se haviam estabelecido e nas quais os sintomas, como substitutos do que foi reprimido tinham tido sua origem [...] as impressões daquele período inicial de vida, embora estivessem na sua maior parte enterradas na amnésia, deixaram vestígios indelévels no crescimento do indivíduo [...] Mas visto que essas experiências da infância sempre se preocuparam com as excitações sexuais e a reação contra elas, encontrei-me diante do fato da sexualidade infantil (p. 31-2)⁹

Em 1897, numa carta a Fliess, ao falar de suas reminiscências, da “força avassaladora de *Oedipus Rex*”, sob a qual todos se reconheceriam no percurso de seu desenvolvimento, podemos crer que ele já citava a presença do infantil que suportamos por toda a vida. Esta é a primeira vez que se remete à lenda grega do Édipo e considera-o como “um evento universal do início da infância¹⁰” (p.307).

E nos parece que a partir de um estudo apurado, ele depara-se com o fato de que a causa da histeria, um trauma sexual ocorrido na infância, era apenas uma fantasia, algo próximo de uma obra de ficção recolocada neste período da vida. Podemos fazer uma inferência que a partir deste instante ele vai transferir o que antes estivera apoiado sob uma objetividade orgânica para uma outra perspectiva onde a investigação desliza do corpo (organismo) para o psíquico, assim “não vai tratar-se mais do espaço visível, mas dessa espacialidade especial constituída pelo ‘aparelho psíquico’ (ASSOUN, 1983, p. 142)”.

Isto parece corroborar a colocação de Freud (1925) de que os sintomas neuróticos estão relacionados “com fantasias impregnadas de desejos, e que no tocante à neurose, a realidade psíquica era de maior importância que a realidade material (p. 34)”. Lacan em 1936 acentua esta posição ao relacionar que a realidade psíquica é a verdade do sujeito, aqui o conceito de verdade não se refere a uma posição da ciência positivista que busca uma descrição da realidade sob

⁹ Tradução livre

¹⁰ Tradução livre

parâmetros objetivos. Em 1954, mais uma indicação quando ele nos diz que a grande marca das pesquisas de Freud foi assentar que o “seu domínio é o da verdade do sujeito (p. 31)”.

2.1 - A Família em Freud

Na obra freudiana podemos destacar, o que chamaríamos de uma construção embrionária da família em Totem e Tabu (1912). Lacan no texto complexos familiares que se configura como uma construção pré-psicanalítica, segundo Miller (2005), contradiz esta ideia e afirma que as formas primitivas de família já possuiriam correspondência com as ditas mais evoluídas.

A discordância inicial, apontada por Lacan, pode ter sua origem na influência sofrida por Freud, no texto referido acima, das leis de Morgan (1978), ou seja, o caráter evolutivo. Lacan no avanço de seu ensino, particularmente no seminário 7, ratifica a premissa freudiana, com a afirmação de que o mito traz em si a fundação da civilização LACAN (2008[1959-60]).

No mito citado, os filhos se encontravam submetidos ao poder de um pai violento e ciumento, que guardava as fêmeas para si e os expulsava na medida em que cresciam, pois se tornariam possíveis rivais. Esses irmãos expulsos se reuniram e retornaram à tribo para matar o pai.

Este assassinato, que se constitui em um crime, vai instituir o primeiro impedimento da civilização, uma vez que o lugar a ser ocupado pelo pai parece ser o dispositivo que vai garantir e normatizar uma determinada organização simbólica do clã, através das interdições impostas, o que nos lembra a colocação de Lacan no Seminário 8:

Para preencher esse lugar de que acabo de falar, que é simbólico. [...] o lugar do ponto morto ocupado pelo pai na medida em que já morto. Quero dizer que, unicamente pelo fato de que o pai é aquele que articula a lei, a voz só pode enfraquecer atrás. Da mesma maneira, ou ele falta como presença ou, como presença, está presente demais. [...] Numa palavra, a lei, para se instaurar como lei, necessita como antecedente a morte daquele que lhe serve de suporte (1992, p. 289).

Assim com Lijstinstens (2006) acreditamos a família não é uma instituição natural, ela é uma rede de laços decididos, a partir da Modernidade, de forma voluntária, onde há de se ter “*un consentimiento del sujeto para que una función, madre, padre, hijo, se sostenga y se trasmite en tanto tal*”¹¹ (p. 2). Os diferentes modelos familiares que vem sendo visualizados na Contemporaneidade confirmam essa descontinuidade entre família e natureza, embora não tendo

¹¹ Aqui ainda não estamos nos referindo ao termo função, da forma como Lacan utilizará no seu percurso de retorno a Freud.

sido destituída do lugar de objeto de desejo, ela o é, mas apresenta múltiplas formas, não mais regulada pela tradição. (MILLER, 2007; LAURENT, 2008)

Para Miller (1999), Freud, em *Mal-estar da civilização*, vai falar do que ele considera a motivação da construção da família. Afirma que o amor fundou a família, mas faz questão de pontuar que, na sua forma original, o amor é sempre genital e seria o responsável pela união de homens e mulheres; enquanto descreve como amor inibido aquele que torna possível relações outras, do ponto de vista cultural.

Aqui nos perguntamos: foi realmente o amor que fundou a família? A resposta vem com o próprio Freud em 1938 quando ele informa que o pai da horda foi odiado, por isso o parricídio. Mas foi este ato que possibilitou a existência da civilização pela concretização da renúncia às pulsões e pela deificação do pai, na medida em que os filhos passaram a honrá-lo “como modelo, e que cada um deles desejou ocupar seu lugar na realidade (p. 78)”.

O ponto de vista de Freud (1914) parece-nos ainda vinculado a questões que buscam justificar a naturalização do encontro entre os gêneros e para justificar o que ele chama como *Liebe* ou “amor normal”, ele recorre ao mito de Aristófanes¹². Quando Lacan (1992[1960-61]) fala de amor ele vai além e afirma a inexistência de neutralidade, busca de completude entre os parceiros, este laço vai corresponder ao encontro entre *érasètès* e *érôménos*, termos gregos que designam o amante e o amado.

Lacan faz transparecer que no par conjugal existe aquele que será o sujeito do desejo (o amante) e um que será o possuidor de algo que falta (o amado). Ainda seguindo o texto acima, ao transcrever o mito do nascimento do amor, pelo encontro de Penia (sem recursos, pobreza) e Poros (recursos/necessidade) ele demonstra que o Amor nasce, se articula a partir de uma falta.

Com isto podemos pensar que “*la familia nace, entre prohibición y satisfacción* (LIJTINSTENS, 2006, p. 4)”. Entendemos que a família tem como responsabilidade a transmissão da cultura, seja por ser um espaço onde a criança vai dar lugar às pulsões e a partir das relações, dos interditos. Miller (2007) apoiado em Lacan diz que a família é uma “encarnação” do lugar do Outro, um espaço onde o “gozar da mãe” é entendido como o gozo supremo, mas proibido, interdito para a criança, e com isto pode crer que possibilita o que Lacan (1938) formulava como o lugar onde se formam “as bases arcaicas de sua formação moral” (p. 12).

Podemos crer então que a família, desde Freud, nada tem de natural no sentido que pode ser atribuído a questões instintuais, mesmo quando falamos de sua existência para a sobrevivência do

¹² Segundo o mito o ser humano foi dividido em metades que correspondem ao homem e à mulher que buscam se reunir.

filhote humano. Miller (2005) diz, citando complexos familiares, que “o social é diferente do estritamente familiar, do estritamente natural. E, para passar ao homem, ele o caracteriza, desde o começo, pelo desenvolvimento das relações sociais (p. 2)”.

Diferente da descrição feita pela Antropologia, nas diversas culturas, onde os vínculos de parentesco são levados em conta, bem como na Antiguidade onde escravos e serviçais eram partícipes de um núcleo que viria a ser denominado como família apenas na égide do império romano.

Em Freud, sob este termo, há uma redução à tríade, centrada na criança e nos seus genitores. Lacan aponta que esta redução não é menos uma contração desta instituição, na verdade, não seria uma simplificação, ela é de uma complexidade que muitas vezes parece tornar necessário retomar a formações já conhecidas, com o intuito de buscar um sentido para seu entendimento. (1938, p. 15-16).

A família proposta por Freud parece colocar o pai, o homem no lugar central. Talvez nos seja permitido pensar sua época, como um momento onde o pai estava destituído de sua equiparação a Deus, distante do “*pater familia*”, confrontado com os ideais da Modernidade, da forma pensada no Século das Luzes onde se igualavam homens, mulheres e crianças.

Roudinesco (2003) acredita na carência de um modelo normatizador e a “invenção freudiana” parece ter atendido a proposta ao resgatar e tornar a existência da relação parental, encarnadas nas figuras de pai e mãe, como determinantes para a saúde psíquica do sujeito. Aponta ainda que esta foi uma forma escolhida pelo autor para fazer valer a “família afetiva contemporânea (p. 88)”.

Lacan (1960-61) afirma que este encontro foi possível na medida em que a queda do Deus insensato e cruel parece provocar na sociedade um vazio, algo da ordem do inexprimível, e com isso o amor aparece para preencher este vazio (1992, p. 113). Parece-nos que desta forma a família funcionará como um elemento essencial à civilização, com um recentramento da antiga ordem, onde o pai volta a ter um lugar central, com a atribuição de garantir seu funcionamento. O pai se apresenta diante da mulher e dos filhos como chefe e agora é o seu amor que ordena e regula o núcleo familiar. (LIJTINSTENS, 2006, p. 3)

Na família da Modernidade o pai gradativamente declina do lugar central, cedendo-o à criança idealizada. A mulher, ainda submetida ao homem, encontra seu valor na modernidade. O que iria de encontro com a representação da sagrada família, apresentada pelo Cristianismo. Assim, “a família edipiana, monogâmica, nuclear, restrita, afetiva, reinventada por Freud, é assim herdeira

das três culturas do Ocidente: grega por sua estrutura, judaica e cristã pelos lugares atribuídos respectivamente ao pai e à mãe (Roudinesco, 2003, p. 133)”.

Miller (2007) diz que a Psicanálise foi solidária ao Cristianismo na sacralização da família, e até Lacan, os valores familiares eram referenciais importantes para o final da análise de um analista. A família tinha uma importância ímpar e o que podia ser observado era colocado sob um prisma de “metonímias do pai, da mãe, dos irmãos e das irmãs (p. 2)”.

2.1.1 - A família Edípica

Podemos iniciar falando brevemente sobre o mito de Édipo, no qual Freud se apoia para representar a família. Édipo, príncipe de Corinto, com dúvidas sobre sua origem, procura o Oráculo de Píton que evita responder à dúvida, mas dá a informação de que ele estaria destinado a matar o pai e casar-se com a mãe. Aqui começa a tragédia que resulta no assassinato de Laios de Tebas e com o casamento deste com a viúva Jocasta, após ele ter resolvido o enigma da esfinge. Quando descobre a verdade, Édipo não a suporta e arranca os próprios olhos¹³.

Segundo Lacan (1960-61), a escolha de Freud pelo mito de Édipo, não se resume ao fato da realização da morte do pai e de ter dormido com sua mãe, há algo de fundamental no cerne da questão: “na tragédia do Édipo é o *ele não sabia*, que tinha matado seu pai e dormia com sua mãe (1992, p. 104)”. Acreditamos numa referência ao próprio inconsciente, porque ele não sabia o que o guiava.

Da mesma forma que Freud, vamos ver o que nos guia e retomar a importância, apontada por ele em 1898, na qual afirma que é um erro ignorarmos o período de vida que correspondente à infância, pois é nele que se podem adquirir os “*gérmenes de uma posterior afección. Es lo que de hecho sucede em el caso de las psiconeurosis* (1996, p. 272)”.

Quando Freud nos fala da importância deste período pensamos no texto de 1926, onde ele fala da prematuridade da criança, ao nascer, como uma situação biológica, que vai ser “substituída para ela por uma relação de objeto psíquico com sua mãe” (1996, p.131). O autor versa sobre uma imaturidade psicomotora da criança, tomada pela entrada no simbólico, a partir da presença de um Outro materno.

¹³ Édipo Rei de Sófocles, sem data definida de publicação. Alguns atribuem o texto a 494 a. C.

Esta ideia aparece em 1895, ao discorrer sobre a incapacidade de o organismo humano promover uma ação capaz de diminuir a gama de sensações desconfortáveis advindas do corpo, sem a presença de um outro, e retomada em 1926 quando fala de forma textual que o desamparo inicial ocorre sob o suporte do aparato biológico, quando inicialmente a mãe está presente para fazer frente às necessidades da criança com o próprio corpo. E ainda: “Essa condição de extrema e prolongada dependência é determinante na formação do ser humano” (1996, p. 163).

Fucks (2003) indica que o encontro do bebê com o Outro primordial se estabelece quando este atende ao seu apelo “satisfazendo sua sede, frio e fome, livrando-o da morte (p. 10)”. É como Lacan (1998a) acentua a cerca do “estágio de *infans*”, no qual a criança terá a ilusão de completude, pela presença do Outro, tendo assim acesso ao simbólico (*Nebenmensch*), ilusão esta que procura dar conta do desamparo inicial, o que coincide com as primeiras marcas de satisfação. Marcas que permanecerão como um traço, um estado pleno, ao qual sempre tentará retornar.

Levar em conta a imaturidade do filhote da espécie humana significa pensar na dependência necessária à sobrevivência deste com relação aos pais. Kaufmann (1996) coloca que o bebê, ao convocar o seio, através de um apelo corporal, tem a ilusão de que age e domina o outro, de tal forma que crê que ele está ali para a sua satisfação (p. 257).

Essa relação começa em momentos anteriores ao próprio devir biológico. Fruto de um desejo não anônimo que inscreve a criança, ainda em seu estatuto de sujeito bruto, no campo do simbólico, pela ação do primeiro agente, a mãe, que será fundamental na constituição do sujeito que advirá. A afirmação de Freud (1914) de que toda a atenção disposta sobre a criança, nada mais é do que:

Renacimiento y reproducción Del narcisismo propio, ha mucho abandonado [...]. El conmovedor amor parental, tan infantil en el fondo, no es otra cosa que el narcisismo redivivo de los padres, que en su trasmudación al amor de objeto revela inequívoca su prístina naturaleza (1996, p. 87-8)

E, com a indicação lacaniana no texto *Duas notas sobre a criança*, de que a criança representa com seu sintoma “a verdade do par familiar (p. 5)”, entendemos que a família é um lugar onde a criança vai experimentar as vicissitudes inerentes à própria impossibilidade de realização de seus desejos e será a partir destas faltas para assentar-se como sujeito.

A proposta de Freud, sobre o Édipo, traz a ideia da castração como Lacan (1956-57) indica ao ressaltar que “desde o início, a castração foi ligada à posição central atribuída ao complexo de Édipo, [...] comporta, daí em diante, em si mesmo e fundamentalmente a noção da lei, que dele é

absolutamente ineliminável (1995, p. 61)”.

Envolvidos pela ideia freudiana, de que os vínculos parentais, estabelecidos na família, são fundamentais para a constituição da criança, tal triangulação perpassará toda a existência do sujeito. Assim a partir da identificação, a criança vai caminhar para vivenciar sua situação edípica tomando o pai como modelo, um ideal e tendo sua mãe como objeto de desejo. A resolução do Édipo para o menino consiste em dar-se conta de que a mãe lhe está interdita e pelo temor à castração, promovida pelo pai. Consequentemente a saída possível é renunciar ao desejo pela mãe.

Diante disto, remetemo-nos a Miller (2007) que afirma ser a família o espaço onde é possível para o sujeito fazer construir suas experiências de demanda, “do poder como poder de sim ou não [...] nesse espaço que o sujeito começa a decifrar o desejo do Outro (p. 4)”. Isto dará margem para a ocorrência dos pontos de interrogação, dos não-ditos ou dos mal-entendidos e ainda se inclui, neste cenário, o tabu do incesto.

Para a menina a porta de entrada no Édipo se baseia na situação de perceber castrada e aceitar sua falta. Mas, pelo temor à perda de amor, sua saída, aponta para a resolução a partir de um deslizamento, no qual há um abandono da ideia de possuir um pênis, surge, aí, a partir desta falta, o desejo por um filho. Diante disso o pai ascende como figura amorosa e a mãe como rival (FREUD, 1925). O que podemos pensar em comum na situação de resolução do Édipo é a presença do pai, quer seja como agente da castração no menino, quer seja como aquele que não cederá para dar à menina, o que deseja.

Roudinesco (2003) comenta críticas feitas a Freud que compreendiam a reinvenção do Édipo como uma resposta, uma tentativa de interromper a irrupção do poder feminino, na medida em que colocava a mãe no lugar de cuidadora dos filhos e fazia uma exaltação patriarcal.

Mannoni (1999) faz um ataque veemente a Freud dizendo que seu estudo baseou-se apenas em critérios biológicos e anatômicos e isto, para a autora, foi consequência das defesas dele no que tange à mulher. Defesas estas que mantêm a ideia de que o pai seria o único capaz de resgatar a criança dos braços da mãe. O que a autora coloca parece ligar-se ao apontado por Roudinesco (2003) de que a hierarquia familiar proposta por Freud, associa feminilidade e maternidade.

Apesar das críticas, sabemos que neste espaço de relações, tenha a forma que tiver, a família será o lugar onde as identificações vão ocorrer. Com isto apontamos que o romance familiar apresentado por Freud fala, na verdade, da forma como cada sujeito vai interpretar os laços que acontecem a partir do parentesco biológico. “*Un acto por el cual el sujeto elige: “la*

parentalización”, como aquello resultante de la subjetivación, de la adopción de esos lazos, de la relación del sujeto al Otro, al objeto (LIJTINTENS, 2006, p. 3)”.

Em “Moisés e o Monoteísmo”, Freud, retoma o mito de 1913 e fala do quanto os filhos honravam o pai e do quanto os atos canibais foram na verdade uma tentativa de identificação por uma ação concreta – pelo canibalismo. Então o protótipo da família edípica tem um caráter ficcional, uma obra romanceada, tal qual as histórias de suas históricas que se vinculavam com um relato, permeado por identificações próprias.

Sánchez (2006) a família “pode ser pensada como um discurso, um relato que um sujeito faz e nem tanto como uma estrutura de relações. A família como discurso inclui o sujeito que se situa nela e as relações com o desejo do Outro e dos significantes privilegiados que provem de sua história familiar (p. 3)¹⁴”. E a autora ainda acrescenta que esta ficção se constroi sobre o que ela transmite. Desta forma podemos entender que o encontro de *Eros* e *Ananké*, resulta na família como essencial à civilização (FREUD, 1930)

Roudinesco parece nos remeter a um entendimento de que longe de apenas confrontar filhos e pais, a formatação proposta por Freud, traz um agenciamento nas relações familiares, onde cada genitor constroi um lugar de partilha, diferente da família medieval, onde o pai tinha um lugar distante e endeusado. A família se mantém, mas modificam-se os lugares da mulher e da criança. (2003)

Isto posto, nos questionamos como se dão as relações familiares diante do diagnóstico de um adoecimento como o câncer? Mas antes, julgamos ser necessário irmos um pouco além, ainda no suporte da psicanálise, e nos defrontarmos com a proposta lacaniana de desencarnação biológica daqueles que irão exercer funções parentais. Esta necessidade faz-se pelo encontro das novas constituições de família na Contemporaneidade, formações que em muitos momentos irão se apresentar na descrição de nosso estudo.

2.2. A família em Lacan

De forma diversa de Freud, a família para o autor não estará sob a suplência de questões advindas da biologia. Ele de forma clara, em 1938, traz a informação de que esta construção acontece a partir das relações sociais. Enquanto Freud propunha um retorno a uma forma de família

¹⁴ tradução livre

baseada na nuclearidade e na soberania do pai, Lacan (1938) faz uma proposta de que a família deve ser entendida como um complexo.

Miller (2005) esclarece traduzindo a ideia como uma pré-estrutura, que parece reproduzir um fator do meio-ambiente, que entendemos aqui como da cultura em oposição a instinto colocado por Freud, apostando assim no aspecto dinâmico, que busca uma organização e atividade, levando-se em conta as interações, as emoções e experiências vivenciadas (p. 3). Miller, na releitura do texto Complexos Familiares de 1938, diz que em nenhum momento ele deixa de afirmar que a família é uma instituição importante, cujo papel é fundamental na transmissão da cultura.

Entendemos que ela é circunscrita simbolicamente por um “discurso sobre si mesma e que opera como um discurso social” (SARTI, 2004). A partir da ideia desta autora, Freud e Lacan, parecem concordar de que para além do romance a família é o verdadeiro lugar do mito. Kamers (2006) afirma que menos pela configuração fenomenológica, mas como estrutura discursiva, a família é a matriz simbólica fundamental na constituição do sujeito (p. 115). O dito da autora parece ter sido uma corroboração do que Lacan (1974), já na última fase de seu ensino diz:

Mesmo que as recordações da repressão familiar não fossem verdadeiras, seria preciso inventá-las, e não se deixa de fazê-lo. O mito é isso, a tentativa de dar forma épica ao que se opera no nível da estrutura. O impasse sexual secreta as ficções que racionalizam o impossível de onde provêm (1993, p. 55)”.

Miller (2007) diz que a família tem sua origem no “mal-entendido, no desencontro, na decepção, no abuso sexual ou no crime [...] unida por um não-dito, por um segredo (p. 2)”. E isto nos é transmitido pela linguagem, pela língua materna, que nos permite captar a organização simbólica, daí podemos indicar, com o autor, que não há dependência biológica para a determinação da família, já que para falar do homem, “nada se pode definir de seu psiquismo a partir da adaptação vital”.

Miller (2007) esclarece que o lugar habitado pela família, em nós, é algo que está no inconsciente, é um lugar onde aprendemos a estar no mundo, mas antes este lugar depende da existência de um Outro, um Outro social encarnado, ou seja, “falar numa língua já é dar testemunho de um laço com a família (p. 3)”.

2.2.1 – O lugar do Pai e da mãe – um recorte na teoria lacaniana

Neste percurso do trabalho não nos estenderemos por todo o ensino de Lacan, e, seguindo a indicação de Miller (1992) a periodização de 1953 a 1963, considerada por ele como o primeiro ensino, será o nosso principal suporte.

Apesar de ao longo de seu ensino, se distanciar da questão natural da existência do pai e da mãe ele pauta-se no mais além do biológico para falar da construção do sujeito criança. Para ele

a função de resíduo que sustenta (e ao mesmo tempo mantém) a família conjugal, na evolução das sociedades valoriza o irredutível de uma transmissão – e que pertence a uma outra ordem, distinta daquela da vida segundo as satisfações das necessidades - , que tem uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo. (LACAN, 1998b, p. 5-6)

Miller (1998) indica sobre a afirmação de Lacan, que a forma como o par familiar se articula pode desvelar o sintoma da criança, já que ele tem um papel de organizador psíquico. Com isso voltamos a Lacan (2002) quando, ao apontar o motivo do fracasso das utopias de uma vida comunitária, coloca que estas não levaram em conta que uma família vai além da pura satisfação das necessidades biológicas ou fisiológicas. Ela é o lugar em que percorremos o caminho de organismo a sujeito. A família se pauta por uma transmissão simbólica e isto pontua a importância desta forma de laço, um discurso que prescinde de palavras e inscreve no inconsciente as suas marcas sobre os mal-entendidos.

Sánchez (2006) designa que o conhecimento desta transmissão, desta herança subjetiva, “*lo que nos permitirá delimitar su función y separarla de su forma* (p. 9)”. Assim deslizamos do aparato biológico para um encontro simbólico. A definição da palavra função, no discurso matemático, descreve uma generalização que indica a relação entre dois objetos ($f(x)$) e no Aurélio (2006) a palavra define o uso, a serventia dos objetos ou ainda a posição que se ocupa em relação a outrem. Tentar pensar além do fator consanguíneo e conhecer como diz Laurent (2008) “*una función no es definida a partir de una esencia, o de sus caracteres como un concepto, sino que es definible por las realizaciones de las variables que constituyen su desarrollo* (p. 3)”.

Desta forma podemos entender que o lugar ocupado pelo pai e pela mãe, na configuração fantasmática da família, só pode ser encarnado por aqueles que desejem adotar, ocupar estes lugares. Na verdade, o genitor não está neste lugar de forma espontânea, se faz necessário uma atribuição simbólica, tanto da parte dos pais quanto do filho, para que a função se encarne. (LIJTINSTENS, 2006)¹⁵.

¹⁵ Tradução livre

Assim, indicamos que função simbólica da família possibilita ao sujeito estruturar-se e nos distancia dos fatos da natureza. Kamers (2006) aponta, a partir do encontro de Lacan com Lévi-Strauss, para o papel social da família parental, sua função ou eficácia simbólica¹⁶ que possibilita a transmissão das interdições. Este acaba por definir as relações sociais e o lugar dos membros na estrutura familiar. Então se torna fundamental que a partir do lugar de pais se defina o lugar dos filhos.

Lacan (2002) indica que existem condições de operacionalização deste germe constitutivo do sujeito dizendo que: a autoridade na família conjugal, deve ser posta ao alcance da subversão criadora, onde a criança pode imaginar e “antecipar” momentos nos quais ela virá substituir o pai ou o avô; a formação do psiquismo ocorre pela coação da criança pelo adulto, um efeito que se dá pela transmissão do ideal de eu, abarcando uma série de dons e ainda a evidência da vida sexual dos pais, interdito primordial da criança.

Como nos diz Miller (2005) Lacan caminha gradativamente menos para relativizar a necessidade da família, mas para colocá-la em um “patamar” diferenciado, e mais, por inseri-la como o Outro social. Por esse viés retornamos ao que Lacan (1998b) define como função materna àquela que tem a marca de um interesse particular, “ainda que o seja pela via de suas próprias faltas” e como função paterna, ou do pai, aquela que assegura que o seu nome seja o “vetor de uma encarnação da Lei do desejo (p. 6)”.

2.2.2- O Desejo da Mãe

Aqui se faz necessário abrir um parêntese para dizer que a posição de Lacan, em muito se afasta da ideia do mito do amor materno, incondicional, trazido à tona pelos higienistas no final dos séculos XIX, e XX que buscava traduzir a feminilidade pela maternidade (BROUSSE, 1993), mas apesar disto não deixa dúvidas sobre a importância da mãe na construção da subjetividade do sujeito.

Se retomarmos Freud em 1924, ele afirma que a resolução do Édipo na menina é uma equação na qual ela desliza de um pênis para um bebê, concluiremos com ele que o desejo de ter um bebê seria a solução para a angústia de castração. Parece-nos que ao colocar o desejo de um filho na

¹⁶ Tomados por Lévi-Strauss (1995), acreditamos que o mito familiar possui uma carga simbólica na qual o vocabulário tem uma importância menor, já que ele pode tornar-se intemporal. Recriado ou tomado de empréstimo, ele carrega consigo material de suas fontes originais, e é por este percurso que a função simbólica da família permanece.

dialética do Édipo, não cessa de mostrar que há uma ligação da maternidade com a castração e ainda indica que a feminilidade é um enigma, mesmo com a maternidade. Brousse (1993) esclarece:

Freud pela primeira vez introduz a constatação de um hiato e o introduz aí onde a gente não o esperava: a maternidade na estrutura dramatizada pelo mito edipiano é arrancada do biológico. A mãe não é a fêmea, ela se encontra doravante definida pelos três traços pertinentes, a pulsão, o desejo e a lei [...] Ora, a pulsão, o desejo e a lei operam uma “desnaturação” da própria mãe, como da relação mãe-criança: não há mãe senão desnaturada. (p. 2)

Com isso podemos voltar a Lacan, onde no seu retorno a Freud, declara textualmente que a mãe, procura na criança os seus objetos parciais, e como tais são sempre perdidos, o que ela buscaria seria o objeto falo. “Se a mulher encontra na criança uma satisfação é, muito precisamente, na medida em que encontra nesta algo que atenua, mais ou menos bem, sua necessidade de falo, algo que a satura” (LACAN, (1995[1956-57], p. 71).

Entendemos com Brousse que Lacan sustenta a ligação da maternidade com a castração em contraposição à ideia de plenitude, completude na relação dual mãe e criança já que esta relação vai ser marcada não pelo que a criança preenche, mas por falta fundamental.

Sobre a proposta lacaniana, Laurent (2007) afirma que o mais importante “são os avatares da relação mãe-filho. [...] A personagem mais importante não é a mulher, mas a mãe (p. 14)”. E na fórmula proposta:

A mãe
A mulher

Parece-nos que ele a apresenta para esclarecer que a sexualidade feminina se inscreve nesta fórmula e na relação mãe e criança. De forma diversa de Freud (1933) que, ao indicar as três saídas do Complexo de Édipo na menina, nos informa que a feminilidade se resume no tornar-se mãe, uma substituição simples do *penisneid* pelo desejo de filho. Caldas (1995) sobre isso afirma que a mulher freudiana encontra “na maternidade seu lugar de âncora identificatória e no filho o substituto do falo perdido (p. 34)”. A autora afirma que na ótica de Lacan, a mãe não corresponde ao modelo de mulher, pois:

Ser mãe, a que tem um filho, é colocar um significante para dizer da falta de sentido do sexo. É uma máscara na medida que cobre a ferida narcísica, o ponto onde um sujeito se constitui como faltante. [...] visto que a identificação ao significante mãe se presta a recobrir a falta de sentido do ser (p. 35).

Este apontamento de Caldas (1995) tem suporte no avanço do ensino de Lacan posterior ao utilizado nesse estudo, mas com ele podemos retomar com Laurent (2007) quando ele alerta que

sobre a relação mãe-filho não podemos esquecer que a criança “ocupa o lugar de condensador de gozo¹⁷ [...] já que a maternidade, o ocupar-se dos filhos é uma atividade sexual, e não uma atividade educativa ou sublimada (p. 16)”.

A dialética da relação mãe e bebê será possível porque, enquanto agente, a mãe já participa da ordem simbólica. Como apresentado pelo quadro abaixo, situado no seminário 4:

AGENTE	FALTA DE OBJETO	OBJETO
Pai real	Castração <i>S</i>	imaginário
Mãe simbólica	Frustração <i>I</i>	real
Pai imaginário	Privação <i>R</i>	simbólico

Seminário 4 - A relação de objeto. (1995[1956-57]), p. 220) grifo nosso.

Isso é o que a leva a suportar a própria onipotência e ser capaz de aceitar a alienação, a operação do primeiro momento na qual a criança é inteiramente dependente dos significantes que são produzidos por ela enquanto Outro (LACAN (1985[1964])). Quando nos referimos à alienação consideramos a constituição do sujeito no campo do Outro enquanto operação que determina a captura deste pelo significante ou como colocado por Cohen (2006):

O corpo falado no registro imaginário, tema da alienação, seria o corpo no corpo do ‘Outro’, ponto inaugural do sujeito humano ou lugar de identificação primordial na estruturação do ‘eu’ como lugar de ilusão (p. 69).

A afirmação de Lacan (1995[1956-57]) de que “a relação com o Outro é essencial, uma vez que o caminho do desejo passa necessariamente por ele, mas não por que o Outro seja objeto único, e sim na medida em que o Outro é fiador da linguagem e a submete a toda sua dialética (p. 145)” podemos compreender a experiência de demanda que a criança vai viver na relação com a mãe.

O quadro acima demonstra que a mãe como agente principal nesta primeira parceria amorosa. Esta mãe simbólica, decomposta por um ritmo de presença-ausência, não satisfaz apenas as necessidades da criança. Podemos exemplificar com os intervalos entre as mamadas. Se essa mãe

¹⁷ A noção de gozo em Lacan até o Seminário 20, apesar de não conter uma linearidade, diz respeito a expressões do gozo do Outro, são maneiras do sujeito estar na posse de alguma coisa. A partir do referido Seminário, Miller (2000) nos esclarece que a idéia do gozo passa a ser propriedade do corpo, não está mais situado no Outro.

amamenta sem desejo, de forma mecânica, e segue os horários prescritos por alguns profissionais, o objeto real corresponderá a uma necessidade e graves consequências podem advir.

No momento em que o ritmo é rompido, em que há uma dessimetria entre a presença e a ausência da mãe, quando esta coloca o inesperado e, esse movimento inscreve a falta e faz surgir uma Demanda dirigida ao Outro materno. O vagido, o grito, o choro que se realizará como apelo ao Outro, para Lacan é o que se inscreverá como precursor da palavra. (LACAN, (1995[1956-57])).

O encontro da mãe com o bebê, inicialmente desamparado ou imaturo organicamente, que ao convocá-la torna possível, através da interpretação dada a esse apelo de fazer o objeto passar de real a simbólico. Assim a frustração indicada aqui “só é pensável como a recusa do dom, na medida em que o dom é o símbolo do amor. Lacan, (1995[1956-57], p. 184)”.

Ainda seguindo o autor ele afirma:

O dom surge de um mais-além da relação objetual, já que ele supõe atrás de si toda a ordem da troca em que a criança ingressou, e só pode surgir deste mais-além com o caráter que o constitui como propriamente simbólico (p. 185-86).

Acreditamos que é a partir dessa situação, na medida em que a criança começa a separar-se da mãe, que o caminho para tornar-se sujeito que confrontará uma mulher com o lugar que o filho ocupa no seu imaginário, e aqui nos referimos a sua própria castração.

Podemos pensar que no primeiro tempo do Édipo, apontado por Lacan no seminário 5, a mãe funcionaria como um “desejo sem lei” onde a criança vai ser o significante que faltava à mulher, e sem a mediação assegurada pela função do pai, a criança pode ser capturada na fantasística materna, ou como formulada por Lacan (1998b) “ela torna-se o ‘objeto’ da mãe e não tem outra função que a de revelar a verdade desse objeto (p. 1)”, o que podemos ler como a criança funcionando como metonímia do desejo materno.

Se utilizarmos o que Winnicott¹⁸ chama de mãe suficientemente boa, dizemos que é aquela que necessita da presença de um outro que opere a cisão da relação imaginária de completude, mãe-bebê. Nessa dialética o pai pode intervir como operador, fazendo com que a castração incida sobre ambos, lembrando à mulher sua condição de “não-toda, e que o objeto criança não deve ser tudo para ela [...] e que o desejo da mãe deve se dirigir para um homem e ser atraído por ele” (MILLER, 1998, p. 8) lembrando-a de sua assunção à feminilidade.

A partir desse ponto tocamos “os laços de amor”, quando a mãe, numa relação íntima com o pai, o funda “como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho. [...] E é nisso

¹⁸ Autor que se debruçou sobre o tema da relação mãe-bebê.

que ele é ou não é aceito pela criança como aquele que priva ou não priva a mãe de seu desejo (LACAN, 1999[1957-58], p. 197)”. Isso parece ser algo que será retomado, por Lacan, no Seminário 22, quando ele define um pai como aquele que terá direito ao respeito e ao amor se, o dito amor, estiver perversamente (*père-versement*) orientado, ou seja, se ele fizer de uma mulher objeto *a*, causa de seu desejo.

2.1.2 – O que é um pai?

Lacan também se faz esta pergunta nos seus ensinamentos, mas, de qual pai estamos falando? Daquele que só ocupou o seu lugar depois de morto? Que se fez presente na sua ausência? No mito do Totem e Tabu? Para apresentar esta questão, pertinente ao nosso trabalho, vamos elencar algumas questões desenvolvidas nos seminários 4 e 5.

De forma diversa de Freud, que postulava a necessidade da presença física do pai, Lacan coloca inicialmente que ser pai “é algo diverso de ser-se pai, aceder à posição paterna” (LACAN, 1995[1956-57], p. 209). Então, apesar da necessidade da encarnação, por si só, ela não é uma resposta à questão proposta e o autor já nos mostra essa função ao falar:

O pai é, com efeito, o pivô, o centro fictício e concreto da manutenção da ordem genealógica, que permite à criança se imiscuir de maneira satisfatória num mundo que, de qualquer maneira que se o avalie, cultural, natural ou sobrenaturalmente, é aquele onde ele nasce. É num mundo humano organizado por essa ordem simbólica que ele faz sua aparição, e é isso que ele tem que enfrentar (LACAN, 1995, p. 410).

Podemos entender que o que ele começa a desenhar é o assentamento da criança como sujeito, tendo o pai como agente que impedirá que ela fique a mercê dos caprichos maternos e a descolará do lugar de objeto que responde radicalmente ao desejo da mãe. Com isso cremos na importância de sua intervenção estrutural, operando a partir de uma perspectiva simbólica.

Mas onde está o pai? Qual sua função? Lacan, no Seminário 4, nos fala inicialmente da criança, presa no desejo materno, que se oferece à mãe como objeto de seus caprichos, o que podemos ler como um estágio vinculado ao narcisismo, ou o que se chama de dialética imaginária especular. Nesse cenário há a manutenção de um engodo onde a ideia é proporcionar satisfação plena à mãe e com isso obter dela o dom de amor.

Em um dado momento, a díade mãe-criança vacila, e a criança não é mais convocada a ocupar um lugar onde tamponaria as faltas da mãe. “A partir desse momento de virada, o objeto não é mais o objeto imaginário com o qual o sujeito pode tapear, mas o objeto sobre o qual um Outro é sempre capaz de mostrar que o sujeito não o tem, ou o tem de forma insuficiente (LACAN, 1995[1956-57], p. 213)”.

Assim, vemos a entrada do segundo tempo do Édipo, no qual a privação é produzida pelo pai, aquele que vai mostrar que a criança não é tudo para o sujeito materno. A criança é privada de ser o falo, por aquele que, supostamente o tem e sabe ser seu possuidor. Este é o pai descrito como o pai imaginário, aquele que se integra nas relações cotidianas, ao qual nos referimos quando postulamos que esta ou aquela atitude se refere à questões de paternidade, “e, que não tem de forma alguma, obrigatoriamente, relação com o pai real da criança”. Este pai imaginário atua pela privação, ele ameaça, assusta.

Sauret (1998) esclarece que o pai da realidade “faz a cama” para que o pai simbólico possa deitar-se, isto é, se assim a mãe o invoca. Este tempo do complexo é visto como nodal, porque é nele que a mãe vai ter de remeter-se a “uma lei que não é a dela, mas a de um Outro e o que ganha importância não é a relação do pai com a mãe, mas da mãe com a palavra do pai (LACAN, 1999[1957-58], p.199)”.

Assim podemos entender que este pai já fazia parte desse jogo, apenas agora pode se apresentar encarnado para fazer a criança confrontar-se com a castração e assinalar que a mãe, como objeto do desejo, é proibida. A criança terá de lidar com o fato de que não possui o que pode satisfazer o Outro materno e nessa hiância, onde a castração simbólica acontece, a lei e o desejo se instauram.

Lembrando do caso paradigmático de Freud, sobre a paternidade, o caso Hans, vemos um pai presente fisicamente, mas que não consegue tomar seu lugar, aceder à sua função simbólica de forma eficaz, apesar de interessado e bem intencionado quanto às dificuldades do filho.

Algo é ressaltado por Lacan sobre a presença desse pai: “diga o que disser, as coisas continuam a ocorrer da maneira mais decidida, sem que a mãe em questão tenha por um só minuto a menor consideração pelas observações que lhe são respeitosamente sugeridas pelo pai (1995[1956-57], p. 227)”. E ele vai além dizendo da inoperabilidade de um pai, o que mais uma vez nos coloca frente a sua posição na família, não garantindo que ele seja o lugar da lei, da normatização. Sobre isso vamos ao encontro de Miller (1998) quando ele diz que apenas por estar presente não significa que o pai seja capaz de apresentar a interdição e fazer funcionar a lei.

Na verdade o pequeno Hans serve para ilustrar a relação entre do complexo de Édipo e a castração. A castração, experiência que gira em torno de algo do real, mas sobre um objeto imaginário, se localiza pela ausência do pênis na mulher e se diferencia da privação por esta implicar a simbolização de um objeto no real (LACAN, 1995[1956-57], p. 221).

Então pensamos que a ação do pai vai além da interdição proposta por Freud (1924) com a ameaça de castração que se torna poderosa pela visão da inexistência de pênis na menina. No complexo de Édipo lacaniano, nesse momento de seu ensino, o pai é uma metáfora, cuja função é exercida no inconsciente. É neste lugar que ele interdita a mãe.

Lacan (1999[1957-58]) indica que “a estreita ligação desse remeter a mãe a uma lei que não é a dela, mas a de um Outro, como o fato de o objeto de seu desejo ser soberanamente possuído, na realidade, por esse mesmo Outro a cuja lei ela remete, fornece a chave da relação do Édipo (p. 199)”. Miller (1998) diz que a interdição é importante para impedir que a criança sature “para a mãe, a falta em que se apoia o seu desejo (p. 8)”.

Aqui se confirma a proposição do autor quando ele diz que a função do pai no complexo de Édipo é uma metáfora, já que ele se apresenta como um significante que vem substituir um outro significante, o desejo da mãe. Então, podemos pensar que nesse ponto, estamos longe do romance familiar e nos deparamos com o que Lacan formula como a metáfora paterna, onde, as versões de pai e da mãe, serão tomadas pelas funções simbólicas que desempenham. A descrição é feita desta forma:

$$\frac{NP}{DM} \cdot \frac{DM}{x}$$

E vamos esclarecer sobre isto com o próprio autor: “De que se trata na metáfora paterna? Há, propriamente, no que foi constituído por uma simbolização primordial entre a criança e a mãe, a colocação substitutiva do pai como símbolo, ou significante, no lugar da mãe (LACAN, 1999[1957-58], p. 186)”.

Esta metáfora, pensar o pai como um significante, nos permite vê-lo normatizador, já que é pelos seus feitos no inconsciente que ele se faz operar, independente da presença física do pai do nome, aquele que nos insere na cultura e na hereditariedade. Com isto aparece a voga do Nome-do-Pai, o pai simbólico que não está situado no tempo e no espaço, e só pode ser alcançado por uma construção mítica LACAN (1995[1956-57]).

No texto a “Significação do falo” Lacan diz que para além desta função do pai existe a necessidade de que ela (a mãe) seja levada a buscar o “significante de seu desejo no corpo de um

homem (1998a, p.691)”. Daí apostamos, que o pai opera a castração da mãe e não do filho, fazendo-a se confrontar com o fato de ser uma mulher.

Se fizermos um breve retorno podemos ter como exemplo o que Freud (1910) indica sobre a infância de Leonardo da Vinci, filho ilegítimo, criado pela mãe até aproximadamente os cinco anos, quando então foi enviado à casa de seu pai, para ocupar o lugar de um filho, já que a esposa de seu pai era infértil. Com Lacan podemos pensar que este pai real, não pode ocupar sua função no complexo de Édipo, já que não foi tornado significante o suficiente para operar a interdição da mãe, deixando Leonardo ao alcance “voraz” do desejo desta, da forma como Freud (1910) aponta:

La pobre madre abandonada no tenia más remedio que dejar que afluyeran al amor maternal todos sus recuerdos de caricias gozadas, [...] no solo para resarcirse de no tener marido, sino para resarcir al hijo, que no tenia un padre que pudiera acariciarlo. Así, a la manera de todas las madres insatisfechas, tomo a su hijito como remplazante de su marido. (1996, p.109).

Com isto podemos ver a captura de Leonardo da Vinci na teia do desejo materno, identificado ao falo. O pai parece funcionar a partir do seu lugar real, frustrando-o da presença de sua mãe, ao retirá-lo bruscamente de sua companhia.

Então se para a psicanálise o verdadeiro pai é o simbólico, aquele que confere à criança a possibilidade de ser desejante e definir sua identidade sexual, entendemos quando Lacan (1999[1957-58]) informa de que no complexo de Édipo o pai não pode faltar.

Quando Lacan introduz o conceito de metáfora paterna, como leitura do Édipo freudiano ele diz:

O pai é, no Outro, o significante que representa a existência do lugar da cadeia significante como lei. [...] O pai se acha numa posição metafórica, na medida e unicamente na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei.[...] É nessa medida que o terceiro tempo do complexo de Édipo pode ser transposto, isto é, a etapa da identificação, na qual se trata de o menino se identificar com o pai como possuidor do pênis, e de a menina reconhecer o homem como aquele que o possui (1999[1957-58], p.202-03).

Este pai, constituído enquanto metáfora, tem função humanizadora por possibilitar à criança que se apodere do seu lugar de sujeito desejante e institui a diferença sexual. Assim sem a mediação do pai no complexo de Édipo a criança corre o risco de sucumbir diante do desejo materno e ficar aprisionada, sem ter a possibilidade de se responsabilizar por um desejo próprio.

Se essa mediação não ocorrer, ou seja, se a mãe impedir que o discurso do pai se presentifique como mediador e seja por ela autorizado como portador da Lei, a criança ficará à

mercê, e o círculo se fechará em torno dela LACAN [1999(1957-58)]. A criança permanece como assujeitada, presa na relação especular “não conta com a lei do pai que segure o domínio da totalidade ideal, nem a dívida simbólica que possibilite um repouso (COHEN, 2002, p. 107)”. Podemos dizer então que estamos diante de uma falta do pai ou “pai zero”.

O pai, enquanto significativo, nos instiga a identificar como ele opera diante do diagnóstico de câncer de um filho e tentar investigar como a criança pode se utilizar dele, como instrumento, nesse contexto.

2.3- O significativo criança

Retornaremos ao que foi introduzido, de forma breve no primeiro capítulo, no qual fizemos um histórico sobre o conceito de infância, desde a Antiguidade aos nossos dias, com o objetivo de chegarmos ao tema de acordo com Freud e Lacan.

O percurso se inicia com ela reconhecida como mero instrumento para a satisfação do adulto, um objeto para gozo do outro, um objeto de manipulação (MILLER, 2008). Isso denotava despreocupação com questões peculiares à etapa da infância no que concerne ao seu desenvolvimento orgânico e psíquico.

Aliás, podemos dizer, a partir do postulado no capítulo anterior que a criança só poderia ser vista enquanto adulto que viria a ser, no que tange a sua utilidade. Foucault (1998) afirma que as mudanças ocorridas na família e os consequentes cuidados que passariam a ser dispensado à criança, tinham implicações econômicas e políticas, pois o valor do Estado era avaliado pela qualidade de seu povo:

Por cierto, hacía mucho tiempo se afirmaba que un país debía estar poblado si quería ser rico y poderoso. Pero es la primera vez que, al menos de una manera constante, una sociedad afirma que su futuro y su fortuna están ligados no sólo al número y virtud de sus ciudadanos, no sólo a las reglas de sus matrimonios y la organización de las familias, sino también a la manera en que cada cual hace uso de su sexo (p. 18).

Em auxílio ao movimento de valorização da infância vemos surgir as disciplinas, as instituições do saber, e mesmo a medicina, que até o século XVIII, relegava tudo o que era da ordem da saúde de mulheres e crianças a “coisas de comadre” (ZORNIG, 2008), volta seu olhar para esse grupo. Assim o Estado busca uma forma de controle sobre a criança, sobre o seu corpo, buscando garantir a obtenção da disciplina e dominação da sexualidade, não apenas dela, mas da

conduta de toda a população.

Zornik (2008) aponta que foi longo o percurso até que o significante infância “se arraigasse nas mentalidades, passando de uma quase total indiferença pela à valorização como garantia de uma sociedade futura composta de adultos bem-formados (p.18)”. Diferente dos *oblatis*¹⁹, a criança da Hipermodernidade pode falar sobre si e sobre o mundo que a rodeia, bem como de seus sentimentos, e com colaboração das ciências, particularmente a Psicanálise, passa a existir uma forma de se entender a implicação do campo da cultura (Campo do Outro) na própria constituição da criança.

A Psicanálise, ciência nascida no século XIX, sob o viés da Modernidade, nos oferece uma outra possibilidade de discussão, por ir além da biologia e da cultura ao considerar a importância da subjetividade, uma construção produzida pelo discurso (LAJONQUIÈRE, 2003).

Zornig (2008) indica que com o advento da Psicanálise, a sociedade assumiu uma postura de puericultura, trazendo para o seu centro inúmeras discussões sobre a criança, ou seja, “a sociedade procura colocar a criança real como modelo, como mito das origens, que serve para explicar a organização da cultura (p 35)”. O termo puericultura traz no seu cerne o termo pueril, *pueria* que parece designar uma etapa de vida, onde a criança é tenra e pequena como no *Differentiarum liber*. (MANACORDA, 1989, p. 119)

A palavra criança, quando tomada no sentido etimológico do termo se relaciona com a criação, àquilo que é passível de ser manipulado. A diferenciação entre os termos infância e infantil, aparece a partir da psicanálise. Infantil (*infantile*) Sauret (1997) define, a partir do contato com Lacan, como um termo que designa o que da criança não se desenvolve.

Podemos inferir daí a importância do infantil na formação da criança, uma vez que essa estruturação se organiza na infância e guarda o singular, o único de cada sujeito. Considerando-se assim, o encontro do *infans* com o adulto, vivenciado a partir dos laços familiares, é fundamental para sua constituição como sujeito.

Lajonquière entende que, nessa dinâmica, o adulto oferece inconscientemente à criança um tempo de “quarentena” com a expectativa de um porvir no qual ela será capaz de falar de si e sobre si. Contudo, para isso, precisa acreditar que o adulto tem um saber significativo. Para o autor, além de inocular e alimentar os germes culturais que estão no campo do Outro, “educar é precisamente isso: é transmitir marcas simbólicas – inventar metáforas – que possibilitem à criança *sapiens* usufruir um lugar no mundo a partir do qual possa se lançar às empresas impossíveis do desejo [...] capaz de

¹⁹ Termo usado no início da Idade Média, para designar a criança oferecida, pelos pais, aos conventos, para serem preparados para o monastério.

desenvolver um saber fazer (2003, p.135-149)”.

2.4 – O nascimento do sujeito-criança

É essa criança, recém-nascida na Modernidade que Freud vai encontrar. Submetida a um contexto de controle como garantia para a formação de um novo Estado, como uma cria *sapiens*, que pode ser manobrada e manipulada. A ideia de inocência e infância, quando relacionadas ao sentido etimológico, apontam para uma descrição da época, aquela que sem manchas (*in+nocens*) e sem poder falar (*infans*), vai se desenvolver até chegar ao “ápice” social, o adulto.

Apesar do nascimento inaugurar o surgimento da criança para a sociedade, para a Psicanálise, isto não é a garantia do advir do sujeito. Sua certidão é construída na relação com o Outro, e Sauret (2001) nos aponta que:

Cada vez que uma criança é fabricada se retoma essa transmissão dos elementos necessários a constituição do sujeito. [...] Isso significa que não é a cada nascimento, mas a cada chegada de um sujeito, porque ele mobiliza concretamente a relação como Outro da linguagem, mas também com o pai e com a mãe, assim como ao que se dá entre eles - estejam juntos ou não, sejam ou não os pais - cada acontecimento de um sujeito é criador de laço social. *Não há sujeito da palavra sem ao menos uma semente de laço social (grifo do autor (p. 30))*”.

A Psicanálise não aparece para ir contra a ciência, mas para apresentar a proposição de que a criança não seria um mero reprodutor de ideais sociais, anjo ou a personificação do mal, ela pensa e deseja. Um importante corte epistemológico acontece em 1905 quando Freud desnatura a sexualidade e assim, ela deixa de ser passível de controle.

Cohen (1999) nos diz a que tarefa inédita da revolução freudiana foi a possibilidade de demonstrar que a sexualidade encontra-se presente desde o nascimento do bebê humano e não se restringe apenas ao ato sexual, mas está impresso em todas as formas de expressão do desejo. Por sexualidade, no viés psicanalítico, podemos designar

toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância, construídas sob um suporte biológico ou seja o corpo físico, porém submetido a um desejo, que é sempre um desejo que inicialmente, é de um *Outro* - aquele que cuida e que faz função de maternagem (COHEN, 1999).

O corte copernicano²⁰ apresentado por Freud coloca como vértice das relações da criança

²⁰ Refere-se à teoria Heliocentrista, apresentada por Copérnico em 1543, ao declarar que a Terra não seria o centro do Universo.

com o mundo, o que Sauret (1997) vai confirmar como infantil, ou seja, aquilo que das nossas experiências na infância, permanece, nos marca. A partir dessas marcas na interseção como campo do Outro social, o sujeito como efeito significante se produz.

Assim precisamos considerar que a nossa pré-histórica, em termos freudianos, corresponde ao período do desenvolvimento biológico, mas existe algo não apreensível no estágio de *infans*, uma vez que o nascimento da criança tem sua “base no desejo parental que, logicamente, antecede ao nascimento (LEVIN, 2001, p. 52)”.

Se apresentarmos a criança como sujeito pela indicação de Lacan, no seminário 2, veremos que ele aponta que apesar do suporte biológico ela está inscrita para além desse pressuposto.

O sujeito não é sua inteligência, não está no mesmo eixo, é excêntrico. [...] é algo diferente de um organismo que se adapta. É outra coisa, e para quem sabe ouvi-lo, a sua conduta toda fala a partir de um Outro lugar que não o deste eixo que se pode apreender quando se considera como função num indivíduo, ou seja, com um certo número de interesses concebidos na *areté* individual. (1985[1954-55]p.16)

O sujeito criança, distanciado da ideia desenvolvimentista, vai se constituir, inicialmente, a partir da prematuração, em um para além da satisfação das necessidades do corpo biológico, e para garantir sua existência se faz necessário a presença de um Outro inserido na cultura e, por isso, capaz de dar um sentido para os apelos da criança.

Se nos for possível fazer uma breve digressão, podemos pensar na função da mãe que diante do choro do bebê pode imprimir, para além da necessidade, algo a mais, e assim supõe que satisfaz seu bebê. A partir de uma experiência de observação, durante os encontros realizados no Projeto Brincante, trazemos este recorte: a mãe diante de uma demonstração de incômodo físico do filho, de pouco mais de dois meses de idade, e alguns outros sinais perceptíveis a ela, disse: *-Eu sei que você está com sono!* Então, ela o pegou no colo, o embalou com uma canção que usava para estes momentos e, em instantes a criança estava adormecida.

No relato acima podemos ver a criança marcada pela interpretação dada pelo desejo da mãe e que responde a ele. Essa relação marca seu corpo tornando-o erogeneizado, o que possibilita uma organização pulsional. A criança nasce mergulhada no campo da linguagem e cabe à mãe, como Outro primordial, transcodificar as mensagens da cultura, a partir da “língua materna” como nos lembra Miller (2005) e oferecer um sentido para as sensações advindas do corpo. Assim, ao interpretar a necessidade da criança, o desejo da mãe transforma-o em demanda, uma demanda de

amor. Então cremos que “um núcleo real e mítico é deslocado para o campo do simbólico” (COHEN, 1999).

Este encontro nos faz pensar que essa possibilidade acontece pelo resíduo do infantil nos pais. Aqui falamos do que os possibilita reviver o próprio narcisismo, onde a criança, como objeto de gozo, pode ser investida pela superestima, pela proteção exacerbada, na verdade “trata-se de reencontrar, por procuração, esse período nostálgico em que eles eram, como descreve Freud, ‘Sua majestade o bebê’ (NOMINÉ, 2001, P. 37)”.

A criança vai se constituir sujeito na medida em que está inserida no campo do Outro, na cadeia de significantes, Lacan (1985[1964]) diz que “o sujeito só é sujeito por seu assujeitamento ao campo do Outro (p. 178)”. E esta alienação é fundamental na sua constituição.

Quando Lacan fala do Estádio do Espelho ele nos aponta o caminho que a criança percorrerá do imaginário dos pais para sua assunção ao simbólico, como sujeito. No seminário 1, o autor faz uma advertência ao dizer que o encontro do *infans* com o espelho não determina a maturação orgânica:

Vocês sabem que o processo de maturação fisiológica permite ao sujeito, num dado de sua história, integrar efetivamente suas funções motoras, e aceder a um domínio real do seu corpo. Só que antes desse momento, embora de maneira correlativa, que o sujeito toma consciência do seu corpo como totalidade. [...] a só vista da forma total do corpo humano dá ao sujeito um domínio imaginário do seu corpo, prematuro em relação ao domínio real. Essa formação é destacada do processo mesmo da maturação e não se confunde com ele. O sujeito antecipa-se ao acabamento do domínio psicológico, e essa antecipação dará seu estilo a todo exercício posterior do domínio motor efetivo (LACAN, 1986, P. 96).

A integração deste corpo despedaçado, vista como uma situação jubilatória traz também um drama que captura o sujeito nas malhas de uma “paixão narcísica” já que a Gestalt produzida como saída é ilusória, pois tem como base a alienação, Lacan (1954-55) ao retornar ao texto de 1949 indica:

Toda a dialética que lhes dei a título de exemplo com o nome estádio do espelho está fundamentada sobre a relação entre, de um lado, um certo nível de tendências vivenciadas – digamos, por enquanto, num certo momento da vida – como que desconectadas, discordantes, despedaçadas – e sempre fica alguma coisa – e, por outro lado, uma unidade com a qual ele se confunde e se emparelha. Esta unidade é aquilo em que o sujeito se conhece pela primeira vez como unidade, porém como unidade alienada e virtual. (1985, p. 69)

O que entendemos da proposta é que a alienação torna-se crucial pois a imagem é alvo da identificação à forma humana, assim a imagem do corpo próprio só poderia acontecer “por

intermédio do corpo dos outros (MILLER, 2008, p. 17)”. O que nos parece traduzir o que Lacan propõe ao dizer que “o primeiro efeito que aparece da imago no ser humano é um efeito de alienação do sujeito. É no outro que o sujeito se identifica e mesmo se experimenta de início (1966, p. 113)”.

Esse eu, entendido como “matriz simbólica em que o [eu] se precipita de forma primordial” (LACAN, 1998a, p. 96), na medida em que dá a ideia de completude, de identificação narcísica, será o que vai dar à criança o caminho para que ela se identifique com o outro o tomando como um referencial de si mesma.

No texto “A agressividade em psicanálise”, o autor citado, nos mostra o caminho inicial ao falar da criança quando nas suas brincadeiras a “criança que bate diz que bateram nela, a que vê cair, chora toca e diz que é tocado, vê o outro cair e diz que caiu (p. 116)”, para exemplificar o quanto a relação narcísica é dual. Seguimos apontando que a agressividade pode ser constitutiva, na medida em que o caminho para a assunção do corpo próprio traz em si uma ambivalência na sua relação como outro.

Há nisso uma espécie de encruzilhada estrutural onde devemos acomodar nosso pensamento, para compreender a natureza da agressividade no homem e sua relação com o formalismo de seu eu e de seus objetos. Essa relação erótica, em que o indivíduo humano se fixa numa imagem que o aliena em si mesmo, eis aí a energia e a forma donde se origina a organização passional que ele irá chamar de seu *eu* (LACAN, 1998a, pg. 116).

Pensamos, então, que na medida em que a criança se reconhece e é reconhecida e descola-se do lugar de um simples objeto no imaginário da mãe. Assim acreditamos que se inicia a dialética que vai fazer a criança questionar-se sobre seu desejo e o desejo do outro, “essa forma se cristalizará, com efeito, na tensão conflitiva interna ao sujeito, que determina o despertar de seu desejo pelo objeto do desejo do outro: aqui, o concurso primordial se precipita numa concorrência agressiva, e é dela que nasce a tríade do outro, do eu e do objeto (1998a, p. 116)”.

Miller (2008) indica que

a preeminência do corpo próprio nos seres humanos tem a ver com a suposição de uma falta, de uma falha que a imagem do corpo viria preencher, recobrir. Não se pode compreender o privilégio específico dessa imagem, sua importância para os seres humanos, sem a suposição de que ela esconda uma falta essencial (p. 19).

Isto parece ocorrer em virtude de que o conhecimento em estado puro não nos é possível, e Cohen (1999) afirma que neste processo “a estrita comunidade do eu e do outro no desejo do objeto enceta uma coisa radicalmente outra, ou seja, o reconhecimento (p. 71)”. E este supõe com toda

evidência um terceiro. Este aparece em Lacan (1956-57) com o nome de falo, o objeto que primordialmente falta à mãe e sobre o qual a criança se liga e faz dele um significante, na verdade a criança se “engaja na dialética intersubjetiva do engodo” para satisfazer o desejo materno, um desejo que não pode ser satisfeito e que, na verdade só opera através de um engano.

O que está posto acima se refere a proximidade à entrada no Édipo, já que com Lacan entendemos que a partir daí estamos diante de uma função normativa. “Trata-se de que o sujeito seja ele mesmo capturado neste engodo, de tal forma que se veja engajado na ordem existente, que é de uma dimensão diferente daquela do engodo psicológico por onde ele entrou (1995[1956-57], p. 205)”. E Sauret nos ajuda a esclarecer que a função paterna transmite para a criança a alavanca que lhe permite escapar de sua posição de objeto na fantasia materna, à qual ela deve sua sobrevivência (2001, p. 23), e acrescentaríamos, enquanto sujeito.

2.5 - O filho-criança

A tríade mãe-criança-falo necessita de “um quarto termo que a abarque e os insira na ordem simbólica. Drumond (2001) designa que é ao pai que vamos nos reportar para cumprir esta função. A partir de Lacan (1949) em *Formulações sobre a causalidade psíquica*, quando ele coloca que o complexo de Édipo tem valor por corresponder ao fechamento de um ciclo psíquico e isto acontece por ele representar a situação familiar, “na medida em que por sua instituição, esta marca no cultural o recorte do biológico e do social (1998a, p. 185)”.

Na medida em que o autor aponta que a organização familiar torna possível o advento do sujeito, podemos crer que isto se deva porque o nascimento de um filho confronta os pais “com um fato inenarrável e inesperado que os transcende [...], pois os remete à sua própria história subjetiva, a seu próprio mito familiar (LEVIN, 2001, p. 52)”. O mesmo autor articula sua ideia afirmando que isso se deve aos pontos de *tyché*, que se enlaçam, se articulam amparados por uma ordem simbólica (p. 34-5).

Lacan (1975) esclarece que são os pais que colocam uma criança neste lugar, não por ser um símbolo, “senão que a maneira pela qual lhe foi instilado um modo de falar, não pode senão levar a marca do modo pelo qual foi aceito por seus pais (p. 5)”. E ele segue exemplificando que mesmo uma criança não desejada, pode ser bem acolhida posteriormente pelos pais, mas que “isto não impede que algo conserve a marca do fato de que o desejo não existia antes de certa data (p. 5)”.

A estruturação é o que vai permitir à criança ser capaz de estabelecer laços sociais, mas Lacan (1998b) nos indica que ela, a caminho de se tornar sujeito, pode encontrar impasses, duas posições, que são verificadas a partir do sintoma que ela apresente. A partir deste texto ele afirma que o sintoma é o “representante da verdade” ou ainda como nos esclarece Sauret (2001): “o real do gozo em jogo, que faz objeção ao saber e só pode semidizer-se. O sintoma é a marca desse fracasso estrutural (p. 27)”.

Duarte (2001), com suporte lacaniano, orienta-nos que o sintoma é uma resposta da criança, uma “estratégia frente ao desejo (p. 66)”. Ele pode ser uma resposta ao que existe de sintomático na família, o que permite a constituição de laços específicos como indica Sauret (2001):

É da responsabilidade da criança se apropriar do que ela herda. Isso significa que não é a cada nascimento, mas a cada chegada de um sujeito, porque ele mobiliza concretamente a relação com o Outro da linguagem, mas também com o pai e com a mãe, assim como ao que se dá entre eles – estejam juntos ou não, sejam ou não os pais -, cada acontecimento de um sujeito é criador de laço social. *Não há sujeito da palavra sem ao menos uma semente de laço social* (p. 30).

Se a criança sintoma encontra-se como metonímia do desejo da mãe, ou seja, ocupando o lugar que Miller (1999) indica como o do falo imaginário, pois qualquer desejo comporta uma falta e é a partir dela que uma mulher pode desejar ser mãe. Sauret (2001) interroga se “a questão é saber se a criança pode se desalojar dessa posição de objeto”, se isto não for possível, uma vez que esta garantia deve ser dada pela função paterna, a criança vai “alienar nela própria todo acesso possível da mãe a sua própria verdade, lhe dando corpo, existência e, mesmo exigência de ser protegida (LACAN, 1998b, p. 1)”.

Assim, um filho pode prestar-se a tamponar a falta da mãe, substituindo o objeto *a* na fantasia materna e desta forma fica impedido de apoderar-se da palavra como sujeito, do seu corpo e de sua posição sexual, na medida em que se distancia da identificação do ideal do eu. A alienação estrutural leva a criança a uma eterna busca pela verdade, quando ela, na relação dual, se torna objeto do gozo materno. Miller (1998) fala dessa situação utilizando a expressão “marionete da mamãe”, quando a criança se presta a ser o fetiche em nome do suposto “amor materno”.

Quando o sintoma da criança revela a “verdade do par familiar”, Lacan (1998b) nos diz que apesar da complexidade da situação é a mais aberta à intervenção do analista. Nesse caso, o sintoma, ao se relacionar à “vinculação do par pai/mãe, [...] já está articulado à metáfora paterna (Miller, 1998, p. 8)”.

E isto remete à condição de não-todo da mulher, na medida em que a criança preenche, mas

também divide o sujeito materno, deixando a via aberta para que seu desejo possa se dirigir a outras coisas, inclusive um homem. Miller acrescenta que a criança enquanto “metáfora infantil do falo” precisa falhar, mantendo a incompletude do desejo feminino e que isso é o que vai dar “acesso à significação fálica, na modalidade da castração simbólica (1998, p.9)”.

Nesse cenário podemos dizer que a família tem um valor importante na assunção do corpo próprio para a criança, ou seja, ao constituir-se como ser falante, o faz na relação com o Outro primordial cujo desejo não é anônimo.

A partir do colocado por Zornig (2008 p. 16) sobre a importância dos pais, “seja em sua função simbólica, seja em sua dimensão imaginária” e do quanto seria pouco prudente deixá-los de lado no atendimento clínico, procuraremos estender e investigar esse viés em nosso trabalho. O que vai nos interessar é como os pais de crianças, em processo de tratamento oncológico, vão se localizar ante essa ocorrência que irrompe e os põe diante do mais efêmero da vida – a possibilidade da morte. Também como esta criança, antes “saudável”, vai estar inscrita no discurso e desejo parental.

A partir da observação dos pais, de seus filhos supostamente “saudáveis”, Freud (1996[1914]) afirma que, na verdade, eles vivenciam em seus filhos suas próprias etapas do narcisismo infantil. O filho é um “objeto” investido de toda valoração a ponto de os pais deixarem suas necessidades de lado, tudo girará em torno da criança que irá satisfazer plenamente os seus desejos.

O advento do câncer rompe com essas expectativas e ameaça significativamente seus narcisismos, pois não há como não perceber as possíveis deficiências; e, por uma contingência externa à vontade terão de renunciar em favor de uma nova perspectiva de “Sua Majestade o Bebê”. Os pais golpeados, narcisicamente, no que há de mais íntimo de seu ser, terão que se haver com o real, entendido aqui como um evento, que invade suas vidas modificando o cenário familiar.

Supondo que grandes transformações, operadas na sociedade ao longo dos últimos séculos, influenciaram a dinâmica familiar na Contemporaneidade, nos confrontamos, no século XXI, com a família que não cumpre um roteiro pré-estabelecido enquanto formatação ideal, o que permite que outros possam se responsabilizar e serem modelos identificatórios para as crianças. O acontecimento da família é pluralizado, mas ela persiste como lugar de transmissão para muito além de bens e direitos.

Tendo em mente as proposições da psicanálise, que nos autoriza uma ida à polis, para ouvir o discurso dos sujeitos e fomentar uma prática cidadã; no âmbito de nossa pesquisa, questionamos

se o diagnóstico e tratamento de câncer de um filho é um dispositivo capaz de modificar as relações familiares e, como podemos identificar as consequências dessa irrupção do real, trazida pela doença, na organização familiar? Como ficam os laços familiares confrontados com o Outro social que entende o câncer como metáfora da morte?

CAPÍTULO 3

A dinâmica familiar frente ao tratamento oncológico na infância

Neste capítulo pretendemos apresentar algumas considerações sobre câncer na infância e suas consequências na dinâmica familiar. Nosso percurso encontra, nesse ponto, um instante para nos debruçarmos sobre esse adoecimento que é envolto por um véu que tenta evitar e/ou proteger o sujeito do inevitável encontro traumático.

3.1 - Considerações sobre o câncer

O câncer por ser um adoecimento crônico, permeado por estigmas de dor, morte e sofrimento, irrompe sem possibilidade de controle do sujeito. O avanço da ciência permite que hoje, possamos caracterizar essa patologia como um conjunto de doenças que tem em comum o crescimento desordenado de células, com um aspecto agressivo e com um potencial invasivo e destrutivo.

Há relatos de que fósseis de cerca de 8000 a.C. foram identificados como portadores de tumores ósseos, o que retrata que o câncer não é exclusividade da Contemporaneidade. Desde os primórdios da história da civilização ocidental, particularmente em papiros egípcios, conhecidos como papiros de Edwin Smith, datados de 3.000 a 1600 a.C., temos relatos de descrições sobre o câncer e tratamentos, além destes também os persas e indianos se referiam a doenças malignas (FERNANDES JR, BIFULCO e BARBOZA, 2010).

Hipócrates, na Grécia, por volta de 400 a.C., além de ter feito descrições foi o responsável por cunhar o termo carcinoma, palavra derivada do vocábulo grego *Karkinos* cujo significado é caranguejo, porque lembra, pelo aspecto do tumor, as projeções e os vasos sanguíneos ao seu redor, as patas do crustáceo (COELHO, 1998; KOWALSKI e SOUSA, 2002; TEIXEIRA E FONSECA, 2007).

Torres (1999) descreve, a partir de Nerwein, que o caranguejo é um animal de hábitos noturnos, vive na profundidade dos lamaçais e a princípio invisível, tem um deslocamento incoordenado e imprevisível. Quando se apodera de suas presas, as tortura até a morte (1999), então, talvez possamos pensar a relação com a nomeação de Hipócrates e as propostas de Galeno, alguns séculos depois.

Galeno, médico romano, criador da fisiologia e da patologia, entre os séculos 130 e 200 d.C., se aprofundou nos estudos e fenômenos do câncer e discordava do pressuposto de Hipócrates afirmando que a designação da doença deveria se configurar pela semelhança do tumor com o caranguejo e não com a sua evolução.

A medicina proposta por ele, ao reforçar que o câncer se relacionava com a alteração dos fluidos corporais (e nisto há uma aproximação com Hipócrates), aponta para pensá-la como “um problema orgânico geral, em que os tumores eram apenas as manifestações visíveis” (Teixeira e Fonseca, 2007, p. 13), essa concepção parece ter deflagrado um estado de “terror” por tudo o que pudesse representar o câncer e, conseqüentemente, aqueles acometidos pela doença, sofriam a exclusão e o preconceito pelo que ela representava social e culturalmente.

Podemos dizer com Ferreira Antunes (1991) que, na verdade, a relação com a doença, nas civilizações antigas, possuía um caráter mágico e o exercício da prática “médica” correspondia a um aspecto religioso. Isso se dava pelo crédito dado aos Deuses que regiam a possibilidade de ter saúde ou de adoecer. Os doentes se dirigiam para aos templos erguidos em nome de Asclépio (para os gregos) ou Esculápio (para os romanos), o deus da cura das doenças, discípulo de Quíron.

Eles eram submetidos a rituais que induziam ao sono e do qual eles saíam curados (efeito mágico) ou por meio dos sonhos obteriam a solução para a cura. O que nos chama a atenção era que a localização das edificações ficava além dos espaços da cidade, o que pode traduzir a exclusão dos doentes.

As concepções médicas sobre o câncer, até aproximadamente o século XIX, sofreram influências da cultura judaico-cristã, e as explicações, que buscavam dar sentido ao adoecimento, se associavam às “crenças tradicionais sobre a natureza moral da saúde (Helman, 2003, p. 120)”. Dessa forma a crença no contágio, além da certeza da fatalidade, tornou o câncer uma metáfora que transcende o sujeito e traduz tudo o que há na sociedade de “desnatural” e socialmente errado (Helman, 2003), tal como no século passado foram a tuberculose e sífilis.

O estigma do câncer, apesar do avanço da ciência, ainda imprime sua marca na cultura e podemos perceber na Contemporaneidade o termo ser usado para designar tudo o que invade a ordem natural da sociedade. “Nos meios de comunicação, crimes, abuso de drogas, greves, imigração e até discordâncias políticas têm sido descritas como um câncer, uma forma demoníaca que destrói gradualmente a sociedade (Helman, 2003, p. 121)”.

Mesmo Lacan, na Conferência em Genebra, se utilizou do termo câncer, como uma metáfora para falar da linguagem: “esse cancro que defini como sendo a linguagem, porque não sei

de que outro modo chamá-lo, esse cancro que é a linguagem, implica desde o início uma espécie de sensibilidade (1975, p. 7)”. Freud em “Além do princípio do prazer” ao descrever a questão econômica do aparelho psíquico, também faz uma analogia com a neoplasia (nomenclatura da histopatologia para descrever o câncer) ao apresentar os constructos sobre a pulsão de vida e a pulsão de morte.

Como uma tentativa de controle de um mal-estar, que aponta a fragilidade dos corpos e a perenidade da vida, os profissionais da saúde, como atores nessa história, utilizam um discurso permeado por metáforas, designadas por Sontag (1984) como bélicas:

O tratamento é pior do que a doença. [...] o corpo do paciente está sob ataque (“invasão”), o único tratamento é o contra-ataque.[...] As células do câncer “colonizam” [...] A radioterapia usa metáforas da guerra aérea: os pacientes são bombardeados com raios tóxicos. E a quimioterapia é a guerra química (p. 83).

Profissionais, família e pacientes estão imersos nesse discurso social no qual o diagnóstico de câncer parece confrontá-los com a impossibilidade do controle total sobre seus corpos, suas histórias. As crenças na dor, no sofrimento intenso e na morte, se presentificam e como o mito da “espada de Dâmocles²¹” trazem à luz o real da finitude humana.

O avanço tecnológico, na Contemporaneidade, permite o conhecimento sobre a história natural da evolução da doença. Os novos e diversos métodos de diagnóstico, que facilitam a deliberação do tratamento adequado para cada paciente, apontam para uma maior possibilidade de cura. Ainda assim, o medo do câncer *não cessa de se escrever*²² podendo, neste caso, se expressar sob a forma de uma repetição sintomática, e isso parece influenciar os laços sociais, pois transforma o que o sujeito tem de mais singular, seu corpo próprio, em algo estranho e hostil (FREUD, 1996[1914]).

²¹ Dâmocles, ao que parece, era um cortesão bastante bajulador na corte de Dionísio I de Siracusa - um tirano do século IV a.C. em Siracusa, Sicília. Ele dizia que, como um grande homem de poder e autoridade, Dionísio era verdadeiramente afortunado. Dionísio ofereceu-se para trocar de lugar com ele por um dia, para que ele também pudesse sentir o gosto de toda esta sorte. À noite, um banquete foi realizado, onde Dâmocles adorou ser servido como um rei. Somente ao fim da refeição olhou para cima e percebeu uma espada afiada suspensa por um único fio de rabo de cavalo, suspensa diretamente sobre sua cabeça. Imediatamente perdeu o interesse pela excelente comida e pelos belos rapazes e abdicou de seu posto, dizendo que não queria mais ser tão afortunado. A espada de Dâmocles é uma alusão frequentemente usada para remeter a este conto, representando a insegurança daqueles com grande poder (devido à possibilidade deste poder lhes ser tomado de repente) ou, mais genericamente, a qualquer sentimento de “danação” iminente.

²² Categoria lógica proposta por Lacan, em sua lição de 20 de março de 1973, para definir o necessário.

3.1.1 - O Câncer na Infância

Cavicchioli, Menossi e Lima (2007) ao descreverem as dificuldades, que são inerentes ao processo de diagnóstico de câncer na infância e na adolescência, as relacionam com o comprometimento e difícil acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à relutância de médicos generalistas, por desconhecimento ou dificuldade de lidar com essa problemática. Tais situações podem agravar o quadro clínico e dificultar um melhor prognóstico de tratamento e possibilidade de cura.

Dados do INCA (2008) corroboram a idéia dos autores e fazem uma ressalva de que alguns tipos de câncer apresentam uma sintomatologia que, em muito se confunde com outras doenças características da infância, além do que em estágios iniciais o estado de saúde pode se apresentar em condições que não sugerem preocupações. Seber (2009) afirma que um dos principais fatores, para melhorar as chances de cura, “é o trabalho com pediatras, oncologistas e hematologistas, para o diagnóstico precoce e o tratamento quimioterápico adequado (p. 4)”.

De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), nas últimas décadas vem ocorrendo um progresso vertiginoso no tratamento do câncer na infância, podendo-se chegar a 70% de cura, quando ocorre o diagnóstico precoce e a busca pelo tratamento especializado (INCA, 2008).

Sob o rótulo genérico de “câncer infantil”, está um grupo de inúmeras doenças que geralmente afetam células do sistema sanguíneo e tecido de sustentação, normalmente tem origem no desenvolvimento embrionário. Segundo o INCA:

As neoplasias mais frequentes na infância são as leucemias (glóbulos brancos), tumores do sistema nervoso central e linfomas (sistema linfático). Também acometem crianças o neuroblastoma (tumor de gânglios simpáticos), tumor de Wilms (tumor renal), retinoblastoma (tumor da retina do olho), tumor germinativo (tumor das células que vão dar origem às gônadas), osteossarcoma (tumor ósseo), sarcomas (tumores de partes moles) (BRASIL, 2008).

Uma outra característica que diferencia o câncer na infância em relação ao seu aparecimento na população adulta é o fato da não existência de descrições e evidências seguras no que tange aos fatores de risco. Sabe-se apenas do seu grande potencial agressivo e de invasão, mas em contrapartida, as crianças são mais sensíveis ao tratamento (INCA, 2008).

Segundo dados do INCA (2008) o câncer pediátrico tem um índice de até 3% em relação a todas as neoplasias na maioria da população e a previsão para esse ano é de cerca de 351.720 casos novos de câncer e destes cerca de 9890 casos novos acontecerão em crianças e adolescentes até 18 anos.

Os tumores pediátricos têm um crescimento rápido, mas respondem melhor aos tratamentos e são considerados de bom prognóstico. Dos cânceres infantis a Leucemia é o tipo mais frequente, particularmente a Leucemia Linfóide Aguda (LLA), além do Linfoma não-Hodgkin, tumores do sistema nervoso, tumores ósseos e o retinoblastoma. (INCA, 2008).

A criança tem um percurso longo de tratamento incluindo intervenções invasivas, punções lombares, mielogramas e punções venosas. No caso de LLA, o protocolo é dividido em fases, quais sejam: fase de indução de remissão, nela a indicação é o uso de poliquimioterápicos, durante um ou dois meses; fase de consolidação: a orientação permanece ainda intensiva, mas com substâncias diversas das empregadas na fase anterior; fase de reindução: repetem-se os medicamentos da fase inicial e a fase de manutenção: o tratamento é considerado mais ameno e se prolonga por vários meses (BRASIL, 2008).

De forma geral o tratamento se caracteriza por ser sistêmico, mas nos casos de tumores sólidos a cirurgia pode ser indicada e posteriormente complementada com quimioterapia adjuvante, nos casos cujo diagnóstico foi feito precocemente. A radioterapia, necessária em alguns casos, é um tratamento loco-regional que pode produzir efeitos colaterais locais, especialmente ardor, queimaduras, alteração na tonalidade da pele.

O Transplante de Medula Óssea (TMO), principalmente quando pensamos em Leucemia Linfóide Aguda (LLA), pode ser uma indicação possível, quando da recidiva ou pouca resposta à poliquimioterapia, também pode ser indicado para outros tipos de leucemia. Muitos destes tratamentos podem ter consequências tardias, inclusive o desenvolvimento de novos tipos de câncer, mas levando-se em conta o princípio da beneficência²³ não há a possibilidade de questionamento frente aos benefícios, inclusive quanto ao índice alto de cura (INCA, 2008; SEBER, 2009).

A partir da circunscrição da família nas diferentes sociedades, podemos inferir que o adoecimento de qualquer um de seus membros acarreta o que se poderia chamar de uma “crise”, um evento traumático ou um “choque violento”. Com isso, queremos apontar para a ruptura, às vezes de forma intensa, que traz consequências à organização da família.

²³ O princípio de beneficência expressa a obrigação de ajudar ou causar o bem a outra pessoa. O termo beneficência refere-se a uma ação realizada para beneficiar o outro, isto é, refere-se à qualidade do ato. Dessa maneira, o princípio de beneficência diz respeito à obrigação moral de agir em benefício dos outros. (TELES, 1999)

Pelo exposto acima podemos inferir o quanto o diagnóstico e tratamento parecem afetar significativamente a criança e sua família. Os efeitos físicos adversos como a alopecia (queda de cabelo), as náuseas, vômitos, mucosites, astenia, anemia, a necessidade de afastamento das atividades de rotina em face dos períodos de internação prolongada e do risco de infecções pela diminuição da imunidade, no início da fase de indução de remissão e nas fases subsequentes, leva a *cria sapiens* a vivenciar de forma contundente o seu desamparo. O diagnóstico é experienciado como uma situação de desestabilização, podendo levar os sujeitos afetados àquilo que Lacan (1938) indicou no estágio do espelho como percepção do corpo despedaçado.

No capítulo anterior ressaltamos a importância da família para a construção do sujeito-criança, e é isto que instiga nossas questões sobre como as relações, nessa estrutura, podem se modificar diante do diagnóstico oncológico, uma vez que os significantes que identificavam um determinado sujeito, parecem sofrer uma importante mutação nesse encontro com o real.

3.2 - Um Estudo de Campo

Na busca de respostas para as interrogações que nos levaram a pesquisar o tema, elaboramos um Estudo de Campo inserido no Projeto Brincante²⁴, que se desenvolve no Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira (IPPMG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), durante o ano de 2008 e 2009.

Procuramos esclarecer sobre como a dinâmica familiar e as relações podem ser afetadas pelo diagnóstico e tratamento de câncer de uma criança. Julgamos ser pertinente demonstrar como funciona o projeto citado, local onde vamos encontrar os sujeitos de nossa pesquisa.

3.2.1 - Projeto Brincante

O referido projeto se sustenta por um trabalho interdisciplinar que abrange três seções do Instituto: a sala de quimioterapia, a sala de espera dos ambulatórios e as enfermarias. As atividades do ambulatório vêm sendo desenvolvidas desde Agosto/2006, e funciona a partir de quatro oficinas, nas quais são atendidas crianças de diversas idades que aguardam pela consulta médica.

²⁴ Projeto Brincante 2007/2008 – Coord. Profª. Dra. Ruth Helena Pinto Cohen - cod. 13491 Apoio FAPERJ

No ambulatório os dispositivos são oficinas temáticas, a saber: Movimento, Dramatização, Jogos e Artes Plásticas. Nesses espaços a criança cria seu cenário particular, entrando e saindo sem que nenhuma diretriz lhe seja dada, à exceção de não poder se machucar e nem a outrem.

Na sala de quimioterapia, por sua especificidade, são disponibilizadas as “Bandejas Brincantes²⁵”, pois as crianças encontram-se impossibilitadas de locomoção e permanecem de duas a quatro horas, presas a uma cadeira, recebendo o tratamento medicamentoso. Nas enfermarias, o material utilizado é o mesmo, havendo uma adequação das atividades ao processo de tratamento da criança, assim como ao seu desejo.

Acredita-se na via lúdica como forma de expressão, através da qual a criança tem a possibilidade de ver facilitado o seu processo de elaboração do adoecimento. Cohen (2008) afirma que:

O ato de brincar, encontrado também na clínica e na educação, indica o que há de mais sério na vida de um sujeito. Fiquemos atentos à viva expressão da fantasia, que é sempre infantil, seja na brincadeira da criança, na irreverência adolescente, na arte ou na filosofia, e, que comparece como um tipo de saber específico, próprio aos mecanismos inconscientes (p. 21).

Essa experiência vem nos ensinar o que o brincar traz em seu bojo: um tratamento possível, dado ao mal-estar inerente ao ambiente hospitalar e especificamente à angústia expectante, e essa apreensão só é possível porque há ouvidos atentos para escutar essa forma peculiar de dizer, através da linguagem principal da criança, onde a enunciação se faz presente e traz a dimensão de “sujeitos-brincantes” (COHEN E COSTA, 2008).

Durante o período de envolvimento das crianças nas atividades é possível observar a angústia dos pais e mães que acompanham seus filhos, seja sob a forma de intervenção direta nas atividades da criança, seja por ordens impeditivas, chegando, muitas vezes, à proibição da participação em algumas situações nas oficinas.

Na contingência dos encontros nas oficinas não nos furtamos em escutar os pais e responsáveis, com suas falas, ações singulares e colocações a partir da existência e da utilização que seu filho faz daquele espaço. Eles acabam fazendo laços com as famílias dos outros pacientes e, em algumas situações, verificamos a irrupção de alguns atos segregativos, não apenas aqueles impostos pela própria doença, mas também os que dizem respeito aos cuidados com as “contaminações” sejam elas reais ou imaginárias.

²⁵ Material produzido pela designer Aline Cohen.

Em consequência, as diferentes nomeações aparecem, e como brasões, marcam para além do corpo físico, o tecido infantil. Dizem alguns: “São crianças colonizadas, podem pegar doenças facilmente”, ou “somos da hemato brincamos juntos, os outros são perigosos”.

Se o hospital é comumente visto como um lugar apenas de dor e sofrimento, o que ratifica a idéia do adoecimento como um “castigo a ser expiado”, acrescentamos a isso o despreparo daqueles que se tornam pais, numa época marcada por valores fluidos, permeáveis, causando grande dificuldade àqueles que se arvoram em assumir a responsabilidade de criar uma criança.

Se a ameaça de uma injeção (como castigo) serve para estancar o ineducável (COHEN, 1999), o que fazem esses pais, a família, quando a castração, sob a forma de uma ameaça imaginária é substituída por uma invasão real no corpo?

3.2.2 - Pesquisa em psicanálise

Optamos pela orientação do método qualitativo, que desafia os pesquisadores a irem além das funções estabelecidas por suas condições de especialistas, ou de uma estrutura previamente definidas “por valores, produções e expectativas” sobre os sujeitos investigados.

A partir de um modelo de pesquisa-intervenção, que aposta em acompanhar o cotidiano e acredita no traço diferencial dos sujeitos investigados, assim como na idéia de que a verdade é não-toda e, por isso, impossível de ser alcançada em sua plenitude, o que buscamos é a produção de uma outra relação entre a teoria e a prática (TURATO, 2007; ROCHA e AGUIAR, 2003)

Assim isso pode ser capaz de determinar novos modos de ação além de facultar a construção de diferentes práticas que sejam capazes de desfazer a barreira territorial entre os saberes. Esse formato foi escolhido por acreditamos que a relação pesquisador/pesquisado “é dinâmica e determinará os próprios caminhos da pesquisa (ROCHA e AGUIAR, 2003, p. 72)”. Isto posto, podemos nos autorizar ir ao encontro à proposta da pesquisa em psicanálise.

Freud (1933) na Conferência XXXV esclarece que o processo de investigação é inicialmente mobilizado por um desejo, que nos solicita uma atenção flutuante, nos exige paciência e vivacidade para lidar com as eventualidades, para isso é preciso renunciar às idéias pré-concebidas “de modo a não sermos levados a negligenciar fatores inesperados²⁶ (1996, p. 161)”.

²⁶ Tradução livre

Sauret (2003) aponta, com o suporte de Lacan, que a pertinência do uso da psicanálise nas pesquisas clínicas, fora do espaço geográfico do consultório, do enquadre do tratamento, é possível, uma vez que o inconsciente está onde o sujeito fala.

O método psicanalítico é aquele que procede à decifração dos significantes, sem considerar nenhuma forma de existência pressuposta do significado. [...] leva em conta o aspecto inconsciente que intervém na decifração deles. [...] ele dá a palavra ao sujeito (LACAN, 1998a, p. 758).

Nesse dispositivo a ética do método psicanalítico “preocupa-se em preservar a concepção do sujeito como falante e dividido (Sauret, p. 98)”. E aqui ressaltamos que não nos prestamos a traduzir o trabalho em um conjunto de regras e condutas que visariam mobilizar padrões adaptativos, e que nos levariam para muito além do particular, do desejo de cada um (LACAN, 2008[1959-60]).

Assim, inseridos no Projeto Brincante optamos por permanecer na sala de quimioterapia, chamada de Aquário Carioca. A escolha por essa circunscrição deveu-se ao fato de que esse espaço, diferente do ambulatório, é de uso exclusivo para o atendimento das crianças da Oncologia Pediátrica, em vigência do tratamento.

Dessa forma, podíamos acompanhar procedimentos de investigação de diagnóstico, deliberação da etapa de tratamento, além da infusão dos poliquimioterápicos pela equipe de Enfermagem. Neste espaço a criança pode permanecer, acompanhada pelos pais ou responsáveis por até 6 (seis) horas, vários dias por semana e por um período de até 18 (dezoito) meses.

Ao procurarmos, dentro do projeto, estabelecer a possibilidade de conhecermos a vivência dos familiares da criança com diagnóstico de câncer, buscamos ouvir esses sujeitos que foram atravessados por essa questão da ordem do “inominável” como indica Manonni (1995) e confrontados com o limite máximo e real do humano: a finitude, embora como aponta Freud (1915) vivemos segundo as orientações de nosso inconsciente, onde somos seres imortais, eternos.

Durante o período de observação no “Aquário” buscamos participar de forma ativa junto aos oficinairos-brincantes²⁷, nas atividades lúdicas desenvolvidas pelas crianças, assim nos inserimos como participantes e pesquisadores, pois nos era franqueado o espaço para perguntas à equipe e observação de procedimentos invasivos de menor complexidade.

Podemos citar aqui o trecho de uma intervenção, realizada nesse período:

²⁷ Nome dado aos alunos de Educação Física que participam do Projeto.

T. de 5 anos chega ao espaço do 'Aquário carioca' pela primeira vez. Está acompanhada de sua mãe e também de sua avó paterna. Ela parece, inicialmente, apreensiva, mas aceita a presença daicineira. No momento em que as enfermeiras se aproximam para fazer a punção venosa ela começa a chorar, de forma desesperadora. R. permanece ao seu lado, mas o mal-estar da invasão parece ser maior do que pode suportar. A mãe tenta acalmá-la, e embora ansiosa, não demonstra impaciência. [...] Mas o apelo de T. parece incomodar um profissional externo ao setor. Ele se aproxima de T e diz: 'Fica quietinha, não chora não!' A pesquisadora e a icineira se entreolharam. Ao nos aproximarmos dizendo: 'Não há problemas em chorar, acho que tudo isso deve incomodar e doer muito. A partir dessa intervenção a enfermeira se autoriza e diz à criança: 'Eu sei que dói, mas eu vou tentar fazer o mais rápido possível, mas preciso que você me ajude, tentando não mexer a mão'. Em pouco tempo o procedimento foi realizado e a medicação começou a ser infundida.

Buscávamos, por esse viés, fomentar um laço transferencial com a proposta, apesar das situações de mal-estar, inerentes ao processo de tratamento oncológico. Como consequência da intervenção, a criança acima citada pode explicitar o seu desejo dizendo ao familiar que a acompanhava: - *Vó, vai lá para fora fumar, vai!* A avó vacila entre sair e deixá-la. Ela se mantém firme e reafirma: - *Vai logo você!*

A psicanálise nos autoriza a apostar que o choro, o grito que incomodava, na verdade era um apelo, endereçado a um outro. Ao não recuarmos diante do mal-estar, produzido pela invasão de seu corpo e pela palavra da avó, acreditamos que o sujeito-criança apoderou-se da situação e houve a possibilidade da produção de sentido que incluiu todos os envolvidos.

Embasadas pelas considerações descritas e após o período de observação participante optamos por definir como nossos objetivos: a) Investigar as modificações operadas na dinâmica e b) Analisar os aspectos psíquicos envolvidos nessa experiência da família.

3.2.3 - O instrumento da pesquisa

A pesquisa foi iniciada após a avaliação e autorização do Comitê de Ética em Pesquisa do IPPMG, conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196/96 que avalia a adequação ética dos projetos de pesquisa que envolve seres humanos.

Como principal instrumento de coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas gravadas e individuais. Os familiares convidados a participar da pesquisa eram esclarecidos pela leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e se consentissem na participação, assinavam o documento. Além disso, também nos valem dos relatos de campo que descrevem as situações nas quais foram feitas intervenções junto a todos os envolvidos no processo.

Elaboramos quatro perguntas norteadoras como intuito de conhecermos as possíveis mudanças ocorridas na dinâmica familiar, a partir do diagnóstico e processo de tratamento, pela própria voz dos sujeitos-adultos que acompanhavam as crianças durante a permanência no Aquário Carioca.

- 1-Como descobriu o diagnóstico e o que ocorreu com você naquele momento?
- 2-Houve alguma alteração na rotina da família com o início do tratamento? Se ocorreram modificações, quais foram?
- 3-Como era a sua “relação²⁸” com seu filho antes do adoecimento?
- 4-Houve modificação na “relação” com o seu filho, após o diagnóstico e tratamento?

As entrevistas foram realizadas durante os plantões do Projeto Brincante, enquanto as crianças eram atendidas pelos oficinairos. Interessa-nos ressaltar que em respeito ao sujeito-criança, mesmo com o aceite dos pais para a entrevista, ela também era consultada sobre o consentimento dos pais para falar deles e sobre ela. Algumas permitiam sem qualquer dificuldade, o que mostra a segurança no Projeto e na equipe. Outras o faziam desde que a mãe ou pai estivesse ao alcance do seu olhar, como para assegurar-se da sua presença ou controlar o único “traço familiar” em um meio hostil e invasor.

Apenas uma criança, foi taxativa quanto a essa situação. Lanço mão dos relatos de campo para trazer-lhes a especificidade desse caso:

E. 7 anos, nos chama a atenção desde o período de observação nas oficinas. Ela não fazia qualquer movimento em direção às brincadeiras e nem mesmo contato visual, algumas vezes, aceitava material levado pelos oficinairos até ela. Mas percebíamos que a mãe não demonstrava interesse nessa participação. Sempre bem vestida, foram raros os momentos em que não a víamos usando a cor rosa.

Na quimioteca, ela não interagia com os oficinairos, nunca escutávamos a sua voz. Nos momentos de interlocução com as oficinairas do plantão, costumávamos dizer que ela nos

²⁸ Forma coloquial de falar sobre como o adulto interpreta os laços que unem ao filho.

deixava com a sensação de 'invisibilidade'. E não conseguíamos estabelecer qualquer vínculo.

No dia da entrevista dos pais, no espaço da quimioteca, ela está acompanhada por ambos. A mãe estava fora da sala, em contato com outras mães. O pai assentiu em participar da entrevista e antes que eu me dirigisse à criança ela falou: - Não! E agarrou a mão do pai. Foi a primeira vez que ouvimos sua voz. O pai preferiu permanecer ao seu lado e disse para entrevistarmos a mãe, volto para E. e pergunto se poderíamos fazer isso e, sem me olhar, diz: - pode!

Utilizávamos a sala de procedimentos da enfermagem, ou o consultório médico e em alguns momentos um espaço de descanso que podia garantir o mínimo de sigilo. Na busca por alicerçar nossa hipótese de trabalho, alargamos o alcance da pesquisa e fomos ao encontro de pais e/ou responsáveis, cujas crianças eram atendidas por outras clínicas, no ambulatório de Pediatria, durante as atividades do Projeto Brincante. O procedimento quanto ao TCLE foi idêntico ao utilizado na Oncologia pediátrica.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e os discursos foram analisados com vistas a irmos em busca de uma construção, da forma como Ansermet (2003) nos transmite sobre a pesquisa em psicanálise. Segundo ele, esta se estabelece:

A partir de um fragmento perdido da realidade, o que permite interpretar respeitando o inacessível, aceder ao desconhecido sem sufocá-lo sob o conhecido e revelar uma parte do invisível sem recobri-la com o visível (p. 17).

Desta forma, a partir desse pressuposto, buscamos conhecer a enunciação que se apresentou além do enunciado, e com isto construirmos um saber não-todo, segundo o referencial teórico psicanalítico, sobre o possível saber-fazer da família de crianças em tratamento quimioterápico.

3.3 - Palavras da Família

A entrada no hospital, a busca pelo atendimento da criança, acontece a partir de um mal-estar físico que persiste, apesar dos esforços dos pais na busca pelo tratamento da criança. No item anterior relatamos, a partir de diferentes autores, a dificuldade para chegar-se ao diagnóstico do câncer na infância, e isso parece atravessar questões de política pública, formação de profissionais

(INCA, 2008; SEBER, 2009). Além disso, poderíamos incluir a herança judaico-cristã na qual a criança era indefesa, um “anjo”, completamente ao dispor do adulto, que deveria cuidar, domar suas pulsões, para que assim ela pudesse assumir seu lugar na sociedade.

Aqui vamos considerar que a dificuldade dos pais em valorizar, inicialmente, as queixas dos filhos, se deve à crença de que a criança está completamente protegida e a salvo de qualquer intempérie. Na leitura psicanalítica concebemos que esse fator de proteção imaginário se compõe do próprio narcisismo dos pais e, por isso “*la enfermedad, la muerte, la renuncia al placer y la limitación de la propia voluntad han de desaparecer para él, y las leyes de la naturaleza, así como las de la sociedad, deberán deneterse ante su persona* FREUD (1996[1914], p. 88)”.

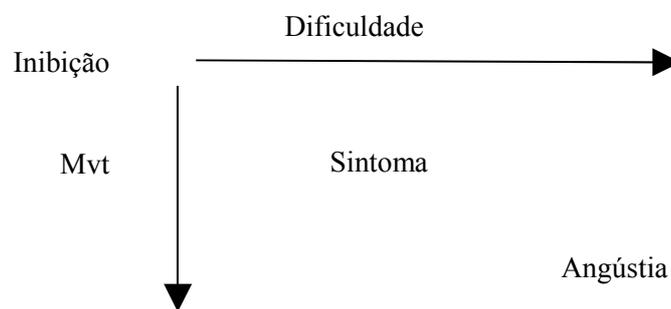
Eu descobri o diagnóstico dela através de uma dor no pé esquerdo! É, aí ela chegou em casa se queixando dessa dor no pé, o pai dela começou [...] você não vai mais usar sandália alta você deve ter virado o pé [...]. A cada dia, a dor ia se agravando. Aí na outra perna saiu um caroço na coxa dela. Foi nesse momento que a levamos ao médico. Antes disso, também com a dor no pé, saiu treze furúnculinhos na barriga dela. (Mãe de 35 anos, filha de 12 anos com diagnóstico de LLA).

É ... Foi apresentando nela uma... uma febrezinha fraquinha, sabe? [...] Mas era só uma vez por semana. A gente dava o remedinho e passava. Uma febrezinha fraquinha. Depois dessa febre, começou a aparecer umas manchinhas roxas. Eu perguntava se ela tinha caído, tinha batido em algum lugar, ela dizia que não. Ela (a criança) disse-me que não tinha batido, então comecei a ficar preocupado. Peguei a mãe dela e falei: - Poxa, vamos levá-la ao médico. Porque não é normal! (Pai, 37 anos, filha com 5 anos, diagnóstico de LLA)

Os fragmentos de relatos acima exemplificam as dificuldades apontadas por Seber (2009) e Cavicchioli, Menossi e Lima (2007). Além disso, demonstram como os pais acreditam ser capazes de determinar o melhor tratamento para os sintomas físicos de seus filhos. Esse fato nos leva a pensar em uma inibição, lembrando que os pais aqui são vistos como sujeitos, como Freud (1926) indica que nas paralisias, a permanência na espera, pode demonstrar evidentes “*limitaciones de las*

funciones yoicas [sea] por precaución o a renúncias a la función a causa de que durante sua realización surgiría angustia (p. 86)”.

Lacan (2005) no Seminário 10 nos aponta de forma esquemática que a inibição é uma limitação de movimento, ou seja “é da parada de locomoção que se trata (p.18)”. E na medida em que ela parece indicar a possibilidade de uma tentativa de controle sobre algo que poderia gerar sofrimento, pois existe um “movimento, pelo menos metaforicamente (p.18)”. Nos relatos acima notamos que ocorreu a busca por atendimento médico, o movimento não foi metafórico, mas houve um tempo, um intervalo nos qual eles foram apanhados numa armadilha, no qual pareceram se confrontar com a falha no seu investimento narcísico.



Esquema transcrito do texto Inibição e Sintoma: a angústia na clínica hoje (2000). Dra. Vera Lopes Besset

Besset (2000) ao fazer uma leitura lacaniana do esquema acima esclarece:

Se situarmos essa dificuldade, ao nível do sujeito, presentificado como um *sofrimento*, podemos supor que uma *inibição* não conduz à análise, o que é coerente com sua posição de menor movimento. É preciso, para tal, que um *deslocamento*, ou uma mudança de estatuto desta inibição se dê; em nosso esquema, isto se traduziria como *caminhar* em direção à dimensão do sintoma. Assim, é quando uma *inibição* se torna, ou se faz, *sintoma* que um sujeito busca a análise (p. 30).

Trazendo o proposto pela autora, podemos pensar que no instante em que os pais se dão conta de que o sintoma (físico) do filho persiste, as respostas e as medicações não conseguem conter o incômodo, parece se estabelecer, de acordo com Freud (1916-17), o que poderíamos chamar de angústia sinal, definida como aquela que tem por função “prevenir o eu da ameaça de algum perigo (BESSET, 2002, p. 212)”.

Algo está fora da cadeia significativa e aponta para uma falta, “uma falha no princípio do prazer que impera no psiquismo (PISETTA, 2008, p. 73-88)”. Há algo nesse sintoma que se torna um mistério, um enigma não apreensível, mas que sugere que deve haver uma causa.

Miller (1994) nos esclarece que apenas quando o sintoma se torna simbólico, ou seja, põe em questão o surgimento da pergunta que, de preferência será demandada a um Sujeito Suposto Saber, que aqui podemos dizer será o Outro da ciência - o médico -, é que os pais sairão da “imobilidade”, ou como Besset (2000) formula, a inibição “se torna” sintoma.

Parece-nos que a angústia também pode servir de motor que impulsiona a busca pelo esclarecimento do diagnóstico da criança. Podemos dizer de outra forma, que as tentativas dos pais de manter sob controle o possível caos psíquico, diante desse algo que escapa ao saber que o narcisismo lhes confere, demarca o encontro com a própria castração.

3.3.1 - O advento do Real - O diagnóstico

Ao trazermos fragmentos das entrevistas acreditamos que os próprios sujeitos podem nos fornecer o caminho para situarmos a relação com a teoria. Sobre o encontro com o impossível temos inicialmente o seguinte trecho:

Ele tinha um cabelo escorridão, loiríssimo. Chamavam até pelo nome de um jogador [...]. O cabelo dele era igualzinho. E a vida dele é o futebol. Jogava futebol como ninguém, era um dos melhores jogadores da sala de aula, é o melhor aluno da sala também. Meu filho... Não é porque é meu filho não, mas... (Mãe de 49 anos de seu filho de 11 anos com diagnóstico de Meduloblastoma)

Freud (1996[1914]) afirma que o filho é um “objeto” investido de toda valorização a ponto de os pais deixarem suas necessidades de lado, com tudo girando em torno da criança que irá, como pagamento de uma dívida simbólica, satisfazer plenamente os desejos deles.

O câncer na infância parece infligir à família uma ameaça real ao cotidiano da vida, em particular, a criança, não raro, apresenta dificuldades para elaborar a transformação drástica no seu ambiente e no seu corpo. Expectativas desgastantes, momentos que envolvem dor, alteração de várias funções já adquiridas, além da possibilidade de morte, por vezes, reforçam nos pais sentimentos de culpa, de impotência, de sensação de falha ou de inabilidade no cuidar da criança.

Alguns sujeitos maternos falavam assim de seus filhos:

*Ela (a criança) me **acordava** com cafezinho na cama. Eu levantava e o quartinho dela já **estava** arrumado, limpo [...] **Ela era, ela é** o teto da minha casa e o chão da casa da minha mãe (avó). Ela sempre **foi** adorada, entendeu?*

*Ele **fazia** natação, ele tinha a **vidinha** dele toda estabilizada e [...] ele **foi** sempre o mais calmo dos meus filhos.*

*O C. sempre **foi** muito agarrado comigo. [...] Ele é assim, não **era** uma criança muito levada, **era** um filho como poucos eu **vi**.*

Os discursos acima parecem demonstrar que esses pais tiveram e terão de vivenciar, entre tantas outras emoções, também um momento de luto pela perda do filho perfeito, antes de buscarem ser capaz de lidar com o filho que agora se apresenta com falhas, faltas, que o diagnóstico presentifica.

Se tomarmos a afirmação de Freud (1917) de que o luto pode ser deflagrado quando se perde algo precioso e importante. Em nosso caso: a criança saudável, à qual eram endereçadas todas as expectativas, morre e surge a criança doente, dependente.

Durante a pesquisa o momento de encontro com esse real, algo que é da ordem do impossível, subversão de Lacan, das categorias lógicas de Aristóteles²⁹, e que aponta para o que foge a qualquer possibilidade de nomeação, se apresenta nos discursos como algo avassalador.

Foi horrível meu mundo caiu! Caiu o meu mundo. Nossa! Parecia que tinha levado uma pancada vinda não sei de onde. Pensei besteira, em fazer uma besteira com a minha vida. Ficava olhando lá de cima da janelinha, o trânsito lá de fora. Ao mesmo tempo pensava e não queria pensar.[...] Eu chorava dia e noite. E aquele choro estava deixando ele pior. [...] Eu acho que a gente pensa assim: -a culpa é sempre nossa. Qualquer coisa que acontece com o filho, a gente pensa: - Será que eu não o alimentei bem? Essas coisas todas. E não era assim, eu sempre tive muito cuidado com

²⁹ COHEN, R. A lógica do fracasso escolar. Rio de Janeiro, Contracapa, 2006.

meus dois filhos. (Mãe de 49 anos, filho de 11 anos, com diagnóstico de Meduloblastoma).

Você se sente assim, sem vida, né? Você tenta saber o que é, o porquê daquilo. Quando recebi a notícia estava sozinha. Você já se sentiu dentro de um buraco, que aparece com um monte de eco em volta? Uma sensação de vazio, uma sensação de impotência[...] Eu parecia um cadáver! Eu não comia, só chorava. (Avó, 55 anos, neto de 10 anos com diagnóstico de Leucemia Mielóide Crônica (LMC)).

Quando tiveram certeza do que era mesmo, chegaram, me chamaram e falaram. Ai, aquilo ali pra mim tinha acabado. Meu mundo acabou. Era melhor, acho, ela [a médica] ter me enfiado uma faca, ter me dado um tiro. Porque a vida acabou ali. Eu chorei, porque não imaginava que meu filho iria, teria, estaria com câncer. Uma coisa assim, que todo mundo tinha medo de falar antigamente né? (Mãe de 29 anos, filho de 9anos, com diagnóstico de Neuroblastoma).

O advento do câncer rompe com as expectativas na relação com a criança, ameaça significativamente o narcisismo dos pais, pois por uma contingência externa à vontade deles, deverão ter de renunciar à perspectiva de “Sua Majestade o Bebê”. Os pais golpeados, no que há de mais íntimo de seu ser, terão que se haver com o real que invade suas vidas.

Toda a suposta certeza, na qual eles se ancoravam, foi destituída de forma abrupta e eles parecem ter sido lançados de encontro ao vazio onde o real se impõe, de forma inexorável, como obstáculo ao princípio de prazer e “isso não tem jeito (MANNONI, 1995, p. 119)”. Impotentes diante deste acontecimento traumático que irrompe e torna inviável a simbolização.

Por trauma seguimos uma indicação de Jorge (2007):

Trauma é aquilo para o que o sujeito não possui uma representação simbólica para lidar com ele, algo inassimilável pelo sujeito. Desse modo o trauma rompe o sentido dentro do qual o sujeito encontra alguma homeostase e introduz uma falta de sentido, um não-senso. [...] o trauma introduz algo de real - não-senso - no imaginário do sujeito, no sentido homeostático dentro do qual todo sujeito tende a se instalar (p. 38).

O efeito produzido nesse encontro pode produzir a angústia, uma necessidade do eu de proteger-se de um perigo que se relaciona com a perda ou separação de um objeto de amor, proveniente do mundo externo. Besset (2002), com o suporte lacaniano, nos esclarece que podemos defini-la como uma “*presença* que escapa a qualquer saber. A qualquer saber suposto já que não se trata de algo do terreno de uma verdade, mas de uma certeza (p. 20)”.

O encontro com esse Outro real (da ciência), faz cair o limite que objeto *a* obstruía de forma parcial. HARARI (1997) indica que a inexistência de um contorno promove a instabilidade da castração e isso é o que faz irromper a angústia. É o que Lacan alude ao falar que o desejo da mãe como puro e simples, estando na origem, na estrutura, é também um desejo de morte. (2008 [1959-60]).

As sensações físicas relatadas: “*Foi horrível meu mundo caiu! Caiu o meu mundo, Nossa! Parecia que tinha levado uma pancada vinda não sei de onde[...]*”, assim como o discurso de aniquilação: “*Era melhor, acho, ela ter me enfiado uma faca, ter me dado um tiro. Porque acabou pra mim ali*”, parecem falar desse encontro mortífero no qual o corpo é afetado pelo signo da morte, como radicalidade da castração.

Meus filhos nunca ficaram doentes, no máximo um resfriado. Eu nunca tive assim uma pessoa da minha família doente: Falecimento -foi apenas da minha tia que eu considerava minha mãe. Ela faleceu bem longe, sabendo que não tinha mais jeito, fora isso nunca passei por essa situação (Mãe de 29, filha de 9 anos, diagnóstico de Tu Wilms)

Esses recortes dos relatos acima nos remetem ao encontro do que Freud (1996[1919]) chama de *Unheimlich*, o que é estranho e na verdade é também o mais familiar que ao se presentificar provoca a angústia. A idéia da morte está aí inserida, pois na civilização ocidental ela é esse estranho-familiar que o diagnóstico oncológico traz à luz. Nesse instante, “quando se extingue a distinção entre imaginação e realidade, quando algo que até então considerávamos imaginário surge diante de nós (FREUD, 1996[1919], p.244³⁰)”, o sujeito parece ficar à mercê dos complexos infantis ligados à castração e ao aniquilamento.

Uma das mães entrevistadas durante a pesquisa, ao responder como havia se sentido diante do diagnóstico de LLA do filho de 12 anos, responde com uma única e decisiva palavra:

³⁰ Tradução livre.

“*Destruída*”. A palavra parece apontar para a falha narcísica que assegurava, a imortalidade do eu, “segurança alcançada por meio do refúgio na criança (Freud, 1996[1914], p.88)”.

O ancestral medo da morte, uma das “forças da natureza” contra a qual nossa civilização não conseguiu erguer barreiras férreas, se insurge contra nós de forma inexorável e nos confronta com a nossa fraqueza e desamparo (FREUD,1996[1927]). E como aponta Lacan no Seminário 6, o *Unheimlich*, a sensação de estranheza se apresenta porque se perde a possibilidade de significar o real, já que o sujeito se encontra sem palavras, sem possibilidade de estabelecer um discurso. Afinal, para Freud (1915), no nosso inconsciente não há representação para a morte, nele somos sempre crédulos de nossa imortalidade.

Para tentar lidar com tudo isso que irrompe e sobre o qual não se tem controle como nos diz Freud (1927), precisamos presentificar algo com o qual possamos lidar. Mannoni (1995) aponta uma correspondência entre Freud e Ferenczi, datada de 1920, logo após a morte de sua filha Sophie, na qual ele dizia que como não tinha crenças, ele não poderia acusar ninguém sobre as perdas sofridas e não poderia dirigir-se a um lugar para levar suas queixas.

Si ni siquiera la muerte es algo espontáneo, sino el acto violento de una voluntad maligna; si por doquier nos rodean em la naturaleza seres como los que conocemos em nuestra propia sociedad, entonces uno cobra aliento, se siente em su casa (heimisch) em lo ominoso (Unheimlich), puede elaborar psíquicamente su angustia sin sentido. Acaso se este todavía indefenso, pero ya no paralizado y desvalido: al menos se puede reaccionar (1996[1927], p. 17)

Nos relatos dos familiares, existe uma tentativa de nominação para a qual eles endereçam a causa de seus males, sob a forma de um Outro, “alguém” a quem eles podem acusar ou buscar como um ponto de ancoramento pelo qual pode ser possível conter a sensação de desamparo.

Acho que Deus queria me castigar, qualquer coisa assim. Achei que Deus queria me castigar de repente. Aí fiquei achando que todo mundo tinha culpa. (Mãe de 49 anos, filho com 11anos com diagnóstico de Meduloblastoma).

Até o instante do diagnóstico a sensação de onipotência e controle sobre os filhos era inabalável, mas agora o confronto com o real impossível de simbolizar, traduz que é necessário abrir mão desse desejo de perfeição. Como apontado por Freud em 1930 a culpa é inerente ao ser humano e que esta se remete à morte do pai da horda, uma dívida impossível de ser saldada, por

isso estrutural. A questão central não é matar ou não matar, em “ambos os casos, todos estão fadados a sentir culpa, porque isso é a expressão tanto do conflito devido à ambivalência, quanto da eterna luta entre Eros e a pulsão de destruição ou morte (1996, p, 127)”.

Ao nos remetermos ao que Lacan retoma no seu texto sobre o *Estádio do Espelho*, a agressividade está presente nessa nossa constituição, assim a culpa poderia se relacionar com a castração simbólica, na qual para que o sujeito exista o Outro (\bar{A}) tem que ser barrado, isto é confrontar-se com a sua falta e desamparo. A partir do momento em que a criança necessita “matar” aquele que a aliena, inicia o processo de separação, pode assim fazer sua ascense à entrada no mundo simbólico enquanto eu (*Je*).

Quando a possibilidade de morte desperta a família para suas próprias faltas, para a sua impotência, surge o apelo a um Ser superior, creditado como maior e, que por isso ameaça-os com a perda do amor, um Deus Pai que os pune com a doença do filho.

Deus tem os preparativos, e eu tenho buscado a fé da religião, estou sempre na igreja. A fé também tem ajudado muito. Muitas vezes eu chego na igreja, choro, desabafo e saio outra. A religião ajuda muito. Até para aguentar a dificuldade em casa. Então, graças a Deus, ela está ótima [a criança]. (Mãe de 39 anos, filha de 7 anos, LLA alto risco em recaída)

De outra forma, o relato acima pode apontar que o temor de perder o amor, ou seu objeto expõe o ser à fragilidade diante do vínculo de dependência de algo que é de uma ordem superior. Ainda pensando na posição de Freud em *Mal estar da civilização*:

El destino es visto como substituto de la instancia parental; si se es desdichado, ello significa que ya no se es amado por esos poderes supremos y, bajo la amenaza de esta pérdida de amor, uno se inclina de nuevo ante la subrogación de los progenitores en el superyó, que en la época dichosa se pretendió descuidar. Esto es particularmente nítido si em sentido estrictamente religioso se discerne em el destino solo la expresión de la voluntad divina (1996, p. 122-23).

Lacan no seu texto *O triunfo da religião* nos diz que em face das modificações de nossa época, enquanto a ciência por mais que ela tente fazer vacilar as situações atuais de impotência, apenas a religião seguirá tendo a possibilidade de “apaziguar os corações” ou de dar um sentido a qualquer situação.

O proposto acima vai ao encontro do que Freud indica, esse apaziguamento pode ser uma forma de tentar manter longe do eu, ameaças provenientes do meio externo e poderíamos acrescentar aqui aquelas que vêm do meio interno, uma vez que também pode a um determinado custo evitar que as pessoas entrem em contato com o próprio *quantum* de agressividade inerente ao processo de ver-se ao dispor desse sem-sentido (1930).

No entanto, para lidar com o desamparo diante do diagnóstico da criança, outras formas aparecem no discurso da família. Nesses momentos a Instituição hospitalar e mesmo membros da equipe de saúde, parecem ser elencados para ocupar a função de Outro Primordial, a quem eles endereçam seus apelos.

Apesar das modificações na função e no personagem do médico ao longo da história, desde a Antiguidade, na qual “o grande médico, o médico padrão, era um homem de prestígio e autoridade (LACAN, 2001, p. 8)”, é a ele que a família vai se dirigir, na tentativa de reconstituir-se numa demanda dirigida a esse Outro.

Mas a doutora A. foi muito gentil na maneira como ela falou conosco, naquele momento onde a vida estava sendo violenta, comigo, com o pai do meu filho e com nossa outra filha.

Então o Dr. M. reuniu a mim e ao pai do meu filho e falou: -Olha, eu não vou dar alta. Eu não gostei desse exame, eu gosto de trabalhar com tudo às claras. [...] Quer dizer, um médico, aquele ali é Deus! Foi do caramba! Ai nós falamos: - Se o senhor acha que tem que ser isso, assim vai ser.

Ele teve a maior atenção, as pessoas todas dando aquela atenção especial. Eu estou maravilhada com o tratamento que meu filho tem aqui. Uma atenção especial, mesmo estando com um problema grave. [...] E eu tinha chance de vê-lo melhorar. E me tranquilizei mais, depois que fui pra enfermaria, e vi aquele trabalho todo e pensei: - Se for pelo tratamento, dos médicos, do pessoal do hospital, meu filho está salvo!

Eu pesquisei na Internet e trouxe o material, sentei-me e o doutor explicou todas as planilhas, os pontos que eu não entendia. Tem mãe que reclama do

médico, mas eu não! Hoje, até pelo telefone, ele me diz o que está acontecendo com G.

Quando eu entrei aqui vi que é um lugar familiar. Um lugar que não tem cheiro. Os médicos são maravilhosos. Deus prepara as coisas. É um lugar maravilhoso, eu considero a doutora A. como uma Mãe. Ela sofre junto com a gente. Não é todo lugar que tem isso não. Aqui é um lugar familiar e eu falo: - Doutora, a senhora é uma Mãe!

O que a família busca é uma espécie de garantia que permita, minimamente, se situar diante da irrupção do real. E Lacan nos adverte que: “É no registro do modo de resposta à demanda do doente que está a chance de sobrevivência da posição propriamente médica (2001, p. 10)”.

E nos arriscamos a ir um pouco além, com o próprio autor, do quanto se faz necessário que o médico, e mesmo a equipe, possa reconhecer que no momento em que os familiares demandam alguma coisa, “isto não é idêntico e mesmo, por vezes, é diametralmente oposto àquilo que ele deseja (LACAN, 2001, p. 10)”.

Assim existe uma possibilidade de resgate do fazer médico, ainda que subordinado à ciência e há que se considerar a magia de suas palavras, já que “a função da relação com o sujeito suposto saber, revela aquilo que denominamos transferência (LACAN, 2001, p. 14)”. É o que nos aponta Leguil, com o suporte de Freud:

Opera-se no paciente, a transformação de uma “espera ansiosa” em “espera crente” (Freud, 1905, p. 8), isto é, a mutação da apreensão angustiada de uma ameaça contra o bem-estar em uma posição subjetiva que ele chamará mais tarde de transferência (2007).

Julgamos importantes tais considerações porque elas se apresentam na análise das entrevistas e não se tratam de “pano de fundo”, elas revelam as verdades dos sujeitos, enquanto pais, de uma forma singular, e não apenas dos sujeitos-médicos, pois é a partir do lugar do qual se autorizam que é possível um “saber-fazer” com isso.

Podemos citar o relato de uma profissional da equipe de enfermagem:

D. de 5 anos estava inquieta, não aceitava a proposta da bandeja-brincante, solicitava a mãe a todo instante, seja para ir ao banheiro ou para reclamar que sentia muito frio. A

enfermeira me diz que vem observando a diferença de comportamento da criança quando ela está acompanhada do pai ou da avó. A criança acaba por “perder” a punção venosa e um novo acesso é necessário. A mãe começa a reclamar em altos brados e a criança fica mais irrequieta. A enfermeira antes de começar o procedimento dirige-se à mãe com voz firme: -‘Olha mãe, se você se acalmar, sua filha pode ficar mais tranquila!’. Quase que imediatamente a mãe se aquietou e se postou ao lado da filha. Nas três horas seguintes a criança suportou calmamente o tratamento e logo após a intervenção da profissional ela aceitou brincar com os oficineiros.

A autorização também pode ser explicitada no ato analítico que, segundo Mandil, produz efeitos por estar ao lado da surpresa, “como acontecimento no horizonte do impossível, muito mais do lado de um ‘como e que isso pode acontecer?’”, assinalando uma descontinuidade na cadeia das expectativas (2007, s/p)”. Essa descontinuidade também encontramos na fala do enfermeiro, que pelo discurso social tem apenas a função “burocrática” de administrar medicações, entre outras atividades, nas quais não se inclui as possibilidades de intervenção que mobilizem uma outra forma de laço social.

Acreditamos que a produção de efeitos, a partir do discurso da equipe de saúde, como aparece nas falas das mães ou no relato acima, acontece porquê há uma suposição de saber e Lacan, nos seus ensinios iniciais, esclarece que “cada vez que um homem fala a outro de maneira autêntica e plena, há, no sentido próprio, transferência, transferência simbólica - alguma coisa se passa que muda a natureza dos dois seres em presença (1986[1953-54], p. 130)”.

Mesmo sem se colocarem, como na psicanálise, como suportes de um “saber que não sabe a si mesmo” próprio dos mecanismos inconscientes, os profissionais sustentam a transferência, entendida aqui como demanda de amor, endereçada pela lógica do *agalma* e assim, podem dar um estatuto de sujeito aos familiares, que a partir daí poderão ser capazes de construir algo com o indizível. Villela Dias (2008) nos aponta que o ato analítico comporta em si uma possibilidade de “um começo lógico, uma renovação, uma criação [...] transformando radicalmente o sujeito que, após o ato, se encontrará diferente do que era antes (p. 402)”.

Vamos, a partir de agora, tentar encaminhar de forma mais conclusiva as questões de trabalho que apareceram ao longo de nossa pesquisa, cujas respostas nos foi transmitida pelos próprios sujeitos que se ofereceram à construção de um saber que para nós permanece não-todo.

3.4 Paradigmas norteadores do Estudo de campo

A realidade da doença não é em nenhum momento subestimada numa psicanálise, mas o que se procura evidenciar é como a situação real é vivida pela criança e por sua família. O que adquire então um sentido é o valor simbólico que o sujeito atribui a essa situação como ressonância a certa história familiar (MANNONNI, 1983, p. 65).

Por razões inerentes à metodologia consideramos apresentar os resultados de nossa pesquisa relacionando-os com as questões teóricas, a partir de 3 categorias principais, que demonstram as modificações que se operam na dinâmica familiar a partir do tratamento oncológico da criança no público estudado.

Com isso queremos dizer que não pretendemos generalizar esses resultados, ou seja, que trabalhamos com a lógica contingente, que é definida por Lacan no seminário XX, fazendo cessar de não se escrever o impossível real, possibilitando assim que algo desse indizível encontro se escreva.

Com a intenção de angariar maior fidedignidade ao trabalho realizado, buscamos analisar se haveriam modificações na dinâmica familiar de crianças atendidas no ambulatório do IPPMG, cujos diagnósticos não se relacionavam com o câncer na infância e a resposta a essa indagação, também será apresentada aqui.

3.4.1 - O casal familiar³¹

*No começo era duro! A gente se sente distante do **marido**. Ele vem procurar e você está com aquela coisa [...] teu filho está na tua mão. Não vejo a hora de isso passar! Então eu digo não. Quando o **pai** dele vem me procurar, eu não tenho cabeça. Ele fala: - Até te entendo. Eu: - Nem que você não me entendesse. Não tem clima para isso. (Mãe de 31 anos, filho de 9 anos - diagnóstico de Neuroblastoma)*

A doença do meu filho alterou minha vida. Meu marido vinha 'encostar-se' e eu não aceitava. E para tudo eu falava: - Você não está vendo que eu estou com o problema dele? Ele é meu filho e não é seu filho? Eu

³¹ Terminologia retirada do texto: Duas notas sobre a criança in: Outros escritos, 2003, p. 373.

arranjava uma desculpa para não deixar ele encostar. Ele falava assim: - Eu sei que ele é meu filho, mas a gente tem de pensar um pouquinho na gente. Mas mesmo assim [...] nem mesmo um beijo eu aceitava, mandava ele dormir lá no chão. Agora não, mas antigamente, eu mandava ele dormir lá longe, no chão. Ele saía com as coisas dele, como um cachorrinho, me dava dó, mas eu fazia isso, coitado!

Freud (1996[1914]) aponta que em casos em que situações extremas, como o adoecimento de um filho, toda a libido é retirada de objetos externos e prontamente investida neste “objeto” a ponto de os pais deixarem seus desejos sexuais de lado.

Se tomarmos a notação de Miller (1998) em “A criança entre a mulher e a mãe” vemos que para além do narcisismo a criança faz prevalecer a mãe, e a criança adoecida, aqui como objeto que preenche totalmente e impede a mãe de dirigir-se, como mulher, a outras coisas além dela, particularmente a um homem como causa de seu desejo. “O sintoma somático da criança alimenta, na mãe neurótica, o motivo de culpabilidade (p. 8)”. E dizemos isso porque a mãe em alguns momentos se questiona se falhou nos cuidados com a criança.

No discurso dessa mãe, ali onde o inconsciente introduz a falha, isso que rateia: -“eu não vejo a hora disso tudo passar! ou ‘*Agora não, mas antigamente, eu mandava ele dormir lá longe, no chão*’, nos faz apostar que o amor e cuidado para com o filho está sendo sustentado pelo fato de que elas ainda permanecem como causa de desejo de um homem. A doença da criança as divide entre a mãe e a mulher, e que nessa situação faz predominar a mãe, que se satisfaz com seu objeto “a”, a criança.

3.4.2 – A criança

Aqui vamos tomar um relato de intervenção para discussão sobre a entrada do sujeito-criança em cena:

Ao chegar ao “Aquário” D. de 12 anos está sendo atendida pela equipe por apresentar um quadro de bacteremia³². Os pais haviam sido entrevistados na semana anterior e disseram evitar conversar com a filha sobre o seu diagnóstico, pois acreditavam que ela não seria

³² Presença de bactérias na corrente sanguínea.

capaz de entender. Eles parecem assustados e todo o grupo de pais está mobilizado pela morte recente de uma outra criança. A este quadro se acrescenta a presença de uma mãe que tem distúrbios psiquiátricos, o que deixa os pais de D. mais tensos e com muitas dúvidas sobre a opção de colocação do cateter³³. Solicito à enfermeira do setor o esclarecimento das dúvidas dos pais. Nesse instante eles se posicionam de costas para a filha, de modo a tentar “impedi-la” de ouvir. Participando dessa interlocução vejo que D. está atenta a todos os detalhes, embora tente disfarçar quando um dos pais volta-se para olhá-la. Os pais se sentem esclarecidos naquele momento e antes que a enfermeira termine o atendimento a eles, eu pergunto a D.: -Você tem alguma dúvida? Os pais espantados escutam a resposta da filha: - Não. Eu entendi tudo direitinho!

No caso relatado, nossa intervenção foi no sentido de não recuar diante do mal-estar que é inerente ao próprio tratamento oncológico e que em muitos instantes pode servir para fazer desaparecer o desejo da criança enquanto sujeito.

Buscamos fazer circular os discursos, pois esse espaço, em muitas situações, parece ser ocupado pelos não-ditos, o que pode intensificar os estados de mal-estar, diante de qualquer intercorrência. O “escudo de proteção” que os pais realizavam com o corpo, no caso acima citado, pode ser pensado como uma tentativa de fazer anteparo ao mal-estar, mas que servia menos para proteger a criança e sim para evitar que eles se confrontassem com momentos de dúvida, de dor, de choro da filha pelas perdas que vinha sofrendo em função do tratamento.

Mannoni (1983) nos indica que para a criança doente:

São as palavras pronunciadas pelo seu grupo a respeito da doença que vão adquirir importância. São essas palavras ou a ausência delas que vão criar nela a dimensão da experiência vivida. É também uma verbalização de uma situação dolorosa que pode permitir-lhe dar um sentido ao que vive (p. 65).

Uma das mães entrevistadas quando questionada sobre se a filha de 8 anos conhece o seu diagnóstico nos diz:

Ela no fundo, não sabe bem o que ela tem, ela não entende. Ela sabe que tem um probleminha no sangue, sabe que tem de tomar os remédios para ficar boa. Falar mesmo o real, o que ela tem, eu não falei. Eu acho que ela não sabe porque eu nunca falei.

³³ Dispositivo implantado cirurgicamente em rede venosa mais profunda e que impede as constantes punções venosas a cada infusão quimioterápica.

Antes ela perguntava, mas agora ela já sabe que tem um probleminha no sangue que precisa do medicamento. Mãe de 44 anos, filha de 9anos, com diagnóstico de Leucemia Mielóide Crônica(LMC).

Com o suporte de Freud (1925) podemos dizer que essa declaração da mãe esclarece algo além do que o seu discurso pode alcançar, ele nos permite entrever sua dificuldade para lidar com o diagnóstico da filha, sem usar engodos. O “real” como ela denomina, parece ser tão insuportável que a negativa lhe permite dissociar a função intelectual do afeto.

Da mesma forma a criança, alienada no desejo de não saber da mãe, se conforma com a enunciação desta, que tenta minimizar a condição de seu adoecimento. Esta mãe no decorrer da entrevista afirma que notou uma mudança de comportamento na filha, e diz que ela agora está mais “agressiva”, isso nos remete ao que propõe Mannoni, dizendo que não são os mitos que causam prejuízos à criança, mas a mentira dos adultos, que tem “*o aspecto de dizer a verdade - grifo da autora (1983, p. 37)*”.

3.4.3 – Os irmãos

Se levarmos em conta todos os envolvidos nesse processo, que é familiar, e para lidar com o diagnóstico de câncer se há outros filhos, independente de serem crianças ou adolescentes, acreditamos que de alguma forma eles irão sofrer ou reagir a este momento no qual um dos filhos parece “eleito” para receber maiores cuidados.

Uma das mães entrevistadas relata durante a entrevista que seu filho menor só pareceu ficar “satisfeito” no dia em que foi até o hospital para a coleta de sangue, pois se buscava saber da sua compatibilidade para uma possível doação de medula óssea, para transplante:

Olha, verdadeiramente eu não falei pra ele (sobre o diagnóstico da irmã). [...] - Filho, olha você não quer que sua irmã fique boa? Ele respondeu: -Quero. E eu continuei: - então para sua irmã ficar boa, para vermos o bem dela, temos de nos afastar. Ela sente falta de você, mas eu e sua irmã te amamos! Eu sentia que ele queria passar pela mesma situação, deitar na cama, entendeu? Ele “tirou” sangue na cadeira onde ficam as crianças que vão ser internadas. Falei que ele precisava colher sangue: -Porque você pode ajudar a sua irmã através do seu sangue e ele respondeu: -Ah! Então

tá bom! E foi para casa satisfeito. (irmão de 9 anos, irmã de 12 anos com diagnóstico de LLA).

Quando a mãe diz que ele pareceu ficar “satisfeito” foi em razão dessa mãe ter relatado que a alteração de comportamento do filho se deve ao fato de que havia se distanciado súbita e fisicamente dele, para seguir o tratamento com a filha, ficando asilada em uma casa de apoio³⁴. A entrevista indica que provavelmente o sintoma somático da criança, se apresentava “no lugar da palavra que faltava” ao irmão, deixando-o à mercê de suas próprias fantasias.

No momento que lhe é franqueada a vinda ao hospital, quando a mãe, enquanto Outro primordial, lhe oferece a possibilidade de ser escutado em sua demanda, e fala também de sua própria castração, nos parece que ele pode ser inscrito como sujeito na dinâmica familiar.

Um outro fragmento de entrevista que versa sobre o mesmo tema:

Mudou tudo [com o adoecimento da filha]. Ele fica muito tempo jogado, pelo fato de eu estar aqui e minha mãe trabalhando para “ajeitar” as coisas. [...] Ele fugiu do colégio, briga e bate em todo mundo. A professora não o quer em sala de aula, e o deixa no pátio. Meus filhos não são meus filhos, são meus amigos, mas ele ficou revoltado. Falei para minha mãe: - Eu não sirvo pra isso, eu não sirvo pra ser mãe! [...] ela fica rindo de mim, mas é difícil. (irmão de 7 anos, irmã de 9 anos com Tu de Wilms)

Se o diagnóstico de câncer pode deixar o sujeito-adulto sem palavras, neste encontro como real, o que resta à criança que será temporariamente “desinvestida” de ser o objeto agalmático dos pais? Sem o investimento libidinal destes, sem significantes que possam ancorá-la diante desse encontro traumático, encarna um viés do sintoma dos pais que atravessa seu corpo. E a mãe pode desejar pouco enquanto mulher (MILLER, 1998).

No caso em questão, a mãe não se autoriza como Outro primordial, e coloca a avó no exercício da função materna, deixando o irmão da criança doente, agindo apenas como expectadora da cena.

³⁴ Instituições, na grande maioria filantrópicas, que abrigam crianças e responsáveis, durante o processo de tratamento, desde que eles residam fora do perímetro urbano.

Na escola, o sintoma da criança demonstra como ela se defende da angústia provocada pelo desamparo, tentando com isso, ser olhada. O movimento excessivo dessa criança nos indica uma demanda de amor. E isto vem à tona com o adoecimento da irmã, como diz essa mãe em outro fragmento de sua entrevista:

Ela [a criança doente] é uma excelente filha, ela sempre cuidou de mim, da avó, do irmão dela. Põe ele pra tomar banho, arma a banheira. [...] Nunca precisei colocar limites nem em um, nem em outro. Ela sempre foi adorada. Ela sempre botava limites nele. Ela botava, quando não era minha mãe, os limites no meu filho. Eu não fazia isso.

O sintoma do filho parece revelar o lugar de sua dificuldade de ter sido adotado pela mãe como sujeito na fantasmática materna, que talvez insista em permanecer filha, para ser cuidada pela mãe e pela própria filha que, com a doença a deixa “na mão”.

O apelo do menino turbulento tem nesse momento a oportunidade de se fazer ouvir. O diagnóstico da irmã pode ser compreendido como um elemento que faz falhar e abala a mãe enquanto filha da filha e da própria mãe, uma vez que nessa família não parece haver uma mediação eficaz, que a Lei poderia instaurar. Foi a doença da menina que fez a ruptura nessa dinâmica familiar. Até o momento, o menino, como simples objeto, se encontrava cativo e assujeitado aos caprichos do Outro materno (encarnado pela irmã, agora doente).

Talvez seja possível apostarmos, com Lacan, que o “mau comportamento” seja a sua recusa em permanecer alienado no desejo da mãe, que o entrega para que outros cuidem e, uma busca por ajuda para conseguir assumir um lugar de sujeito.

Em uma outra situação, o irmão mais velho:

[...] cobra mais, o de catorze anos, entendeu? Ele acha que tudo que se faz para ela, tem que fazer para ele, entendeu? Ai ele cobra. Eu acho que mexe muito com a estrutura familiar, muito mesmo. (irmão de 14 anos, irmã de 7 anos com LLA em recaída)

A expectativa dos pais parece ser a de que diante do advento da doença, os irmãos, tenham a idade que tiverem, possam, sozinhos ser capazes de dar um sentido para o que acontece. São tantos

os não-ditos, e nessa situação específica, aparece no discurso da mãe a ênfase na dedicação intensa do pai à filha adoecida, a filha predileta, escolhida por ele. Essa menina, na fantasia da mãe, foi capaz de torná-la mulher, objeto causa de desejo para este homem, o que não aconteceu nas gestações dos filhos mais velhos.

A queixa do filho, pela particularidade do caso, pode ser uma reatualização de um sintoma familiar, e se explicita no temor da morte, da perda do objeto mais desejado. Cabe ressaltar que o diagnóstico da irmã foi descoberto e tratado inicialmente quando o menino tinha a idade de 10 anos. Na época, segundo a mãe, havia a presença da avó materna e o pai participava pouco do tratamento da menina. Hoje, o sentimento ligado a uma perda iminente, os uniu para sustentar o desamparo. Tanto o pai, quanto a mãe estão completamente envolvidos no processo de tratamento da filha.

3.4.4 Lugares de identificação na dinâmica familiar

3.4.4.1 A mãe/filha

Agora minha mãe [avó da criança] está aqui e ela está vendo o que eu estou passando. Agora que minha mãe está aqui eles vão me entender melhor. Minha mãe me ajuda, agora ela pode ver o que eu passo, por isso eu a coloco aqui dentro, para ela sentir o que é, de verdade. Assim ela vai me dar mais força. Agora eu sei que não estou tão sozinha. Na minha família eu sou a mais pretinha e de cabelo durinho. Meus irmãos nunca me relegaram, mas eu achava que tinha alguma coisa, mas agora eu vejo que eles têm mais carinho comigo, eu não tenho culpa da minha cor, de vir primeiro. (Mãe 45 anos, filho de 12 anos, diagnóstico de Rbdomiosarcoma)

A partir do adoecimento do filho nos parece que esta mãe toma para si um lugar de filha, se deixando cuidar com a presença física da mãe e aceitar como um interesse legítimo o cuidado também dos seus irmãos, mesmo quando isso acontece através de contatos telefônicos.

O adoecimento do filho foi um disparador que trouxe à tona o infantil da mãe, e assim isso parece demonstrar que para cada um é possível fazer algo com o real. A reorganização intensa, para esse sujeito-mãe, que ocupa seu lugar, como em nova historicização.

3.4.4.2 O significante *pãe*³⁵

Aí aconteceu que com isso (doença da criança) eu tive que pensar novamente na minha vida, remanejar tudo novamente e fazer opções. Mais uma vez minha opção foi por eles, meus filhos e sempre vai ser! Eu tive que abandonar tudo, minha função agora é dentro de casa tomando conta deles dois. (Pai de 33 anos, filho de 9 anos com diagnóstico de Linfoma)

No texto “Duas Notas sobre a criança”, Lacan nos esclarece que o sintoma da criança pode revelar o “que há de sintomático na estrutura familiar (1998b, p.5)”. E ainda no texto ele faz a indicação de que se o sintoma relaciona-se à subjetividade da mãe, a criança é tomada como objeto e, correlato da fantasia materna.

Vemos a importância de podermos pensar nas formatações da família na Contemporaneidade, com o que a psicanálise considera ao nos informar que o lugar ocupado pelos pais na fantasmática da família, só pode ser encarnado por aqueles que desejam ocupar estes lugares, assim se fazendo necessário uma atribuição simbólica por parte de todos os envolvidos. Retomo Laurent (2008) para esclarecer que uma função, seja materna ou paterna, não pode ser definida pela questão biológica, ou por conceitos prévios, mas antes pelos laços que são estabelecidos.

Aqui, o surgimento de um novo significante toma um lugar importante. Esse pai, separado, mesmo antes do diagnóstico do filho, já se propunha a cuidar das crianças, com um horário diferenciado de trabalho, então cremos que com o adoecimento do filho se permite uma identificação, ocupando um lugar sempre desejado - de maternagem, junto aos filhos.

O filho que nos parecia se oferecer como objeto de gozo, para que o pai permaneça exercendo essa função, “dando-lhe corpo, existência e, mesmo, exigência de ser protegida (LACAN, 1998b, p. 5)”, fica evidenciado na criança, que por vezes, nos relatava que gostava apenas da comida do pai e recusava a alimentação oferecida no espaço do Aquário.

³⁵ O neologismo foi utilizado para acentuar o exercício da função materna encarnada pelo pai.

Quando o pai estava presente nesses momentos, os relatos do filho pareciam imprescindíveis, pois ele começava a detalhar os cardápios que preparava para o filho ou lhe perguntava o que gostaria de comer ao chegar em casa. Este menino, capturado na fantasística do pai, que usa o adoecimento do filho como um véu que vela o seu modo de gozo, em um ato falho no seu discurso nos sugere uma possibilidade de contato com o que permanece como um saber inconsciente pelo motivo para a separação:

*Bateu uma loucura nela (a ex-esposa), depois se arrependeu, pediu perdão, tentou voltar, mas aí eu não aceitei. Até porque, acho que nenhum **homem** faz uma coisa dessas com a pessoa que ama não é?*

3.4.5 - Quando o diagnóstico não é câncer

Uma pergunta se fez presente em nossa pesquisa: e quando o diagnóstico não é câncer, o que ocorre na estrutura familiar? Pensamos sobre esta questão, no âmbito deste estudo, e investigamos se haveria modificações nas famílias cujas crianças não eram diagnosticadas com câncer. Para tal, fizemos entrevistas com familiares de crianças com diagnósticos diversos, desde os “mais simples” com acompanhamento na Pneumologia aos “mais severos” na Dermatologia.

Nas famílias entrevistadas, não é possível dizer que as modificações na dinâmica familiar foram produzidas pelo diagnóstico ou o adoecimento da criança. Em algumas situações, é possível indicá-las como um efeito, um retrato, de como a família estabelece seus laços.

V. tem 1ano e cinco meses e é adotado. Faz acompanhamento na Pneumologia, tem história de bronquite e algumas infecções de repetição. A mãe, que tem outros dois filhos de 17 anos e 10 anos, diz que sempre desejou ter mais filhos e quando surgiu a oportunidade, ela assim o fez.

A mãe relata, quando perguntada pela aquiescência do marido:

Ele abraçou a idéia! Antes de eu ir eu falei: - Tem um menino, eu quero e vou buscar! E perguntei: Eu posso? Afinal, só ele trabalhava, então, eu

tinha de perguntar. Então ele falou: - Por mim pode! Perguntei aos irmãos e eles me apoiaram, então eu fui!

Retomando ao indicado por Miller (1998): este homem foi capaz de dar ao desejo de uma mulher que queria um “a mais”, ou seja, foi capaz de “aceitar o não-todo que constitui a estrutura do desejo feminino (p. 10)” e assim o consentimento do marido sobre a sua incompletude, fez essa mulher poder assumir novamente sua função de mãe. No seu discurso o que se presentifica não são as mudanças pelos sintomas somáticos do filho, mas pelo seu desejo de ter e implicando toda a família.

Sobre as possíveis mudanças ela responde:

Eu fiquei mais aberta e mais sentimental [...], eu acho que o amor é até maior, eu quero proteger ele de tudo! O V. é diferente dos meus outros filhos, ele é mais agressivo, teimoso, às vezes as pessoas acham que é má criação, mas não é. Eu acho que ele tem mais carinho e mais amor, tanto de mim quanto do pai dele. Ele adora o pai, tanto que sua primeira palavra foi “papa”. Meu marido me apóia em tudo.

O narcisismo dos pais transparece nesse discurso, assim como o valor que a mãe dá a palavra do pai, e isto, parece proporcionar a esta criança a possibilidade de não ser tudo para este Outro materno e com isso assume seu lugar de sujeito, nesta configuração familiar.

Da mesma forma a mãe pode retomar suas atividades laborativas, apesar da estabilidade financeira relatada, participar da vida escolar dos outros filhos e posicionar-se como mulher que busca no corpo de um homem o objeto de seu desejo.

Em uma outra entrevista paradigmática o sintoma somático da criança foi um dispositivo de angústia para a mãe em razão do não-ditos que são transmitidos no âmbito da família. A criança tem 10 anos e a mãe informa que a menina tem “dermatite atópica grau IV”, e que por isso precisa tomar imunossuppressores e corticóides, além de outros cuidados, com frequência.

Ela diz ainda que durante a gestação separou-se, pois o marido acreditava que ela queria “segurá-lo” e sugeriu um aborto. Escondeu a gestação para voltar a trabalhar e pelas suas palavras vamos falar do sentimento que perpassou vários momentos da entrevista:

Quando o pai soube da gravidez:

*Ele praticamente **rejeitou** a minha filha [...]. Ele falou que eu devia dar o meu jeito, ele não queria ter mais filhos, então eu falei que eu era uma mulher, e iria mostrar que não dependeria dele para nada.*

Quando ela olhou para a filha pela primeira vez:

*Eu tive tipo uma **rejeição**, tanto que ela, dos meus filhos, foi a única que não mamou. Quando eu olhei para ela, eu achei que o motivo da minha separação tinha sido ela, se não fosse ela eu teria a minha família naquele momento. A **rejeição** foi de 4, 5 dias, mas depois eu caí em mim e vi que não era nada daquilo.*

Ao descobrir o diagnóstico:

*Ela [a doença] dá muita **rejeição**, as pessoas que não entendem discriminavam muito a minha filha, eu fui parar em conselho tutelar, as pessoas achavam que eu queimava a minha filha. [...] Eu pensava será que a minha filha, que é a última filha, já nasceu com a **minha problemática** e ainda me vem com essa doença?*

Independente do diagnóstico oferecido pelo Discurso da ciência, existe uma marca de anterioridade que podemos remontar ao início de sua gestação, do momento em que um homem não quis assumir a paternidade, por não sustentar a posição não-toda da mulher.

Esta criança ao nascer aponta para a divisão, para a escolha que a mãe se obrigou a fazer, não pela maternidade, mas para provar algo a esse homem, como uma mulher, aqui completa, portando seu falo. A dor trazida pela rejeição, parece ter sido tão insuportável que o sintoma instalado no corpo se prestaria a fazer uma borda a esse desejo nocivo da mãe, uma tentativa de escapar dessa relação dual que a captura na fantasia materna. O sintoma somático, a dermatite atópica, marca como um brasão o corpo da criança, como uma escrita que transmite a mensagem: rejeitem! Não a toquem!

O tratamento traz implicações, mas a família, a partir de outras contingências já havia se estruturado sobre uma lógica própria de funcionamento. Quando a criança tinha aproximadamente um ano, mais uma vez esta criança serviu como “representante da verdade do par familiar (LACAN, 1998b, p. 5)” e como objeto da mãe, viabilizando o retorno da relação conjugal.

Mas, nesse momento a mãe, dizendo ser necessário voltar ao trabalho, opta por enviar o filho mais velho para a casa da avó materna e L. fica sob os cuidados de uma pessoa, longe da casa e sem qualquer vínculo afetivo, tal situação pode nos indicar uma nova rejeição, por parte da mãe, no momento em que ela volta a ser mulher:

L. ficou 2 anos e 4 meses direto com a menina [maneira como ela se refere à pessoa contratada para cuidar da filha], e eu só trabalhando direto, direto eu tinha contato com ela mas era muito curto, só no final de semana, eu parei de trabalhar por que estava vendo que ela estava quase chamando a menina de mãe e eu de tia, ela já não estava mais me reconhecendo como mãe. Um dia quando fui buscar ela não quis vir, agarrou a menina e não quis vir de jeito nenhum. Eu me senti mal eu pensei assim: - Poxa, minha filha está jogada, sem ter cuidado.

Hoje os cuidados necessários com a menina parecem servir para encobrir o mal-estar gerado pelos diversos momentos em que esta criança vivenciou situações de “rejeição”. Então mais uma vez, isso parece corroborar nossa idéia de que em casos diversos do diagnóstico oncológico, as modificações que ocorrem na dinâmica familiar indicam reatualizações de questões relacionadas à história mítica de cada família. No seguimento da entrevista, vimos o que aponta para uma tentativa de re-significar a história do par familiar: eles optam por adotar uma criança “rejeitada”, segundo as palavras da mãe.

Os casos acima apresentados nos mostram que o adoecimento da criança pode desvelar as verdades de qualquer um dos membros da família e parece confirmar que os laços funcionavam em uma dinâmica que preexistia ao adoecimento de cada uma das crianças. Mesmo em situações em que há algum risco de vida, não parece ter sido o diagnóstico o responsável, o dispositivo que norteou as possíveis alterações na dinâmica familiar.

Não podemos desconsiderar a modificação na rotina da família, pela necessidade de acompanhamento médico, mas estas parecem ser vistas como uma contingência, passível de ser apreendida pela família, dentro da possibilidade de cada um dos seus membros.

3.6 Considerações finais sobre o trabalho de campo

Vamos nos deter aqui para retornar ao nosso objetivo inicial que relacionava o diagnóstico de câncer da criança às modificações nos laços familiares. Parece-nos que a ideia começa a se delinear quando apontamos para o fato de que o diagnóstico e tratamento encerram em si a possibilidade de morte iminente.

Ainda que se atente para as estatísticas, os diversos protocolos se assentam sobre situações invasoras e tão agressivas quanto à definição, a partir do discurso da ciência, sobre o câncer na infância. Quando fizemos a proposta de ir ao campo pesquisar esse tema, tínhamos como disparador a hipótese de que esse encontro com o “impossível de suportar (Miller,1981)” determinaria a alteração na dinâmica da família.

Na releitura das entrevistas, feita a partir das transcrições, fomos em busca de um saber que só o sujeito em questão poderia nos dar a conhecer. E quando Lacan, no início de seu ensino pontua que o sujeito é algo além de um organismo e “para quem sabe ouvi-lo, a sua conduta toda fala a partir de um Outro lugar (1985[1954], p. 15)”.

Por isso retomamos o texto lacaniano para situar que o sujeito que encontrávamos não se identificava com qualquer significante, seja ele “pai”, “mãe”, “irmão”, “criança”, mas como aponta Cohen o “sujeito falado mantém-se em um ‘saber não-sabido (1999)”. Esses sujeitos colocados em suspenso pela irrupção do real - “*eu fiquei fora de órbita*” (relato de uma mãe) - vão nos dar a chave que permitiu demonstrar como as alterações iriam se operar.

Nesse contato com o único, com a singularidade de cada caso, seguimos a indicação do texto freudiano de 1937 e fomos tocados pelo que se apresentava nas falhas dos discursos, pelo imprevisível, que muitas vezes deixava-se entrever pelos supostos saberes das famílias. Longe de qualquer idealização, pudemos nos aproximar de um saber-fazer possível, orientados, na pesquisa, pela psicanálise.

Verificamos, entretanto, um dado que no estudo se apresentou como universal: que para todos os familiares, de crianças com diagnóstico oncológico, este comporta a ideia de morte e os coloca diante da possível perda desse objeto investido - a criança - que presentifica uma parte deles, passando a ser o ponto vulnerável e o mais importante, em detrimento de outros laços.

Assim vamos ouvir o sujeito-criança entre “a mulher e a mãe”, o que parece fazer vacilar a relação conjugal, no primeiro instante, mas na medida em que o pai se faz presente, no discurso da mãe, enquanto homem que solicita sua atenção, ou seja, faz ver a ela que o filho não pode ser tudo para o outro materno, como nos disse uma mãe sobre uma conversa com o seu companheiro: “Ele me falou: - *Olha, se você ficar desse jeito, você vai acabar ficando sem o seu filho porque você não vai ter condições de cuidar dele. Eu vou embora e vou te devolver pra casa da tua mãe*”.

A relação do par parental pode proteger a criança de ser tomada como “metonímia do desejo da mãe”, que caso aconteça, pode vir a agravar o sintoma somático e impedi-la de apoderar-se do seu lugar de sujeito, cedendo seu corpo na fantasmática materna. Isso pode vir recoberto sob o viés de uma preocupação extrema, de que a criança venha a conhecer a verdade sobre o seu diagnóstico. Podemos relacionar tal situação à grande pergunta, feita pelas crianças, sobre o que deseja a mãe e a resposta que a confronta com a falta desse que encarna o Outro materno.

Disso vimos que o pai, enquanto significante, pode ser o ponto de ancoramento, para o processo de tratamento tanto para a criança, como para a mãe, sendo capaz de sustentar e aliar a Lei ao desejo. Diante disso constatamos, nas entrevistas, que qualquer um pode sustentar e portar a autoridade, vindo assim a encarnar tal lugar.

Lacan(1999[1957-58]) diz que não basta ter o Nome-do-Pai é imprescindível que saibamos servir-nos dele. Com isso nos lembramos de que os laços familiares não são fixados pela biologia, são, antes disso, laços consentidos por todos aqueles que irão ocupar os diversos lugares na família.

Verificamos que aliados ao intenso investimento, no tratamento, está presente no discurso dos pais um processo de reorganização diante da perda da criança saudável. Desta forma devemos lembrar que essa criança doente também deverá ser “adotada”, o que não minimiza a perda, mas pode indicar uma possibilidade dela ser acolhida enquanto sujeito, nas diversas configurações familiares.

Achamos interessante destacar o que chamamos de lugares de identificação, que advém com a nova organização familiar. Eles apontam para o fato de que o adoecimento da criança pode possibilitar, aos que exercem a função de pais, irem ao encontro do seu material infantil, de alguma forma presentificarem esses traços e poderem ressignificar suas histórias.

É um encenar, em outra cena, as experiências afetivas da infância que só puderam se dar a conhecer, pelos efeitos no tempo do vir a ser de cada filho, um “tempo lógico”, utilizando o conceito de Lacan (1998a) que fala da emergência significante advinda do inconsciente. Como exemplo da presentificação dessas encenações lembremos da categoria (ou paradigma) da mãe/filha

e do neologismo *pãe*, como uma forma de apresentar o imprevisível em nossa pesquisa - a possibilidade dos familiares reescreverem a própria história.

Finalizamos com uma digressão, e para isso fomos buscar Cora Coralina³⁶ e dizemos que apesar da sabedoria dos mestres, o caminho percorrido para chegarmos à comprovação de nossa hipótese foi trazido pelos sujeitos encontrados no campo.

³⁶ “O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes”. Cora Coralina

CONCLUSÃO

A partir do que foi apresentado no percurso deste trabalho, se faz necessário que aqui possamos mostrar algumas idéias conclusivas, provocadas por este estudo, até o momento. Esta dissertação teve como objetivo investigar as modificações operadas na dinâmica familiar e os aspectos psíquicos envolvidos na experiência da família a partir do diagnóstico e tratamento oncológico de crianças.

No início do nosso percurso tínhamos uma questão que se impunha: o advento do diagnóstico de câncer na infância poderia ser um disparador de modificações nas relações familiares? Sabemos que a psicanálise não se encontra desvinculada do discurso social, no qual está imersa, e o próprio Freud, nos transmitiu, que no processo de criação de sua teoria, mesmo operando um corte epistemológico não ignorava os paradigmas da ciência de sua época.

Lacan, por sua vez, não deixou de revisitar Platão, Aristóteles e teóricos de diferentes campos do conhecimento, seja para confrontar-se com eles, balizar suas proposições e mesmo operar uma transformação no saber vigente.

Assim, inspirados pelo desafio, de não recuar frente ao que se impunha como saber, buscamos circunscrever o conceito de família antes da existência do próprio termo, que apareceu na Antiguidade. Seguimos as trilhas deixadas pelos pesquisadores e nesse percurso passamos pela Idade Média, quando o sentimento de família e, o cuidado com a criança começou a florescer e para sedimentar-se na Modernidade, com os ideais do Iluminismo, que acreditava que todo o percurso anterior da história da Humanidade, deveria ser revisto com as “Luzes” que se anunciavam.

Essa época de nossa história comporta um empuxo à cientificidade e, é balizado inicialmente por este discurso que nasce o pensamento psicanalítico. Freud nos apresentou uma formatação ideal de família, com um caráter triádico e, revestida pelas características de sua época dá ao homem o estatuto de mantenedor da ordem e para a mulher era designado um lugar de cuidado e responsabilidade sobre a prole. Toda a responsabilidade advinha a partir da questão do parentesco consanguíneo.

Lacan nos permitiu ir além. Os lugares de pai e mãe, enquanto genitores foram valorizados no seu ensino pré-psicanalítico, mas gradativamente vão tomar um estatuto de significante. E, mesmo a criança, com sua imaturidade orgânica tem a possibilidade de ascender ao lugar de sujeito, que pode ser escutado, ainda que pelo grito, pelo apelo, considerados pelo autor como formas de linguagem.

Este autor nos impulsionou a buscar novas maneiras de enlaçamento com outros saberes, o que embasou nossa pesquisa no campo da psicanálise, tornando possível um encontro com o conceito de família na Hipermodernidade.

Nessa formatação contemporânea, a relação com a criança e filhos não acontece pela hierarquia e, tias, avós e até mesmo o pai podem exercer funções de maternagem, pessoas que adotam e encarnam o lugar de cuidado e transmissão da Lei, com isso possibilitam o vir a ser do sujeito-criança. .

As modificações observadas nos laços familiares, no teor deste trabalho, demonstraram o alcance do diagnóstico de câncer de uma criança, nas relações e faz suscitar alterações que atingem o casal familiar, onde cada um dos componentes dessa parceria vai ter que se haver com as implicações do adoecimento na relação conjugal.

Os irmãos, nos casos narrados, além de terem de lidar com o afastamento daquele que esta doente, se dão conta do isolamento emocional no qual são colocados, inicialmente, por proteção, mas também pelo investimento narcísico maciço da família na criança enferma. Eles ficam à margem, entregues à própria fantasia, até que os responsáveis possam lhes dar a palavra e nomear os sentimentos de desamparo advindos dessa situação.

A pesquisa, também revelou que esse paradigma pode revelar a fragilidade dos laços familiares, quando os irmãos tomam o adoecimento como uma forma de denúncia que mobiliza os sujeitos que exercem as funções de pais e mães.

Consideramos a família como um lugar onde as especificidades dos laços se dão a partir do que foi possível transmitir e assim pudemos ouvir novos lugares de identificação que construídos sob o assentamento do diagnóstico, apontam para a revivescência do próprio infantil dos sujeitos, no encontro com o real, indizível.

Diante disso demonstramos que o câncer na infância pode operar modificações significativas nos laços familiares, uma vez que presentifica no imaginário dos sujeitos envolvidos questões ligadas ao narcisismo e à angustia de castração. O diagnóstico, considerado como metáfora da morte, traz à tona a idéia da iminência da finitude. Com tamanho nível de excitação externa os relatos são contundentes quanto ao desamparo. Isso parece ser o que faz deslindar para as respostas encontradas na pesquisa.

Como acreditamos que a psicanálise não é uma forma de doutrina, cujo discurso fechado sobre si mesmo, pode torná-la um sintoma esquecido assim, longe de responder à demanda do mestre moderno, que busca soluções prontas e para todos, pudemos nos deixar guiar pelo saber

extraído das falas dos sujeitos, que enfrentam o real, que aparece nos sintomas, sejam somáticos ou não.

Ainda que, no alcance deste trabalho, seja um diagnóstico como o câncer, onde o Outro social localiza apenas dor, sofrimento e morte, apostamos que é possível promover um encontro contingente e, dar lugar, voz e vez ao sujeito; e a partir daí conhecer o possível saber-fazer de cada um sobre a construção de um semblante frente ao real, esse indizível acontecimento.

Assim encontramos a indicação de que esses sujeitos que nos contaram suas histórias, seus “romances familiares” parecem deter a capacidade de ir além e construir um novo percurso que ressignifique suas vidas, tal e qual o recado de Freud em 1915: “*si vis vitam, para mortem*³⁷”. O encontro com o real pode ser tomado, também, como um lugar de recriação dos laços familiares.

A partir dessas premissas é possível não se deixar prender pela certeza do discurso científico, da armadilha que transmite a inexistência de outras escolhas possíveis. A psicanálise acredita que sempre pode haver a possibilidade de um sujeito construir algo novo, cabendo aos sujeitos se apoderarem disto.

Na contingência desse encontro com o Projeto Brincante, temos uma única certeza, a de que ainda nos veremos instigados por novas dúvidas e questões, que proporcionarão muitas reflexões sobre as possibilidades que a psicanálise nos dá no enfrentamento com a irrupção do real. O que não cessa de não se escrever, pode, pontualmente ser recriado nos espaços inscritos entre a psicanálise e outros saberes.

³⁷ Tradução feita por Betty Fuks: Se queres suportar a vida, prepara-te para a morte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Luiz Telles de. Respeito à Autonomia do Paciente e Consentimento Livre e Esclarecido: Uma Abordagem Principlialista da Relação Médico-Paciente - Tese de doutorado. **Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz** .1999. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/beb/textocompleto/000646>. Acesso em Marco de 2009.

ANSERMET, F. **A clínica da origem: a criança entre a medicina e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

ARIÈS, P. & Béjin, A. (Orgs.). **Sexualidades Ocidentais**. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1986. 254p.

ARIÈS, P. **Historia social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1978. 280p.

ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Orgs). **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Cia das Letras, 1991. 637p. (Coleção História da Vida Privada, v.3).

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2009

ÁVILA, Geraldo Severo de Souza. (2005). **Análise matemática para licenciatura**. São Paulo. Edgard Blücher.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

BARBONI, Ayrton; Paulette, Walter. (2007). **Fundamentos de Matemática: Cálculo e Análise**. Editora LTC.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001. 258p.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998. 272p.

BESSET, V. L. A clínica da angústia: faces do real. In: Vera Lopes Besset (Org). **Angústia**. São Paulo: Escuta, 2002.

BESSET, V. L. Angústia e desamparo. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. II, n. 2, p. 203-15, 2002.

BESSET, V. L. Inibição e sintoma: a angústia na clínica de hoje. **Revista Psychê**, ano 4, n. 5, p. 29-37, 2000.

BOGOCHVOL, A. Ser filho hoje In: CARTA DE SÃO PAULO - EBP (Org). **Editorial**. São Paulo, Ano XIII. p.4-5, nov. 2006.

BRASIL. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. **Seção de Onco-hematologia**. Disponível em: <<http://www.ippmg.gov.br/secao.asp?s=70>>. Acesso em 18 de abr 2008.

BRETONE, M. **História do direito romano**. Lisboa: Estampa, 2006. 381p.

BROUSSE, Marie-Hélène. **Coletânea de textos: Ser mãe, ser mulher, ou mulher ou mãe?**. Salvador: EBP-Bahia, 33 p. 1993.

CALDAS, H. A mulher e suas máscaras. In: Jimenez, S; Sadala, G. (Orgs). **A mulher na psicanálise e na arte**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1995. 206 p. (Kalimeros).

CAVICCHIOLI, A.C., MENOSSI, M.J. e LIMA, A.G. dE. Cancer in children: the diagnostic itinerary. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. v.15, n. 5, p. 10251-32. 2007.

CECCHINATO, D. Psicanálise dos pais. In: **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, anos XIX,XV, v. 152-53, n. p. 42-69.

COELHO, F. R. GUALDA. O controle do câncer. In: BRENTANI, M.; COELHO, F. R. GUALDA.; KOWALSKI. L. P. **Bases da Oncologia**. Porto Alegre: Tecmedd, 1998

COHEN, R. H. P. **A lógica do fracasso escolar**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

COHEN, R. H. P. **A lógica do fracasso escolar: psicanálise & educação**. Rio de Janeiro: Contracapa editora, 2006. 189p.

COHEN, R. H. P. Entre o impossível e o necessário da educação: o que a psicanálise pode dizer sobre a etiologia do fracasso escolar. Dissertação de Mestrado. **Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 1999.

COHEN, R. H. P. Psicose e Imagem Corporal. In: FERREIRA, C.A.M e THOMPSON, R. (Orgs). **Imagem Corporal**. São Paulo: 2002. p. 103-110.

COHEN, R.H.P. E COSTA, M.R.L. Um saber-fazer com crianças e jovens In: **No avesso do especialista: a formação de profissionais para o trabalho com a criança-sujeito**. 2009. inédito

COHEN, R.H.P. **O saber-fazer com o brincar**. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/portal/_download/revista62.pdf . Acesso em: 30 de nov 2008

COHEN, R.H.P.(Org.); FAJARDO,M.(Org.); TOMAZ, M.B.P.(Org.); et al. Projeto Brincante. In: **Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira (IPPMG). Rio de Janeiro: 2007-2008. Disponível em: <http://www.sigma-foco.scire.coppe.ufrj.br/UFRJ/SIGMA/projetos>. Acesso em: 15/03/2009

COSTA. JURANDIR FREIRE. **Ordem médica e norma familiar**. Ed. Graal. 2004. 282p.

DEL PRIORE, MARY (Org.). **História das crianças no Brasil**. 8ªed. São Paulo. Editora Contexto. 2007. 896p.

- DELGADO, B. *Historia de la infancia*. Barcelona: ed. Ariel, 1998.
- DESCARTES, R. **O discurso do método**. São Paulo: ed. Hemus, 1978.
- DESCARTES, R. **Vida e Obra**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DRUMMOND, C. A palavra que humaniza o desejo. In: **Curinga**, n. 15/16, p. 54-9, Abril, 2001
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 201p.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. 276p.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Escala, 2007. 192p
- FERNANDES JÚNIOR, H. J., BIFULCO, V. A., BARBOZA, A. B. (ORG). **Câncer: uma visão multiprofissional**. Barueri, São Paulo: Minha Editora, 2010.
- FERREIRA ANTUNES, J. L. **Hospital - Instituição e história social**. São Paulo: Letras e Letras, 1991.
- FERREIRA, BUARQUE DE HOLANDA, A. **Mini Aurélio**: O dicionário da língua portuguesa. Ed. Positivo. 2006. 895p.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. Trad. Edmundo Cordeiro. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/ordem.html>> Acesso em 22/09/2008.
- FOUCAULT, M. *Historia de la sexualidade I*. México: Siglo veintiuno, 1998. 100p.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1987. 288p
- FREUD, S. (1896). **La herencia y la etiología de las neurosis**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. vol.3.
- FREUD, S. (1897). **Carta 71**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. vol.1.
- FREUD, S. (1898). **La sexualidad en la etiología de las neurosis**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. vol.3.
- FREUD, S. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Trad. Vera Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago; 1997. 120p.
- FREUD, S. (1910). **Un recuerdo infantil de Leonardo da Vinci**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996, vol.11.
- FREUD, S. (1913). **Tótem y tabú**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. vol.13.

FREUD, S. (1914). **Introducción al narcisismo**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.vol.14.

FREUD, S. (1915). **Reflexiones para los tiempos de la guerra y la muerte**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.vol.14.

FREUD, S. (1917). **El duelo y la melancolía**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.vol.14.

FREUD, S.(1919). **Lo ominoso**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.vol.17.

FREUD, S. (1920). **Más allá del principio de placer**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. vol.18.

FREUD, S. (1924). **La disolución del complejo de Edipo**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. vol.19.

FREUD, S. (1925). **Presentación autobiográfica**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. vol.20.

FREUD, S. (1926). **Inhibición, síntoma y angustia**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. vol.20.

FREUD, S. (1927). **El porvenir de una ilusión**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. vol.21.

FREUD, S. (1930). **El malestar em la cultura**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. vol.21

FREUD, S. Conferencia 32 - **Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis y otras obras - angustia y vida pulsional - 1933**.

FREUD, S. Conferencia 33 - **Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis y otras obras - la feminilidad- 1933**.

FREUD, S. (1937). **Moisés y la religión monoteísta, Esquema del psicoanálisis, y otras obras**. Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. vol.23

GÉLIS, J. A individualização da criança. In: ARIÉS, P.; CHARTIER, R. (Org). **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Cia das Letras, p. 311-329, 1991. (Coleção História da Vida Privada, v.3)

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

GIDDENS, A. **A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor & Erotismo nas Sociedades Modernas**. Editora da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1993.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. 156p.

HELMAN, C. **Cultura, saúde e doença**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Instituto Nacional de Câncer (INCA). Hospital do Câncer I. **Seção de Oncologia Pediátrica**. Disponível em: http://www.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=343 . Acesso em 18 de set 2009.

JAEGER, W. (2003). **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.1413p.

JORGE, M. A. C. Angústia e castração. In: **Reverso**, Belo Horizonte, ano 29, n.54, p. 37-42, set. 2007

JORGE, M. A. C. Angústia e castração. **Reverso**. [Online]. sep. 2007, vol.29, no.54 [citado 02 Novembro 2009], p.37-42. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952007000100006&lng=es&nrm=iso>.

KAMERS, M. As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. In: **Estilos da Clínica**, São Paulo, vol. XI, n. 21, p. 108-25, 2006.

KOWALSKI, I.S.G.; SOUZA, C.P. Câncer: uma doença com representações historicamente construídas. *Acta Oncológica* [on-line], 22(4). Disponível em: <http://www.hcan.org.br/acta/2002/acta0221.html>.

LACADÉE, P. Ser filho hoje. In: CARTA DE SÃO PAULO - EBP (Org). **Arnaud ou a criança hiperativa: um sintoma de enurese**. São Paulo, Ano XIII. Nov. 2006. p.7-15

LACAN, J. (1938). **Os complexos familiares na formação do indivíduo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, 92 p.

LACAN, J. (1945). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1953-54). Seminário - Livro 1, **Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LACAN, J. (1954-55). Seminário - Livro 2, **O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. (1956-57). Seminário - Livro 4, **A relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LACAN, J. (1957-58). Seminário - Livro 5, **As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. (1957-58). Seminário - Livro 5, **As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, J. (1958-59). Seminário - Livro 6, **O desejo e sua interpretação**. Inédito. Tradução livre da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002.

LACAN, J. (1959-60). Seminário - Livro 7, **A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2008.

LACAN, J. (1960-61). Seminário - Livro 8, **A transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1992.

LACAN, J. (1962-63). Seminário - Livro 10, **A angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2005.

LACAN, J. (1964), Seminário - Livro 11, **Os quatro conceitos fundamentais em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. (1966) Conférence et débat du collège de médecine à La Salpêtrière. In: Cahiers du collège de Médecine, 1966, p. 761-774.

LACAN, J. (1972-73). Seminário - Livro 20, **Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1982

LACAN, J. (1974). Seminário - Livro 22, **RSI**. Inédito

LACAN, J. (1974). **O triunfo da religião**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2005.

LACAN, J. (1974). **Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1993.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. Duas notas sobre a criança. **Opção Lacaniana**, São Paulo, n. 21, p. 5-6, abr. 1998.

LACAN, J. Duas notas sobre a criança. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, J. O lugar da psicanálise na medicina. **Opção Lacaniana**, São Paulo, n. 32, p. 8-14, dez. 2001.

LACAN, J. (1975) **Conferência em Genebra sobre o sintoma**. Disponível em: <http://www.campopsicanalítico.com.br/biblioteca/genebra.doc>. Acesso em: 20/08/2009.

LAJONQUIÈRE, L. A infância que inventamos e as escolas de ontem e de hoje. In: **Estilos da Clínica**, São Paulo: v. 8, n. 15, p. 140-159, jun. 2003.

LAURENT, E. **A sociedade do sintoma - a psicanálise hoje**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007

LAURENT, E. **El niño como real del delirio familiar**. 2008. Disponível em: <<http://www.wapol.org/pt/articulos/TemplatesImpresion.asp?intPublicacion=13&intEdicion=2&intIdiomaPublicacion=9&intArticulo=1748&intIdiomaArticulo=1&intPublicacion13>>. Acesso em: 10/03/2009.

LAURENT, ÈRIC (2008). **El niño como real del delirio familiar**. <http://www.wapol.org/pt/articulos/TemplesImpresion.asp?intPublicacion=13&intEdici...> Acesso em: 03/02/2009.

LAURENT, ÈRIC. **A sociedade do sintoma: a psicanálise hoje**. Rio de Janeiro: Contracapa; 2007. 444p.

LEGUIL, F. A psicanálise e o pessoal da medicina. In: **asephallus. Rev. eletrônica do núcleo Sephora**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2007.

LEVIN, E. **A função do filho – Espelhos e labirintos da infância**. Rio de Janeiro: 2001. 263p

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Buenos Aires: Paidós, 1995. 428p.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. 366p

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. 456p.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. 537p.

LIJTINTENS, C. Conferencia sobre la familia. In: Ver. Digital de la Escuela de la Orientación Lacaniana. Ano V, n. 15, Jul/Ago 2006. Disponível em: <http://virtualia.eol.org.ar/015/default.asp?dossier/lijtintens.html>

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2007, 129p.

MANACORDA, M.A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1989. 382p.

MANDIL, R. Tempo e ato analítico. In: **Ornicar on-line**. Disponível em: Acesso em Novembro de 2009: <http://www.lacanian.net/Ornicar%20online/Archive%20OD/ornicar/articles/157man.htm>

MANONNI, Maud. **A criança, sua “doença” e os outros**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1983.

MANONNI, Maud. **O Nomeável e o inominável – a última palavra da vida**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1995.

MEAD, M. **Macho e fêmea**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971. 318p.

MILLER, J-A. “Encyclopédie”. In: **Ornicar**, n.24, p. 35-44, 1981.

MILLER, J-A. A imagem do corpo em psicanálise. In: **Opção Lacaniana**, n. 52, p. 17-27, 2008.

MILLER, J-A. Assuntos de família no inconsciente. In: **asephallus. Rev. eletrônica do núcleo Sephora**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2007. disponível em: http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_04/traducao_01.htm

MILLER, J-A. CST. IN: **Irmã - Clínica lacaniana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984, p. 9-13.

MILLER, J-A. Leitura crítica dos “Complexos familiares”, de Jacques Lacan. In: **Opção Lacaniana on line**. n. 42, v. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.opcaolacanianana.com.br/n2/texto.asp>>. Acesso em: 14/10/2008.

MILLER, J-A. **Percurso de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992

MILLER, J-A. **Perspectivas do seminário V de Lacan**. Rio de Janeiro: Ed.Zahar, 1999

MILLER, J-A. A criança entre a mulher e a mãe. **Opção Lacaniana**, São Paulo, n. 21, p. 7-12, abr. 1998.

MORGAN, L.H. **A sociedade primitiva II**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978. 317p.

NOMINÉ, B. A adolescência ou a queda do anjo. In: **Revista Marraio - Formações clínicas do Campo Lacaniano**. Rio de Janeiro: n. 1, 2001

PISETTA, M. A. A. M. Angústia e subjetividade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. III, n. 1, p. 73-88, 2008.

PLATÃO. **A república (ou da justiça)**. Tradução: Edson Bini. Bauru, São Paulo: EDIPRO, 2006. 456p.

RAMINELLI, R. Eva Tupinanbá. In: DEL PRIORE, M. (Org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo. Editora Contexto, p. 11-77, 2006.

RAMOS, F.P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, M. (Org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo. Editora Contexto, p. 19-54, 2007.

REVEL, J. Os usos da civilidade. In: ARIÉS, P.; CHARTIER, R. (Orgs). **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Cia das Letras, p.169-210, 1991. (Coleção História da Vida Privada, v.3)

ROCHA, M.L., AGUIAR, K.F. Pesquisa-Intervenção e a produção de novas análises. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**. v. 23, n. 4, p. 64 – 73, 2003.

RODRIGUEZ, P. V. Na identificação com a doença crônica, a insistência do sujeito. In: MOURA, M.D. (Org). **Psicanálise e Hospital – a criança e sua dor**. São Paulo: Ed. Revinter, p. 58-9: 1999.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, 199p.

ROUSSEAU, J-JACQUES. **Do contrato social. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

SÁNCHEZ, B. La familia entre ficción y función. In: In: Ver. Digital de la Escuela de la Orientación Lacaniana. Ano V, n. 15, Jul/Ago 2006. Disponível em: <http://virtualia.eol.org.ar/015/default.asp?dossier/sanchez.html>

SARTI, C.A. A família como ordem simbólica. In: **Revista de Psicologia USP**, São Paulo, v. 15, n.3, 2004. disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script ...](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-84842009000700010&lng=es&nrm=iso)

SAURET, M.J. **O infantil e a estrutura**. Tradução Clary Khalifeh. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 1988. 104p.

SEBER, Adriana. O transplante de células-tronco hematopoéticas na infância: situação atual e perspectivas. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter.**, São Paulo, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-84842009000700010&lng=es&nrm=iso. Acesso em 29 Out 2009.

SONTAG, S. **A doença como metáfora**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1984

TEIXEIRA, L. A.; FONSECA, C. M. O. (Coord). **De doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2007.

TORRES, W. C. **A criança diante da morte: desafios**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

VERAS, Marcelo. Peça à mãe que o filho atende. **Carrossel**, Salvador: Cartograf, v. 1, p. 48-52, out. 1997.

VILLELA DIAS, M. G. L. Ato analítico e final de análise. In: **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 401-08, jul/dez. 2008.

ZALCBERG, M. **A relação mãe e filha**. Rio de Janeiro, Ed. Elsevier, 2003.

ZORNIG, S. A-J. **A criança e o infantil em psicanálise**. São Paulo: Escuta, 2008, 169p.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa:

A família, a criança e a doença: uma versão psicanalítica

O motivo que nos leva a estudar o problema é conhecer as mudanças ocorridas dos pais de uma criança com diagnóstico de câncer e em processo de tratamento quimioterápico e nos levar a investigar como este diagnóstico e tratamento pode afetar a vida pessoal, o trabalho e a rotina da família. Buscamos saber também quais são as relações com filho em tratamento, particularmente se influencia ou influenciou na forma como os limites são impostos. Esta pesquisa é importante para que possamos levar para os profissionais que atuam na área a importância da atenção particular aos pais e do quanto tal atenção irá trazer um menor nível de ansiedade para a criança, para os familiares e equipe, o que com certeza facilitará o percurso de tratamento da criança/adolescente.

O procedimento de coleta de dados será a partir de uma entrevista individual única, em local reservado, gravada e transcrita posteriormente para análise, não havendo qualquer risco à sua saúde e ao seu conforto, além do que na transcrição seus dados de identificação serão omitidos para garantir a sua integridade.

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a permitir a gravação, participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O(s) pesquisador (es) irá (ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ e outra será fornecida a você.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. As responsáveis pela pesquisa, Psicólogas Márcia Regina L. Costa e Claudia Alves Jacob certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Também sei que o estudo não me acarretará custos e não terei nenhuma compensação financeira adicional.

Em caso de dúvidas poderei chamar as pesquisadoras acima descritas ou a professora orientadora Ruth Helena Pinto Cohen, responsável pelo Projeto Brincante no Departamento de Corridas da Escola de Educação Física e Desportos no telefone () ____ _____. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
Nome	Assinatura da Testemunha	Data

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)